



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**CAMPESINATO, TERRITÓRIO E ASSENTAMENTOS DE REFORMA  
AGRÁRIA: TECENDO REDES DE CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO**

JORGE ENRIQUE MONTALVÁN RABANAL

São Cristóvão/SE  
2015

**JORGE ENRIQUE MONTALVÁN RABANAL**

**CAMPESINATO, TERRITÓRIO E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:  
TECENDO REDES DE CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do grau de mestre em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho

São Cristóvão/SE  
2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R112c Rabanal, Jorge Enrique Montalván  
Campesinato, território e assentamentos de reforma agrária :  
tecendo redes de conhecimento agroecológico / Jorge Enrique  
Montalván Rabanal ; orientador Eraldo da Silva Ramos Filho. –  
São Cristóvão, 2015.  
115 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2015.

1. Geografia agrícola. 2. Reforma agrária. 3. Camponeses –  
Sergipe. 4. Ecologia agrícola. 5. Desenvolvimento rural. I. Ramos  
Filho, Eraldo da Silva, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

CAMPESINATO, TERRITÓRIO E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:  
TECENDO REDES DE CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

São Cristóvão/SE, 31 de agosto de 2015

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (UFS)

Orientador

---

Prof. Dra. Irene Maria Cardoso (UFV)

Examinador Externo

---

Prof. Dra. Josefa Lisboa Santos (UFS)

Examinador Interno

**Ao meu Gael, cavaleiro andante  
apressado, que me ensina a calma  
necessária que a vida pede.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de passar mais uma vez pela **Universidade Federal de Sergipe** e de fazer dela, através deste estudo, um instrumento para a classe trabalhadora.

Fico lisonjeado por adentrar no campo de conhecimento geográfico em companhia de **Eraldo da Silva Ramos Filho**, que me brindou com uma complementaridade necessária, em uma contestada formação agrônoma. Agradeço também o auxílio de colegas **geógrafos** que puderam me acudir em todos os momentos que me desesperava. Muito obrigado a **Raphaela Andrade, Shauane e Márcio Reis**.

Reconheço que esse estudo é resultado de um momento em que algumas vidas se cruzaram e perceberam que a construção camponesa é uma construção militante, que o fato de ter identidade com a classe camponesa demanda consequentemente um compromisso camponês. Agradeço a todos e todas que compõem o Projeto de Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de Intercâmbios em Redes Sociais, que impulsionou a consolidação da **Rede Camponês a Camponês** no Território Sul Sergipano e quiçá avance por todo Sergipe.

Agradeço a perspectiva militante que deposito nesse trabalho ao **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, que me possibilitou o aprendizado com os que fizeram da luta por terra, a luta por um Brasil que realizaremos. Aproveito também para agradecer toda humildade e simplicidade partilhada com as famílias camponesas que abriram as portas de suas casas e de seus corações.

Agradeço a **Marília Fontes** pelo estímulo, quase que parenteral, para seguir escrevendo este documento e a **Luís Márcio** pelo apoio nas leituras meticolosas de orientação.

É com felicidade que conto com a presença de **Irene Cardoso** na banca de defesa, não por ela ter sido responsável de ter juntado algumas vidas que se dedicam hoje a construir uma agroecologia camponesa, mas por deixar o exemplo de que devemos seguir juntando gente disposta a construir a **revolução agroecológica**.

Por fim, um agradecimento especial a minha neguinha Juliana, que pacientemente suportou minhas ausências como pai e ainda assim se dispôs em me socorrer no acabamento final desse documento. **Amo...**

## **LISTA DE SIGLAS**

ANAP - Associação Nacional de Pequenos Agricultores de Cuba

ATES - Assessoria Técnica Social e Ambiental

CaC - Camponês a Camponês

CFAC - Centro Comunitário de Formação em Agropecuária D. José Brandão de Castro

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CPATC - Centro de Pesquisa Agropecuária Tabuleiros Costeiros

DRPE - Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador

EBAAs - Encontro Brasileiro de Agriculturas Alternativas

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Emdagro – Empresa de Desenvolvimento Agrário de Sergipe

ENA - Encontro Nacional de Agroecologia

FAEAB - Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MF – Módulo Fiscal

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não Governamental

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS - Programa de Agricultura Integrada e Sustentável

PFA - Programa de Formação Continuada em Agroecologia

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROMOB - Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-graduação de Sergipe

PRONERA - Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária

PRV – Pastoreio Racional Voisin

RESEX - Reserva Extrativista

SAF's - Sistemas Agroflorestais Sucessionais

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEIDES - Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social

SITPA - Sistema de Inovação Tecnológica Participativa Agropecuária

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

T-D-R - Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

TSS – Território Sul Sergipano

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UNAG - União Nacional de Agricultores e Pecuáristas



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Ferramentas utilizadas nas oficinas de identificação de agricultores experimentadores e sistematização de suas experiências.....	76
<b>Quadro 2</b> - Experiências sistematizadas na rede de Estância e Santa Luzia do Itanhy.....	81
<b>Quadro 3</b> - Experiências de Camponeses Faróis sistematizadas da rede de Estância e Santa Luzia Do Itanhy.....	91
<b>Quadro 4</b> - Estância e Santa Luzia Do Itanhy - Os 10 Princípios da rede Camponês a Camponês .....	95

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa dos Territórios da Cidadania.....	27
<b>Figura 2</b> - Evolução da área plantada dos principais cultivos no município de Estância.....	33
<b>Figura 3</b> - Evolução da área plantada dos principais cultivos no município de Santa Luzia do Itanhy.....	34
<b>Figura 4</b> - Concentração do mercado mundial de alimentos.....	42
<b>Figura 5</b> - As 10 qualidades da agricultura camponesa.....	48
<b>Figura 6</b> - Grupos de intercâmbios camponeses presentes no TSS.....	70
<b>Figura 7</b> - Mapa dos assentamentos com atividade da Rede CaC, Município de Estância.....	72
<b>Figura 8</b> - Mapa dos assentamentos com atividade da Rede CaC, Município de Santa Luzia do Itanhy.....	73
<b>Figura 9</b> - Caminhada guiada pelo camponês.....	77
<b>Figura 10</b> - Exercício da cartografia social para sistematização de experiências camponesas na rede de Camponês a Camponês.....	78
<b>Figura 11</b> - Representação gráfica, por meio da cartografia social de uma unidade de produção camponesa: Rede de agroecologia Camponês a Camponês.....	79
<b>Figura 12</b> - Dividindo a experiência do plantio em berços.....	88

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Santa Luzia do Itanhy - Estrutura Fundiária - 2011.....	30
<b>Tabela 2</b> - Estância - Estrutura Fundiária - 2011.....	30
<b>Tabela 3</b> - Número de assentamento por região – 2014.....	31
<b>Tabela 4</b> - Estância e Santa Luzia do Itanhy – Área plantada com cultivos permanentes selecionados (2004 – 2013).....	35
<b>Tabela 5</b> - Estância e Santa Luzia do Itanhy – Área plantada com cultivos temporários selecionados (2004 – 2013).....	36
<b>Tabela 6</b> - Estância e Santa Luzia eo Itanhy – Extrativismo vegetal (2004 – 2013).....	37
<b>Tabela 7</b> - Território Sul - Comunidades e número de famílias integrantes da Rede “Camponês a Camponês”.....	69

## RESUMO

O trabalho estuda o território camponês a partir da conflitualidade alimentada pelas contradições e desigualdades instaladas no campo sergipano. Como o território se realiza através da conflitualidade perene das classes sociais, é analisado nesse estudo, como o movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) do campesinato e como a agroecologia se constitui em uma estratégia de resistência na defesa do território. O processo geográfico denominado T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) avança na compreensão da multiterritorialidade, onde se observa os processos integralizadores, que também são excluidores e ressocializadores, mas em nada se aproximam do cenário desenhado para movimentos populares e comunidades rurais que procuram um desenvolvimento sustentável sem criar oposições com a perspectiva consensual que caminha na direção de um desenvolvimento territorial para o mercado. O avanço agroecológico está na construção de uma proposta territorial, no qual o manejo do sistema agrário implica uma análise da ecologia de paisagens, das relações de poder e outras dimensões, que vão muito mais além do que a análise de uma unidade produtiva isolada. Trata-se da identificação de experiências agroecológicas camponesas, que estão dispersas, de modo que estas consigam subsidiar uma reconversão produtiva. Para obter êxito permanente na territorialização do campesinato a partir das práticas agroecológicas, o trabalho aponta a necessidade de apoiar-se em conhecimentos e habilidades locais, preconizando o envolvimento dos camponeses na formulação da agenda de investigação e na participação ativa do processo de inovação e disseminação tecnológica através da metodologia camponês a camponês, focada em compartilhar experiências e na solução de problemas organizativos e produtivos. O estudo foi realizado no sul do estado de Sergipe, Brasil, mais precisamente nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy, onde se analisa a conformação de uma rede de trocas de experiências agroecológicas como estratégia de resistência e fortalecimento do território camponês agroecológico.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Campesinato; Território.

## RESUMEN

El trabajo estudia el territorio campesino desde los conflictos alimentados por las contradicciones y las desigualdades que se encuentran en el medio rural sergipano. Ya que el territorio se realiza por medio de los conflictos permanente de las clases sociales, se analiza en este trabajo, la forma con que el movimiento de territorialización-desterritorialización-reterritorialización (TDR) del campesinado y porque la agroecología se constituye en una estrategia de resistencia en la defensa del territorio. El proceso geográfico denominado T-D-R avanza en la comprensión de la multiterritorialidad, donde se observa los procesos integralizadores, que también son excluidores y resocializadores, pero en nada se parece al escenario dibujado para los movimientos populares y comunidades rurales que buscan un desarrollo sostenible sin crear oposiciones con la perspectiva consensual que camina hacia el desarrollo territorial de mercado. El avance agroecológico está en la construcción de una propuesta territorial, en la cual el manejo del sistema agrario implica un análisis de la ecología de paisajes, de las relaciones de poder y otras dimensiones, que van más allá de la análisis de una unidad productiva aislada. Es la identificación de experiencias agroecológicas campesinas, que están dispersas, pero que sean útiles para subsidiar una reconversión productiva. A fines de obtener éxito permanente en la territorialización del campesinado a partir de las prácticas agroecológicas, el trabajo apunta a la necesidad de sostenenerse en conocimientos y prácticas locales, haciendo prioridad el involucrarse de campesinos en las agendas de investigación y en la participación activa del proceso de innovación y diseminación tecnológica por medio de la metodología campesino a campesino, enfocada en compartir experiencias y solución de problemas organizativos y productivos. El estudio está hecho en el Sur Sergipano, específicamente en los condados de Estancia e Santa Luzia do Itanhý, donde se analiza la formación de una red de cambios de experiencias agroecológicas como estrategia de resistencia e fortalecimiento del territorio campesino agroecológico.

**Palabras-Clave:** Agroecología; Campesinado; Territorio.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1 ESTRUTURA AGRÁRIA NO SUL SERGIPANO .....	26
1.1. Conflitualidade do Agrário no Sul Sergipano .....	38
1.2 Agroecologia produzindo Resistência Camponesa .....	44
2 AS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS QUE CONSTROEM O TERRITÓRIO DA AGROECOLOGIA .....	50
2.1 Campesinato, (Des) (Re)Territorialização e a Agroecologia .....	50
2.2 A Mundialização da Luta Camponesa .....	55
3 REDE AGROECOLÓGICA: OPORTUNIDADE DE FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS .....	60
3.1 Histórico da Agroecologia .....	60
3.2 O Repensar da Extensão Rural e a aproximação com a Agroecologia .....	62
3.3 O caminho agroecológico na rede de intercâmbios.....	67
3.4 Dimensões do Território Camponês.....	80
3.4.1 Gênero .....	82
3.4.2 História de Sujeitos (re) territorializados .....	83
3.4.3 Saberes e Processos Educativos .....	84
3.4.4 Formas de Cooperação Camponesa .....	85
3.4.5 Busca Controle da Produção de Insumos .....	86
3.4.6 Inventividade Camponesa .....	86
3.4.7 Multiplicação das Práticas de Transição Agroecológica.....	87
3.4.8 Comercialização da Produção Camponesa.....	89
3.5 Os Ensinaamentos que Brotam dos Intercâmbios .....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	102
APÊNDICE I: ROTEIRO DE DIÁLOGO SEMIESTRUTURADO .....	107
ANEXO I: MODELO DE BOLETIM INFORMATIVO .....	110
ANEXO II: CARTILHA DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DO TERRITÓRIO SUL SERGIPANO .....	113

## INTRODUÇÃO

O método de trabalho da agricultura ditado pelo mercado mundial, identificado pelo agronegócio exportador de grãos e *commodities* agrícolas em geral, teve no aumento da produtividade sua maior demonstração de sucesso, porém utilizando sempre insumos e condições que não estão disponíveis para todos os agricultores, ocasionando uma diferenciação entre os modelos de agricultura existentes, personificados no embate entre a agricultura modernizada e uniforme X agricultura camponesa diversificada. A intensa utilização de fertilizantes nitrogenados/fosfatados, a dependência da motomecanização, o apelo insistente para o desenvolvimento de monoculturas e, por fim, o uso indiscriminado de agrotóxicos são parte de um pacote tecnológico que segue evoluindo nos dias atuais em um contexto de disputa com o modelo de vida e de reprodução do campesinato.

O mercado mundial norteador da prática agrícola está personificado no agronegócio exportador e, segundo Ploeg (2008), está resumido a um pequeno grupo de transnacionais, que, ligado à indústria de alimentos e redes de supermercado, forma impérios alimentares, que definem além do modo de produção agrícola, a artificialização, padronização e controle dos processos que relacionam a produção e o consumo.

O discurso do agronegócio é hegemônico no Brasil, que possui nas políticas de governomaior volume de recursos financeiros, além de toda rede de infraestrutura e pesquisas científicas destinadas a este público. Todas as vantagens produzidas para viabilizar a agricultura empresarial e um suposto desenvolvimento agrícola do país geram, segundo Schlesinger & Noronha (2006), um equilíbrio das contas do setor externo, via entrada de dólares com a exportação dos produtos e por outro inviabiliza a economia do país em longo prazo, pois promove mais pobreza e destruição dos recursos naturais.

A agricultura exportadora valoriza a grande propriedade, a atividade rural específica e um alto padrão tecnológico agroindustrial, retira a autonomia dos

agricultores em escolher o que se planta e o que se preserva enquanto cultura camponesa.

As diversas identidades camponesas conformadas no nosso país, como os ribeirinhos, quilombolas, sertanejos, catadoras de mangaba, etc., atuam em desvantagem, quando se analisa os recursos disponíveis pelas políticas públicas para o desenvolvimento rural. Historicamente, a agricultura camponesa sempre caminhou em terreno adverso, mesmo que a história camponesa remeta à uma construção social adequada para o campo brasileiro e uma produção agrícola mais saudável e soberana. A agricultura camponesa é caracterizada pela produção em pequena escala, pela diversificação produtiva do alimento, pela produção voltada para o autoconsumo da família e de iniciativas que garantam a reprodução social do camponês enquanto classe (FERNANDES, 2008).

Estes camponeses possuem saberes herdados de gerações que sempre viveram no campo. Entretanto, estes saberes tradicionais foram trajados de atraso e ineficiência pela modernização da agricultura, mesmo tendo sido os saberes populares dos camponeses a base para a construção do agronegócio. A modernização da agricultura, conhecida também como “Revolução Verde”, e que desde seu início no mundo, mas também no Brasil dos anos 60, vendia a promessa de acabar com a fome no mundo. Passados mais de 50 anos desta promessa, o problema da fome ainda não foi resolvido e inúmeros problemas foram criados, como: a concentração de terras, contaminação ambiental por pesticidas e praguicidas, erosão genética de variedades, etc. Diante destes problemas a agricultura mundial vive em uma encruzilhada que divide a agricultura camponesa que trabalha no campo brasileiro, sem usufruir das mesmas condições de desenvolvimento que teve a agricultura oriunda da revolução verde, e que promove o avanço dos males sociais e ambientais decorrentes deste modelo dominante (IAASTD, 2009).

A esperança de sair desta encruzilhada vem exatamente daqueles que foram rotulados de atrasados, pois é na agricultura camponesa que encontramos os maiores exemplos de uma produção sustentada na família, no respeito aos recursos naturais, na produção saudável de alimentos.



A agricultura camponesa carrega em sua construção histórica princípios da agroecologia e sua articulação com outros pares, que vivenciam as mesmas problemáticas decorrentes do modelo do agronegócio, foi responsável por formatar um segundo princípio, que é garantidor de uma prática agroecológica, sendo ele a soberania alimentar.

Para Desmarais (2013) o conceito de soberania alimentar foi formatado em fóruns camponeses que partiram de um entendimento de que uma nação tem o direito de manter e desenvolver sua capacidade de produzir alimentos, respeitando sua diversidade cultural, posteriormente avança para o entendimento de que o direito se refere aos povos, indo além das nações. O entendimento final de que a soberania alimentar questiona o modelo do agronegócio capitalista, por mais que se deseje encorpá-lo de um nobre fim, como seria o combate à fome, constata que este último modelo é incapaz de priorizar a produção de alimentos que sejam culturalmente adequados, condizente com a produção diversificada realizada pelos camponeses, que respeite a capacidade produtiva da terra, valores culturais e preserve recursos naturais. Para Holt-Gimenez (2008), a agricultura camponesa carrega as respostas para desenvolver uma agricultura agroecológica, já que está pautada em pequenos sítios, com poucos insumos externos, desenvolvimento econômico local, sendo, portanto, capazes de resolver problemas gerados pelo agronegócio nos aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Este estudo parte do princípio que existe elementos para fortalecer um discurso agroecológico dentro do conhecimento popular da prática produtiva dos camponeses assentados da reforma agrária. Para isto é preciso sistematizar o conhecimento, que segundo Petersen & Silveira (2007) se trata de desencadear um conjunto de evoluções nas abordagens metodológicas, ou seja, ao invés de conceber uma tecnologia pronta e acabada, volta-se o olhar para o estímulo de processos sociais de inovação tecnológica, onde o registro das práticas camponesas é capaz de dar visibilidade e possibilita a construção de uma experimentação permanente no cotidiano camponês.

Os camponeses do Território Sul Sergipano, através de suas práticas agrícolas preservadas ao longo dos anos, precisam ter sistematizado e registrado todo seu conhecimento empírico, como verdadeiros tesouros escondidos. É justamente esse

conhecimento sistematizado que possibilita a territorialização do campesinato, que, segundo Petersen & Silveira (2007), brota do terreno do cotidiano local a partir da convivência dos camponeses com os desafios encontrados na gestão técnica e econômica de suas propriedades. Portanto, é necessário valorizar todo conhecimento dominado por qualquer camponês, que atenda a problemas vivenciados nos agroecossistemas regionais e principalmente possibilitar que esses camponeses sejam os expositores de suas experiências em intercâmbios de troca de experiências e, através de boletins, cartilhas, vídeos, etc.

Este conhecimento sistematizado pode fortalecer o diálogo dos saberes, a partir dos intercâmbios agroecológicos, que além de um dispositivo metodológico adquire a condição de se transformar em um lugar de trocas e sinergias de conhecimento, caracterizando assim o agir-refletir-agir, presente na práxis camponesa, com potencial multiplicador das práticas agroecológicas realizadas no ambiente camponês.

Associamos o pensamento de Carlos (2011) com a materialização da práxis camponesa, percebendo que a mesma se dá no espaço, produzindo-o, a partir da prática da atividade em si, de forma que “o ato de produzir é o ato de produzir espaço - isto é, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana”, (p. 17). Compreendendo que as condições materiais objetivas se dão a partir de uma produção do espaço que se concretiza como território do capital, nesse sentido, o produzir espaço a partir da práxis camponesa se dá de forma conflituosa, já que se faz necessário disputar uma forma de produzir que vai de encontro ao modo de produzir hegemônico do capital. Para Fernandes:

[...] Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais (2008, p 10).

Para que os territórios camponeses possam se desenvolver e dar as respostas agroecológicas necessárias são necessárias mudanças fundamentais nas estruturas políticas e econômicas da agricultura, além de redistribuir a riqueza com os trabalhadores do campo, investir em pesquisas e garantir mercado. Com isto será possível atingir não somente a soberania e segurança alimentar, mas também a conservação dos

recursos naturais do planeta. As experiências agroecológicas no Brasil em sua maioria não se enquadram em uma produção de larga escala, proposta pelo agronegócio; são desenvolvidas por famílias de pequenos agricultores, que, na sua maior parte, utiliza-se da mão de obra familiar e com uma relação direta com os recursos naturais (HOLT-GÍMENEZ, 2008).

O intercâmbio entre conhecimentos camponeses está apoiado na metodologia de Camponês a Camponês descrita por Holt-Gímenez (2008) e Sosa et al (2012), em que o protagonista é o camponês e a camponesa, não o técnico acostumado a uma prática centrada de transferência tecnológica. Desta forma os conhecimentos populares do campesinato estão presentes no cotidiano rural e a sistematização do modo de vida camponês se aproxima da ressignificação de uma prática agroecológica que possui raízes ancestrais, ao tempo que os intercâmbios possibilitam uma ampliação da escala de experiências camponesas agroecológicas que estão envolvidas em fluxos de trocas. Como consequência direta, percebemos o impacto da evolução de metodologias libertadoras que permitem aos camponeses assumirem o controle de seus processos produtivos e serem protagonistas de seu destino.

O trabalho foi norteado pela clareza de que se faz necessário construir no meio rural pesquisas articuladas com a construção de saberes e principalmente dos que vigoram localmente e que carregam uma melhor adaptação. Deste entendimento nasceu a pesquisa “Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de Intercâmbios em Redes Sociais” da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que é executado por sua unidade Centro de Pesquisa Agropecuária Tabuleiros Costeiros (CPATC), situada no Estado de Sergipe, com parceria do Centro Comunitário de Formação em Agropecuária D. José Brandão de Castro (CFAC), prestadora do serviço de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) nos assentamentos de Reforma Agrária.

O objetivo geral do estudo aqui desenvolvido foi analisar o processo de territorialização do campesinato em assentamentos de reforma agrária no sul de Sergipe, a partir do conhecimento popular agroecológico dos camponeses como força multiplicadora deste conhecimento na condução de intercâmbios de experiências

camponesas agroecológicas. Os objetivos específicos foram: sistematizar os conhecimentos camponeses e a experiência de construção da rede de agroecologia do território sul sergipano, que está conhecida como rede camponesa; identificar elementos que contribuam para o fortalecimento do protagonismos dos agricultores na realização dos intercâmbios de experiências; identificar os elementos históricos importantes para a construção da rede de agroecologia como referência organizativa do campesinato em Sergipe, a partir da reflexão e análise de suas experiências.

O presente estudo se baseou nos princípios metodológicos da pesquisa-ação, já que se conecta com as diversas formas de ação coletiva buscando a resolução de determinados problemas ou de objetos de transformação (THIOLLENT, 2000).

A partir dessa perspectiva, foram utilizadas ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), tais como: o diálogo semi-estruturado, caminhada guiada, cartografia social, etc. Essas ferramentas buscaram auxiliar nas oficinas de identificação de “agricultores faróis e agricultores experimentadores”<sup>1</sup>, que foram realizadas em reuniões e visitas às famílias nos assentamentos, que ocorreram entre os anos de 2012 e 2015.

De modo pessoal, ultrapassando o envolvimento de pesquisador, a realização deste estudo de territorialização do campesinato tem um fator motivacional antigo e muito próprio, tendo em vista uma permanente vinculação com estratégias de desenvolvimento rural desde a graduação em engenharia agrônoma, quando me aproximei de temas que orientaram o entendimento da questão agrária brasileira e do papel da reforma agrária na construção social do país.

O ensino formal da agronomia enfatiza sempre uma orientação técnica, que faz com que as áreas de estudo como sociologia e extensão rural passem a constar como simples protocolo. Com a aproximação militante dos espaços organizativos estudantis foi possível ter contato com debates que questionavam a formação profissional do agrônomo, o papel dos movimentos sociais populares no campo, a necessidade de discutir a ciência apropriada e a tecnologia adaptada no meio rural e também o apoio na construção da agroecologia.

---

<sup>1</sup> Conceitos desenvolvidos no Capítulo 3.

Fora do ambiente de graduação foi possível estar em contato com organizações de movimentos sociais que buscavam implementar a agroecologia, através da difusão de práticas agroecológicas, e também na contraposição ao modelo capitalista de realizar a agricultura. Com o início da vida profissional houve a aproximação com iniciativas de assistência técnica e extensão rural, que por mais criticidade acumulada, havia também a obrigatoriedade de se relacionar com o crédito rural, os questionários de levantamento, distribuição de sementes e outras políticas que desconstruíam princípios da horizontalidade e participação preconizados na agroecologia.

O trabalho como profissional da agronomia em áreas de reforma agrária me vinculou a uma atuação nos programas de Assessoria Técnica Social e Ambiental das Áreas de Reforma Agrária (ATES) desde o ano de 2007 e sempre foi um norte particular poder contribuir para que os assentados e assentadas de reforma agrária do estado de Sergipe pudessem ter papel de protagonistas na assistência técnica e extensão rural.

Alcançar o objetivo pessoal não era fácil e já havia sido demonstrado que seria assim, através do contato com as experiências passadas com organização popular. O norte estava definido. Trabalhar com a perspectiva agroecológica, ainda que falhando em alguns momentos, mas tinha no meu norte definido o mesmo paralelo de utopia, que nos disse Eduardo Galeano, seguir caminhando.

O programa de ATES ainda que tenha uma orientação, segundo Incra (2008) pelo uso de metodologias participativas por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, com referência na realidade e no conhecimento local, na facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos atores envolvidos, termina envolvendo os extensionistas, como já dito na minha experiência pessoal, no cotidiano de tarefas burocráticas, seja para regularizar a ocupação de lotes ou para representar assentados junto a uma instituição financeira para obter crédito rural.

Essa trajetória segue até o ano de 2011 quando acontecem os primeiros contatos com a metodologia Camponês a Camponês (CaC) e nasce uma perspectiva pessoal de

construir o protagonismo camponês nos territórios da Reforma Agrária, com valorização do conhecimento popular e fazer deste último elemento uma ferramenta de ampliação do território agroecológico.

A necessidade de criar outro comportamento frente à relação que é construída pelos camponeses quando trabalham a terra em seu cotidiano agrícola adaptado, deve ser mais bem respeitada pelos extensionistas rurais, que ainda se comportam como repassadores de informações, agentes de desenvolvimento, fiscais bancários, etc., posturas que não protagonizam a ação dos camponeses, impedem uma construção endógena e a difusão horizontal das soluções reconhecidamente camponesas.

Trata-se de uma indicação antiga, sugerida por Freire (1983), quando dizia para o agrônomo que era necessário uma preocupação além de uma mera assistência técnica, mas sim uma construção com os camponeses, um encontro solidário com outras dimensões, que não a técnica; ou seja, uma negação da capacitação como um ato ingênuo de transferir a técnica. É, pelo contrário, o ato em que o proceder técnico se oferece ao educando como um problema ao qual ele deve responder.

Deste modo, podemos afirmar que, colocando em contato o conhecimento camponês entre os próprios camponeses, estamos fortalecendo o processo de transição agroecológica, já que camponeses podem intercambiar suas práticas, complementando saberes que são testados no cotidiano.

A construção do conhecimento agroecológico vem sendo alimentada dentro do Território Sul Sergipano, por meio da relação sistematização/reflexão das experiências dos camponeses assentados de Reforma Agrária, junto com a troca de experiências entre os mesmos camponeses, materializada pelos intercâmbios em que se vislumbra favorecer sujeitos sociais, conhecedores de seu ecossistema local dispostos a discutir e propor inovações agroecológicas, que orientem a construção do modelo de desenvolvimento agrário adequado aos camponeses desta porção de Sergipe.

Justamente por este motivo que no âmbito do mestrado foi aproveitado a oportunidade de vivenciar a realidade camponesa no estado da Paraíba, mais precisamente no Território da Borborema, onde se constituiu a rede de agricultores experimentadores. Este intercâmbio fora de Sergipe somente se fez possível pelo apoio

do Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-graduação de Sergipe (PROMOB), que viabilizou as passagens aéreas e ajuda de custo. Este intercâmbio acadêmico possibilitou também a construção de um roteiro de experiências que foram posteriormente visitadas por uma delegação de camponeses de Sergipe, incluindo representantes da rede Camponês a Camponês do Território Sul Sergipano.

A construção da rede camponesa do Território Sul Sergipano (TSS) iniciou seus passos identificando e sistematizando experiências camponesas e uniu trabalho de campo de pesquisadores e extensionistas rurais que possuíam uma atuação direta na construção de propostas para o desenvolvimento rural sergipano, tendo como princípio a agroecologia.

O nascimento da proposta teve sua origem na unificação de pensamentos e trabalhos que vinham sendo postos em prática no TSS e na Extensão Rural. No TSS existia uma pesquisa que buscou ouvir uma diversidade de comunidades, que apontou em seu diagnóstico final a necessidade de um novo modelo de produção para a localidade e que apontava a diversificação produtiva dos camponeses e dos sistemas agroflorestais como solução, já do ponto de vista da extensão rural emergia a discussão de diversas organizações da sociedade civil, que trabalhavam com camponeses, a necessidade de evidenciar as práticas agroecológicas pelas mãos dos camponeses que as protagonizavam. Estas ideias estavam juntas no momento que acontecia o II Seminário Estadual de Agroecologia, realizado em Sergipe no ano de 2011. Para a realização deste seminário as experiências agroecológicas foram previamente sistematizadas com a colaboração dos extensionistas da ATES, de outras entidades prestadoras de assessoria camponesa e apresentadas pelos próprios camponeses durante o evento.

Os critérios utilizados na seleção das experiências a serem sistematizadas foram: possuir cultivos diversificados, conservação de variedades crioulas e plantios voltados para a segurança alimentar e saúde da família camponesa. Após a identificação e apresentação das experiências sistematizadas no seminário, observou-se que as mesmas estavam isoladas, o que impedia a multiplicação do conhecimento.

Propôs-se então identificar outras experiências e construir ações a partir de metodologias que contribuíssem para articular e fortalecer as experiências sistematizadas e ampliar o número de experiências agroecológicas no estado. A presença em campo desta pesquisa permitiu aflorar através de intercâmbios de experiências agroecológicas que os camponeses vissem o real tamanho de sua importância, a que estava presente no encontro com uma variedade crioula perdida na memória, mas viva no terreno de um outro camponês, a que se reconhecia nas estratégias de apoio à reprodução social das famílias camponesas visitadas e a que principalmente se fortalecia no momento em que era possível refletir o caminho percorrido e o direito de seguir traçando uma trilha de autonomia camponesa.

A rede “Camponês a Camponês” pode ser representada por três componentes: a) Camponeses e camponesas; b) experiência camponesa farol e c) fluxos e interações de diferentes naturezas. Os camponeses e camponesas são os pontos, antes isolados, onde se inicia a trama para tecer a rede. Muitos destes camponeses e camponesas possuíam por último, as experiências camponesas faróis, que funcionaram como nós de onde emanava maior acúmulo na construção agroecológica, ou processo de transição agroecológica mais avançado, aqueles que dão resistência à rede e apontam caminhos possíveis e c) os fluxos e interações que são as várias possibilidades de ligações entre esses pontos.

O primeiro pressuposto está associado ao poder multiplicador que é desencadeado a partir dos processos de intercâmbios de experiências agroecológicas, percebido pela participação dos assentados e do protagonismo das experiências camponesas que mobilizam a rede de intercâmbios através do complemento de saberes. O segundo pressuposto desenvolvido neste estudo é de que o território agroecológico presente na prática camponesa é combatido pelo território do agronegócio capitalista, quando o mesmo desconsidera o saber camponês oferecendo saídas na produtividade agrícola, porém com aprisionamento comercial da produção e concentração de terras.

O processo de sistematização de experiências e da conformação de redes refletidos a partir deste estudo pretende inspirar os agentes que atuam como técnicos e extensionistas rurais das áreas de Reforma Agrária, uma necessidade coletiva de



repensar a presença da assistência técnica e da extensão rural no meio dos camponeses assentados da Reforma Agrária. Essas sistematizações foram compiladas em boletins informativos (Anexo II) que auxiliam os camponeses a partilharem as suas experiências com os demais durante os intercâmbios.

No atual caminho que vem sendo trilhado para tecer a rede agroecológica do território Sul Sergipano, hoje conhecida como rede Camponês a Camponês, contamos com valorosas contribuições que valem mencionar como fundantes na concepção e na operacionalização, sendo eles: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Embrapa Tabuleiros Costeiros, o Colegiado do Território Sul Sergipano, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, principalmente, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), CFAC e, além do coletivo de camponeses e camponesas que se formou no Sul Sergipano, que se dizem orgulhosos de fazer parte e aprender com a rede camponês a camponês.

Este trabalho está estruturado em três capítulos que buscam relatar o caminho percorrido na formação de redes de conhecimento agroecológico no TSS. O primeiro capítulo resgata elementos da estrutura agrária do território em questão e traz apontamentos que indicam a existência de conflitos que conformam a disputa de modelos de desenvolvimento agrário. Já no segundo capítulo buscou-se traduzir a resistência camponesa como uma das formas imateriais do território agroecológico e sua conexão com movimentos que se articulam mundialmente. Por fim, trazemos no terceiro e último capítulo as especificidades da rede Camponês a Camponês (CaC) do TSS, identificamos os desafios da extensão rural em proceder uma reformulação de seu papel e do entendimento das diversas dimensões do território camponês que puderam ser observadas nas experiências sistematizadas neste estudo.

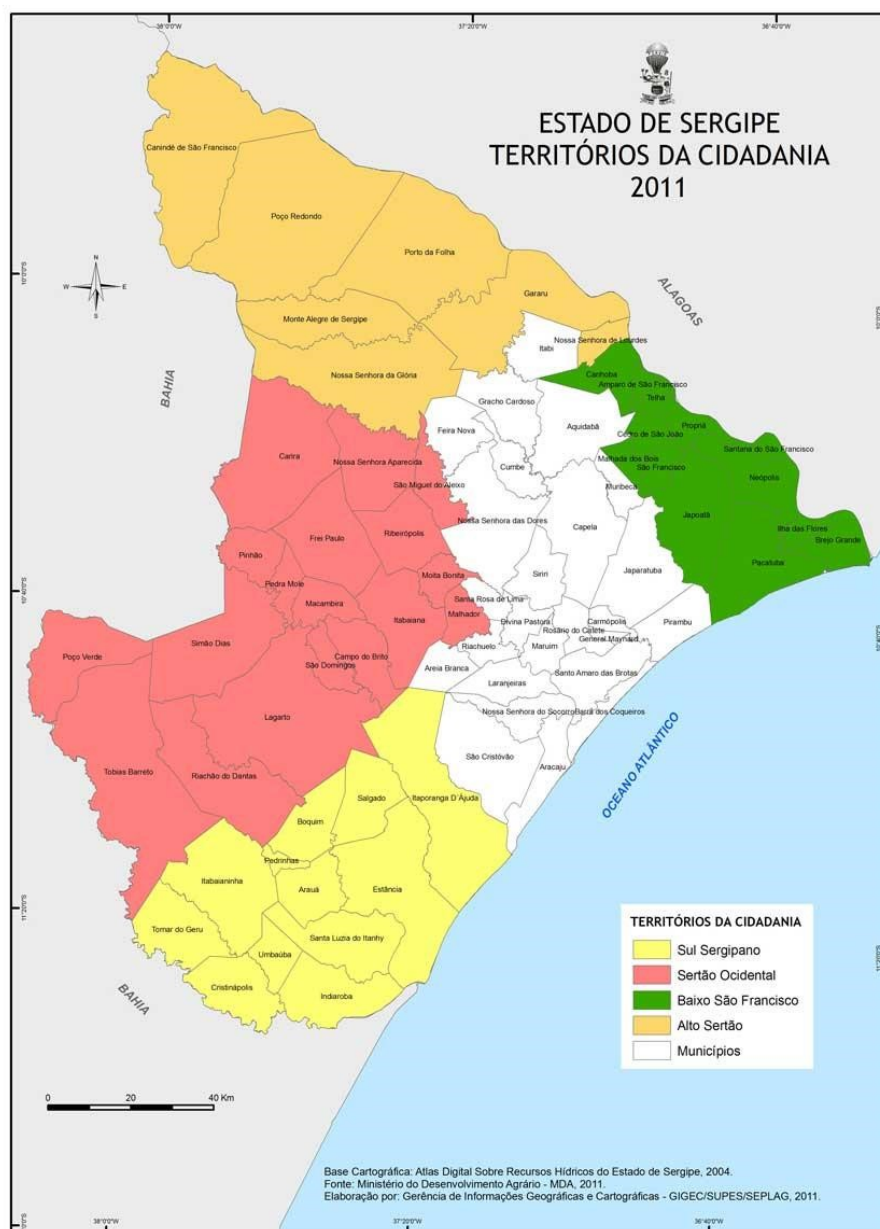
## 1 ESTRUTURA AGRÁRIA NO SUL SERGIPANO

Neste estudo foi utilizado o entendimento de que o Território Sul Sergipano (TSS) seria o mesmo território determinado na política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), não por concordância conceitual, mas sim pelo fato de que o processo de construção de redes de intercâmbios camponeses se confundem com a estrutura interna do TSS, sendo essa estrutura, a plenária do colegiado territorial do Sul Sergipano, audiência esta que acontece mensalmente em forma de rodízio nos municípios do TSS. Desta forma foi possível analisar o contexto territorial em que as experiências agroecológicas se inserem, as condições de expansão da rede de intercâmbios e o método de realização dos intercâmbios.

O TSS é definido como uma região que está sob a zona de influência da cadeia produtiva do agronegócio da fruticultura de citros, principalmente a laranja está integrado por 12 municípios, sendo eles: Tomar do Geru, Umbaúba, Itabaianinha, Salgado, Estância, Boquim, Cristinápolis, Itaporanga d'Ajuda, Indiaroba, Santa Luzia do Itanh, Pedrinha e Arauá. (Figura 1) e ocupa uma área de 5.822,20 km<sup>2</sup>, representando 26% da área territorial do estado de Sergipe. Possui condições edafoclimáticas de mata atlântica das terras baixas; de modo geral, os tipos de solos variam de argisolos a planossolos, variando igualmente a fertilidade, em função da disponibilidade de nutrientes (SIQUEIRA *et al*, 2010).

No Sul Sergipano está localizada a segunda maior bacia hidrográfica do estado de Sergipe, a bacia do rio Piauí, e é na cidade de Estância onde se concentra a maior parte de população da bacia, sendo que 20% do efetivo demográfico reside neste município. Um dos principais usos dados para a água captada da bacia do rio Piauí é o abastecimento público e a agricultura, mas não podemos desconsiderar o interesse pelo abastecimento de água pelo setor industrial, que por sua vez movimenta indústrias químicas, de confecções, alimentícias, de bebidas, etc. No município de Estância está a maior concentração de estabelecimentos industriais da bacia do rio Piauí, inclusive com a conformação de um distrito industrial (ROCHA, 2010).

**Figura 1 - Sergipe -Territórios da Cidadania - 2011.**



De acordo com estudo de mapeamento de uso do solo na região realizado por Bitencurtiet *al* (2010), verificou-se que 60% da área do Sul Sergipano está ocupada por atividades agrícolas de caráter expressivo no contexto regional e por pastagens. Baseado nos dados de Bitencurtiet *al* (2010) e levando em consideração a estrutura fundiária da

região e associando que as grandes propriedades, concentradoras de terras e de poder, são maioria e adotam um modelo de desenvolvimento agrícola inadequado do ponto de vista agroecológico, podemos afirmar que na maior parte desses 60% de áreas com atividade agrícola encontra-se a reprodução do agronegócio capitalista. Desta maneira conformamos os camponeses e o agronegócio capitalista como diferentes atores que disputam e exercem seus poderes num campo relacional que buscam produzir seus territórios, sobressaindo a força territorial do agronegócio e das estruturas que favorecem a imposição do modelo que desconsidera a agricultura camponesa.

#### Segundo Ramos Filho

[...] o campo sergipano está marcado pela elevada concentração fundiária. Se tomarmos como referência os dados recentes do cadastro de imóveis rurais do INCRA, verifica-se que, dos 64.515 imóveis rurais, que ocupam 1.580.400 ha no estado, os pequenos proprietários e posseiros que possuem menos de 100 ha são predominantes, representando, assim, a maioria absoluta (95,62%) dos imóveis rurais. Todavia, sua participação na área rural não atinge a metade do total cadastrado (46,94%). Por sua vez, os grandes proprietários que possuem imóveis acima de 500 ha, enquanto representam apenas 0,53% dos imóveis, concentram 21,36% da área rural cadastrada. Estes dados revelam que, em Sergipe, há muita gente para pouca terra e pouca gente com terra demais (2008, p. 58).

O cenário de concentração fundiária e desigualdade na estrutura fundiária sergipana foi a motivação primordial para organização de trabalhadores sem terra desde meados dos anos 80, que passaram a ocupar propriedades improdutivas, forjando assim o principal meio de criação e recriação do campesinato (RAMOS FILHO, 2008).

A estrutura agrária no Sul Sergipano, neste trabalho, foi um elemento importante de análise, já que os assentamentos como locais de onde iniciamos diversos intercâmbios de experiências camponesas localizam-se nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy. Nestes municípios foi possível perceber a presença ampla do campesinato em números de imóveis, porém mínima em extensão de área, ou seja, uma realidade nada diferente do que acontece com o patamar de concentração fundiária existente no Brasil.

Os municípios de Santa Luzia do Itanhy e Estância fazem parte da política pública proposta pelo governo federal, denominada Territórios da Cidadania, estratégia utilizada para identificar municípios com renda deprimida e a partir disto articular

políticas públicas que favoreçam a geração de renda. Os municípios estudados neste trabalho, Estância e Santa Luzia do Itanhhy, estão incluídos na região denominada pelo governo federal de Território Sul Sergipano, que apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio classificado como 0,62, enquanto que o estado de Sergipe fica em torno de 0,665 (DIEESE, 2011).

As experiências agroecológicas afloram do conhecimento ancestral, cristalizado, mas também renascem no processo de (re) territorialização do campesinato a partir dos acampamentos de sem terranestes dois municípios estudados no trabalho. Trata-se do processo de luta e enfrentamento que fez forjar no acampamento de sem-terra a construção de uma disputa entre modelos, que continua vigente no cotidiano dos assentamentos e, é exatamente dessa disputa que extraímos as grandes experiências de diversos camponeses do TSS que compõem a rede Camponês a Camponês.

Segundo os critérios técnicos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) tanto o município de Estância, quanto o de Santa Luzia do Itanhhy, o módulo fiscal (MF) está definido em 10 hectares. Quando enquadrados na conceituação de pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade, temos que a primeira tem como limite as propriedades com até 40 hectares, a segunda está entre as propriedades com 40,1 a 150 hectares e por fim a terceira que se refere as propriedades com mais de 150 hectares (INCRA, 1997). A opção de utilizar o SNCR se mostrou mais eficaz em traduzir a realidade da distribuição fundiária, por se tratar de um levantamento feito junto aos proprietários de imóveis rurais, que necessitam manter registro no INCRA.

Para a análise da estrutura fundiária, neste estudo, nos dois municípios em questão, agrupamos os minifúndios, considerando-se as propriedades com até 10 hectares de área, as pequenas propriedades até a dimensão de 50 hectares, as médias até menos de 200 hectares e as grandes propriedades acima de 200 hectares.

A primeira constatação a que chegamos não é diferente da que se percebe quando analisamos a estrutura fundiária brasileira, que tem concentradas nas mãos de poucos proprietários 45% das terras brasileiras. O município de Santa Luzia do Itanhhy concentra uma porcentagem de área similar ao contexto nacional nas mãos dos proprietários de terras com mais de 200 hectares (Tabela 1). Já Estância (Tabela 2)

configura uma concentração menor de área das propriedades com mais de 200 hectares, porém existe uma hipótese que carece de estudos e que indicam que as grandes propriedades têm usado como estratégia o desmembramento em imóveis menores, dificultando o processo de desapropriação para fins de reforma agrária.

**TABELA 1 - SANTA LUZIA DO ITANHY - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 2011**

<b>Classe de área (ha)</b>	<b>Número de Imóveis</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
0 a menos de 10	175	43,00	889,83	4,31
10 a menos de 50	148	36,36	3.698,50	17,93
50 a menos de 200	65	15,97	6.707,25	32,51
Mais de 200	19	4,67	9.333,80	45,25
Total	407	100,00	20.629,38	100,00

Fonte: SNCR, INCRA, 2011 - DATALUTA Sergipe - Banco de Dados da Luta pela Terra.

O processo de minifundização é relevante em ambos municípios, apesar de serem a grande maioria, são responsáveis por apenas 4,31% da área em Santa Luzia do Itanhhy e por 10,48 % da de imóveis cadastrados no INCRA no município de Estância. Esse fenômeno é um gargalo para a agricultura camponesa, já que o fracionamento futuro como consequência da reprodução social do campesinato, tende a aguçar as dificuldades de viabilizar a agricultura camponesa, assim como também estimula a migração da força de trabalho camponesa para as cidades.

**TABELA 2 – ESTÂNCIA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 2011**

<b>Classes de área (ha)</b>	<b>Número de imóveis</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
0 a menos de 10	1.003,00	58,42	4.055,07	10,48
10 a menos de 50	550,00	32,03	12.094,13	31,27
50 a menos de 200	145,00	8,44	12.589,18	32,55
Mais de 200	19,00	1,11	9.942,93	25,70
Total	1.717,00	100,00	38.681,31	100,00

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, INCRA; Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, Sergipe.

De acordo com o Banco de Dados da Luta pela Terra Sergipe (2013), nos municípios do Território Sul Sergipano foram conquistados entre 1991 e 2011, 32 assentamentos rurais, que incorporaram ao programa nacional de reforma agrária 14.549 hectares de terras o que beneficiou no período 1.326 famílias, além de 8 comunidades quilombolas reconhecidas, segundo dados do (DIEESE, 2011).

Como apresentado na Tabela 3, o município de Estância conta com o maior número de assentamentos no TSS, sendo 11 no total. Já Santa Luzia do Itanhy conta com 4 assentamentos antigos, destes existem 3, que já foram emancipados pelo INCRA, inclusive se tratam dos assentamentos que tiveram experiências sistematizadas e intercâmbios realizados. Nos assentamentos se constroem diversas experiências agroecológicas e muitas delas nascem da adversidade que são apresentadas aos beneficiários assentados, sendo assim nascem respostas para dificuldade de acesso a água, da não demarcação de lotes produtivos, da dificuldade em alimentar as criações animais, etc.

**TABELA 3 - NÚMERO DE ASSENTAMENTO POR REGIÃO - 2014**

Sergipe/ Município	Nº de assentamentos	% de assentamentos	Nº de famílias	% de famílias	Área (Ha)	% de área
Sergipe	215	100	9.864	100	322.817	100
Estância	11	5,11	318	3,22	3.088	0,95
Santa Luzia do Itanhy	4	1,86	237	2,40	2.355	0,73
Indiaroba	10	4,65	488	4,94	5.813	1,80
Cristinápolis	2	0,9	80	0,81	663	0,20
Tomar do Geru	3	1,39	112	1,13	1.858	0,57
Umbaúba	2	0,9	72	0,72	772	0,23

Fonte: DATALUTA Sergipe - LABERUR/NERA, 2014.

Dois elementos são importantes destacar no tocante ao cenário futuro da questão agrária no Sul Sergipano: primeiramente, a perspectiva de manutenção da concentração fundiária na região, tendo em vista a construção de 2 pontes na região, que, segundo Falcón (2014), custaram R\$ 206 milhões e interligam a capital de Sergipe às praias do litoral sul, além de facilitar o acesso ao estado da Bahia.

O primeiro elemento tende a agravar a concentração fundiária, por conta da intensificação da especulação imobiliária e facilidade de acesso no TSS, já que se trata de uma região com atrativos turísticos litorâneos e abundância de recursos naturais, além de ter unificado áreas econômicas que antes pouco se conectavam entre os estados da Bahia e Sergipe.

O segundo elemento é a existência de um programa de caráter compensatório, chamado de Mão Amiga, que dispendeu entre os anos de 2009 a 2013 uma quantia de R\$ 24 milhões para os trabalhadores rurais que colhem laranjas nas diversas propriedades da região e ficam desempregados no período da entressafra (FALCÓN, 2014). Este elemento enquanto política compensatória, arrefece a luta por terra como mecanismo de justiça social eficiente, fazendo com que a massa de empregados sazonais deixem de priorizar a condição de camponês com acesso negado à terra.

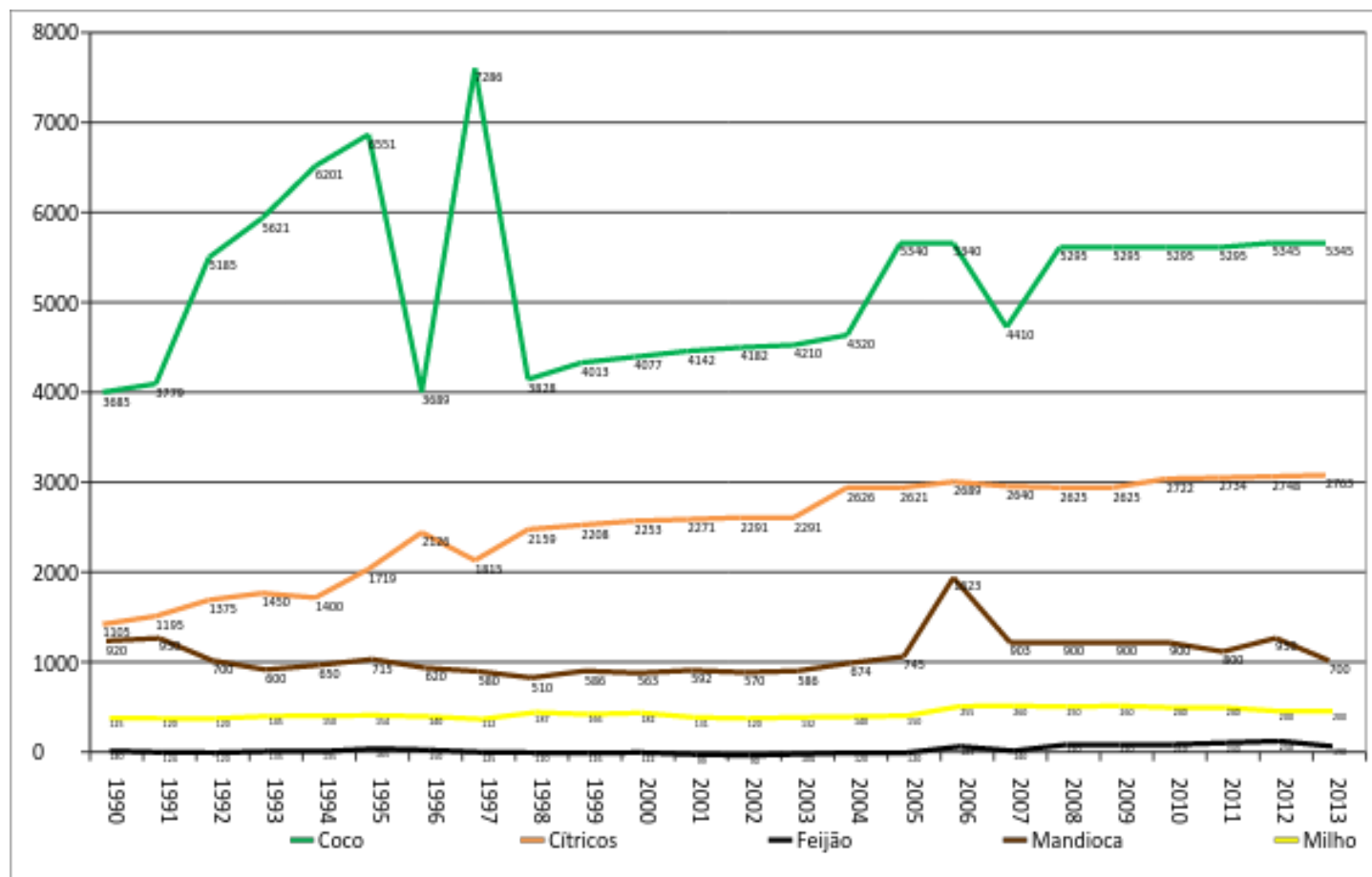
Trata-se de uma intervenção do Estado em fixar a força de trabalho no campo, permitindo acumulação capitalista do agronegócio da laranja, já que os trabalhadores que antes poderiam ir buscar trabalho nas cidades, gerando o êxodo rural e tornando a mão de obra mais cara e escassa, fica disponível no campo a um custo estável, porém ainda carente de acesso à terra e das possibilidades de reprodução social que agricultura camponesa possibilita.

No que diz respeito às lavouras permanentes, a laranja é a cadeia produtiva de referência no Sul Sergipano. No ano de 2010, ocupou a maior área colhida de Sergipe (54.733 ha), além de se tratar também da maior produção (805.962 ton.) (FALCÓN, 2014). Porém, como demonstra o quadro 4, nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy, ainda que pese o apelo da monocultura dos citros na região, este cultivo não é o mais representativo no volume de produção, a cultura citrícola perde espaço para o coco nos anos de 2008 e em 2013.

Dentre as lavouras permanentes priorizamos neste trabalho a realização da análise da área plantada (Figura 2 e 3) dos citros, onde se agrupou a laranja, limão e tangerina, além de analisar a evolução da área plantada do coco. Para ambas as culturas é possível perceber um avanço da área plantada destas culturas, mas que não necessariamente se observa um aumento na produção.

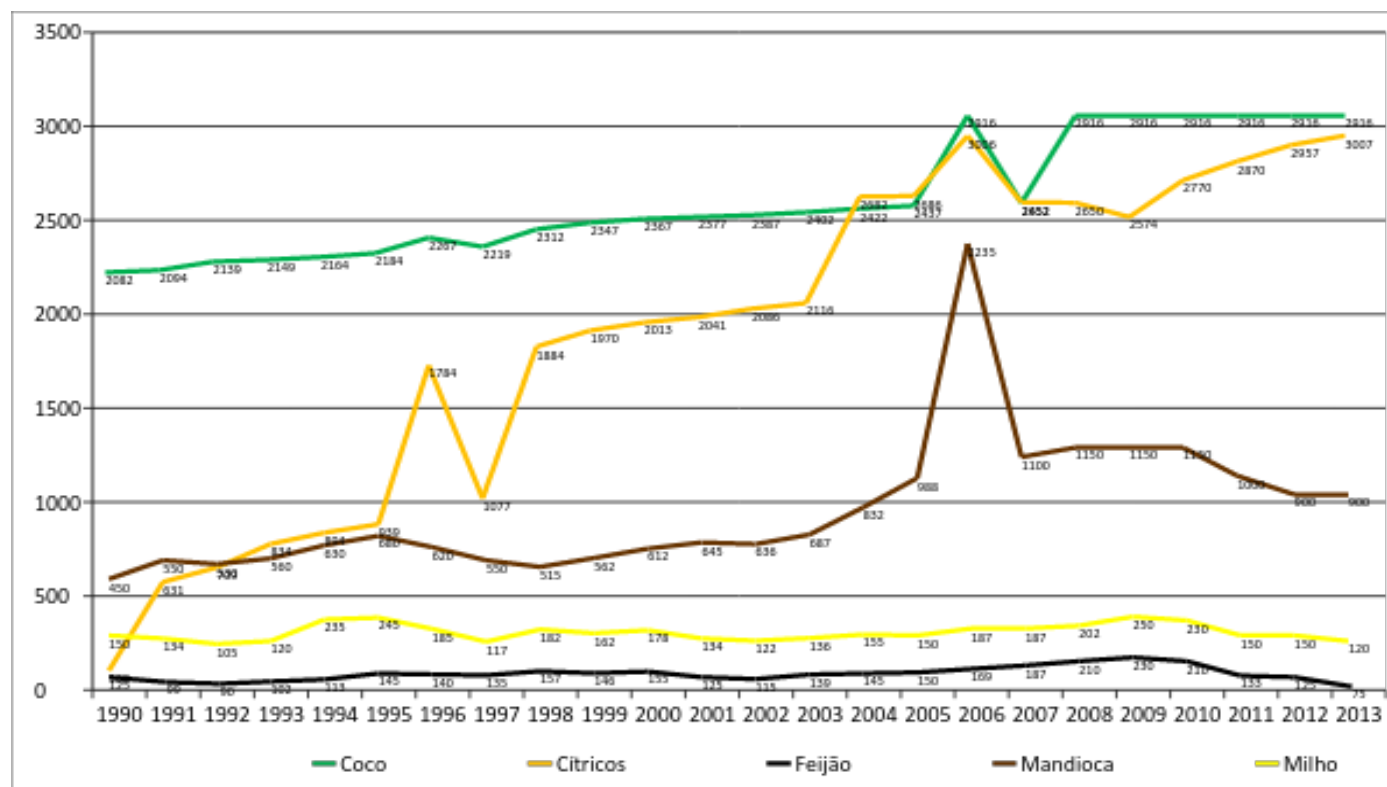


**FIGURA 2 –ESTÂNCIA - EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (1990 - 2013)**



Fonte: SIDRA/IBGE, 2013.

**FIGURA 3 – SANTA LUZIA DO ITANHY - EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS CULTIVOS (1990 A 2013)**



Fonte: SIDRA/IBGE, 2013.

O crescimento da citricultura é notório no município de Santa Luzia do Itanhy, enquanto que é possível perceber uma importante queda da área plantada do coco em Estância a partir dos anos de 1995, neste período foi possível perceber o aparecimento da tangerina e seu impacto na evolução da área plantada de citros a partir dos anos 90 (Tabela 4).

Ambas os cultivos estão no contexto produtivo do campesinato, porém levantamos uma indicação flagrante, por também estarem presentes nas grandes propriedades da região. A cultura dos citros situa-se no contexto do pacote tecnológico do agronegócio e encontra apoio de políticas governamentais, seja na revitalização de laranjais, produção de mudas certificadas, além do combate às pragas. Já a cultura do coco demonstra-se crescente quanto à área plantada, mas é uma cultura que não é exigente em tratamentos culturais e termina sendo usada como uma estratégia de ocupação do território por parte de latifundiários que pretendem não ser enquadrados na condição de propriedades improdutivas.

**TABELA 4 – ESTÂNCIA E SANTA LUZIA DO ITANHY – ÁREA PLANTADA COM CULTIVOS PERMANENTES SELECIONADOS (2004 – 2013)**

	2004		2008		2013	
	Estância	Santa Luzia do Itanhy	Estância	Santa Luzia do Itanhy	Estância	Santa Luzia do Itanhy
Coco-da-baia (mil frutos)	10.230	5.982	97.312	46.665	78.612	46.665
Laranja (tonelada)	30.995	35.060	31.272	42.916	31.272	34.580
Limão (tonelada)	78	261	98	288	160	280
Tangerina (tonelada)	94	143	96	135	96	135
Manga (tonelada)	2.922	720	2.875	800	2.900	806

Fonte: IBGE (2004; 2008; 2013).

Nos últimos 15 anos tem se acostumado dizer que Sergipe vive uma crise na citricultura. Mas, quando se observa a crescente área plantada dos citros em Santa Luzia do Itanhy e Estância é possível compreender o destemperamento dos que reivindicam mais apoio para a citricultura, já que mesmo com a crescente área plantada não se observa um ganho significativo no volume de produção. Desta forma é comum escutar que as causas da crise estão ligadas às pragas como a mosca negra, o caramujo e aos velhos laranjais. Porém

difícilmente será associado que os problemas da citricultura estão ligados ao monocultivo extensivo.

Sobre as culturas temporárias, é necessário reconhecer o real valor que os camponeses depositam nessas culturas, já que do ponto de vista macroeconômico elas são pouco reconhecidas na região. Os dados de evolução da área plantada de culturas como mandioca, milho e feijão mostram uma estabilidade, quase uma prova do que acontece na realidade camponesa, o consórcio destes três cultivos.

Com uma ideia limitada ao contexto econômico e produtivo Falcón (2014), avalia o cultivo do milho e feijão como uma cultura de pouca expressão econômica no território, além de taxar a mandioca cultivada como material genético de baixo potencial produtivo, e culpa as precárias técnicas dos sistemas de cultivos para a baixa rentabilidade destas culturas (Tabela 5).

**TABELA 5** - ESTÂNCIA E SANTA LUZIA DO ITANHY – ÁREA PLANTADA COM CULTIVOS TEMPORÁRIOS SELECIONADOS (2004 – 2013)

	2004		2008		2013	
	Estância	Santa Luzia do Itanhy	Estância	Santa Luzia do Itanhy	Estância	Santa Luzia do Itanhy
Abacaxi (mil frutos)	290	511	2.825	950	1.750	750
Amendoim (toneladas)	25	29	60	36	24	24
Feijão (toneladas)	58	72	105	106	114	45
Mandioca (toneladas)	9.146	11.320	9.900	16.100	7.700	12.600
Milho (toneladas)	91	100	225	391	400	240

Fonte: IBGE (2004; 2008; 2013).

Este trabalho buscou valorizar o contrário, pois dentro das experiências sistematizadas e intercambiadas estiveram presentes diversos conhecimentos de manejo e variedades de milho, feijão e mandioca. Os valores culturais destes cultivos estão subdimensionados na quantidade que se produz e principalmente no que se vende, já que se tratam de alimentos que estão disponíveis de forma direta aos camponeses, sem serem contabilizados no mercado, mas com grande importância no autoconsumo destas famílias do TSS.

Outra atividade econômica importante na região é a extração vegetal, de mariscos e a pesca artesanal, que mobilizam de diversas maneiras a questão agrária na região e expressam uma conflitualidade entre o campesinato e o capital, personificado no agronegócio e na especulação imobiliária presentes nessa região litorânea, o que impede a criação da Reserva Extrativista Litoral Sul de Sergipe (RESEX<sup>2</sup>) (Tabela 06). A reivindicação da criação desta unidade de conservação ambiental, tem sido uma estratégia usada pelos camponeses que vislumbram nesta, as condições possíveis de reprodução social e que são impedidos de concretizar a sua territorialização e promover uma maior igualdade no acesso e distribuição de terra.

Exemplo dramático desta realidade é o cotidiano das mulheres catadoras de mangaba. Nas últimas décadas, com o avanço da especulação imobiliária e turismo de litoral, sua atividade de coleta do fruto mangaba vem sendo impactada pelo cercamento e privatização das áreas de restinga, assim como pela devastação da vegetação natural incluindo as respectivas árvores frutíferas. Isto lhes impõe a necessidade de percorrer distâncias cada vez maiores na busca por frutos para coleta e, muitas vezes ao encontrá-lo no interior de terras cercadas e privatizadas, necessitam obter autorização dos declarados proprietários dos terrenos, exige-se a repartição dos resultados com estes últimos. Isto impõe uma série de limites à reprodução social deste povo tradicional e à conservação ambiental.

**TABELA 6 - ESTÂNCIA E SANTA LUZIA DO ITANHY – EXTRATIVISMO VEGETAL (2004 – 2013)**

	2004		2008		2013	
	Estância	Santa Luzia do Itanhy	Estância	Santa Luzia do Itanhy	Estância	Santa Luzia do Itanhy
Castanha de caju (toneladas)	4	3	3	4	1	1
Mangaba (toneladas)	345	6	23	7	39	9

Fonte: IBGE (2004; 2008; 2013).

<sup>2</sup> A reserva extrativista é uma área de domínio público que deve ser utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

### **1.1. Conflitualidade do Agrário no Sul Sergipano**

A questão agrária é movida pela conflitualidade entre o campesinato e a agricultura capitalista: à medida que se observa o avanço da agricultura moderna nos territórios camponeses, eles se organizam, constroem alternativas, buscando meios de sua própria existência, recriação, autonomia e resistência.

É resultado de um problema estrutural do capitalismo, que condiciona a todos uma pretensa igualdade jurídica de direitos, mas sob uma condição de extrema desigualdade econômica. Esta última condição permite a apropriação de terras e dos meios de produção que orientam o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e também com fortes influências no cenário político. O capital por sua vez, ao concentrar terras e excluir camponeses de seus territórios, faz gerar uma luta política que reivindica bandeiras políticas necessárias para a classe camponesa como a luta por terra e a valorização da agroecologia como um modelo camponês para o desenvolvimento do campo.

O campesinato como sujeito social constrói uma forma de manejo dos recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais, utilizando um conhecimento sobre o entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando distintos graus de campesinidade (GUZMAN & MOLINA, 2005).

Shanin (2005; 2008), ao conceituar o campesinato, também traz o manejo do estabelecimento familiar e os típicos padrões de sua dinâmica, a partir do qual ele caracteriza o camponês como pequenos produtores agrícolas que, com ajuda de equipamentos simples e com auxílio de trabalho familiar, produzem para o autoconsumo e consequente reprodução social. Buscar o entendimento da condição camponesa traz elementos de como esta classe enfrenta crises econômicas, mostrando assim, as estratégias de reprodução social do campesinato.

No Território Sul Sergipano, encontramos uma realidade camponesa conformada também pela presença de muitos assentamentos. Somente na microrregião de Estância, são 31 assentamentos, que ocupam 4,87% da área dos assentamentos do estado. O espaço geográfico no Sul Sergipano se realizou certamente em uma paisagem de natureza

exuberante, tanto pelos extratos de vegetação ainda existentes, como também pela presença da bacia hidrográfica do rio Piauí.

De acordo com Fernandes (2008), o espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais é integrado por diversos tipos de espaços sociais. Tais espaços, são produzidos pelas relações entre as pessoas, entre estas e a natureza, mediadas pelo trabalho, que transformam a realidade externa, modificam a paisagem e com a projeção do poder constroem territórios.

O território passa a existir quando se dá a apropriação do espaço pelo homem. O espaço é anterior ao território, já nos dizia Raffestin (1993). Porém quando apropriado pelo homem, seja de forma concreta ou abstrata, transmuta-se em território. A apropriação do espaço geográfico se dá com a realização do trabalho, do planejamento, dos usos, da intervenção. Assim, as análises detidas sobre o território revelam as relações de poder existentes no seu interior decorrentes das intencionalidades das diferentes classes sociais (RAFFESTIN, 1993).

No trabalho aqui apresentado, não pretendemos focar a análise do território no marco de políticas públicas, pois entendemos que dentro do espaço geográfico se formam diversos espaços sociais que se realizam também como territórios e que não coincidem com a intenção de gestores públicos que delimitaram a uma certa quantidade de municípios o *status* de território.

A política de desenvolvimento territorial seria um campo fértil e sem conflito para aplicar políticas públicas, que, segundo Gomez (2007), idealiza uma sociedade afinada com seu território, sem conflitos essenciais entre os grupos que a formam, que se propõem dotar o território de qualidades que lhe permitam competir no mercado (local, nacional ou internacional) com outros territórios.

A crítica de Gomez (2007) é um alerta para a instrumentalização do conceito de território como um instrumento técnico de planejamento, já que o território se consideraria uma identidade, onde um consenso possível entre múltiplos agentes públicos e privados fosse possível de impulsionar um projeto de desenvolvimento que contemple os interesses de todos.

Sendo assim, o Território da Cidadania do Sul Sergipano, reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), não contempla os territórios que emergem das relações sociais que estudamos na construção do conhecimento agroecológico por meio dos intercâmbios entre camponeses assentados da Reforma Agrária no Sul de Sergipe.

Nossa intenção é desvelar o estudo no entendimento de que território é conflito, e que no Sul Sergipano acontece um resultado do confronto entre camponeses e setores que concentram terra e poder como o fazem os latifundiários, o setor industrial e agroindustrial capitalista, quando determinam um modelo de desenvolvimento a ser seguido no campo.

Para Fernandes (2007), a conflitualidade é um processo alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo, que projeta seu modelo de desenvolvimento ao mesmo tempo em que o movimento camponês constrói sua pauta e luta política. O capital, quando se territorializa, destrói e recria o campesinato, excluindo-o e subordinando-o. Por outro lado, o campesinato se territorializa destruindo e recriando o capital, permitindo uma ressocialização em sua formação autônoma camponesa, diminuindo desigualdades e desconcentrando terra.

A expansão e realização da cadeia produtiva da citricultura no Território Sul Sergipano revela de maneira emblemática os dois processos geográficos de expansão do capitalismo na agricultura: a territorialização do capital no campo e a monopolização do território camponês pelo capital (OLIVEIRA, 1991).

O primeiro processo materializa-se nas grandes fazendas produtoras de laranja e cítricos cuja produção abastece as agroindústrias de sucos instaladas na região. Neste caso, verifica-se a expansão da propriedade fundiária concentrada e a exploração do trabalho assalariado volante, sobretudo nos períodos de colheita, associado com os pacotes tecnológicos da revolução verde.

O segundo processo, a monopolização do território camponês pelo capital, materializa-se na expansão do modelo produtivo e de manejo relatado anteriormente para o interior da unidade de produção camponesa, que promove um processo de subordinação da condição camponesa ao difundir um pacote tecnológico, padronização dos cultivos e modos de manejo incentivados por crédito agrícola facilitado, promessa de mercado junto



às agroindústrias. Neste processo, a integração à cadeia produtiva está fortemente influenciada pelo fetiche da modernização do rural, que apaga a consciência sobre o controle e subordinação do trabalho familiar camponês.

É somente nos momentos de crise, nos prenúncios de inviabilidade econômica deste sistema produtivo que a família camponesa percebe que a diversificação da produção, o consórcio de plantios, a integração das lavouras e a opção por uma matriz tecnológica autônoma se constituem em modos de exploração agropecuária mais condizentes com sua condição. Assim, se dá a recriação da alternativa camponesa, cuja outra forma de manifestação nos municípios estudados são as ocupações de terras e luta pela reforma agrária.

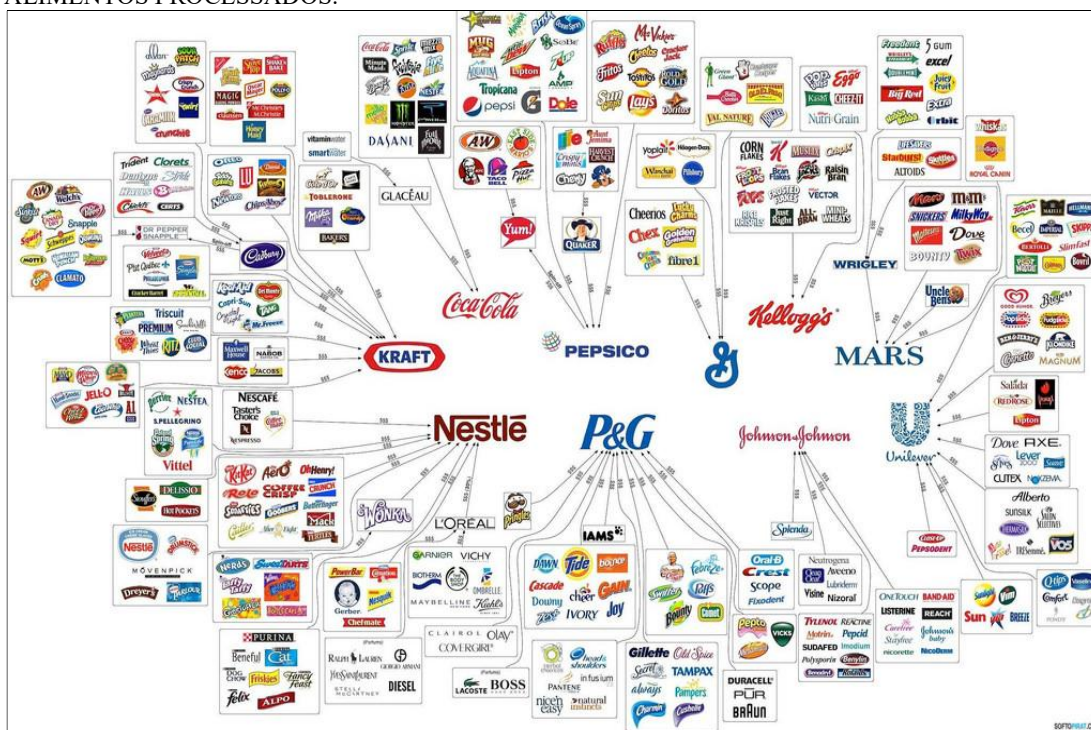
Ainda segundo Fernandes (2007), o desenvolvimento da agricultura acontece também pela conflitualidade perene das classes sociais, que se enfrentam e disputam a política e o território, o que, por sua vez, coincide com o pensamento de Raffestin (1993), quando este assinala que a perspectiva relacional do território nos leva a dar mais atenção à questão dos poderes como caminho para o estudo e a compreensão dos movimentos do social.

Nesse sentido concordamos com a sistematização Rosset (2013) realizada sobre os estudos de Fernandes (2009) onde o território imaterial está ligado ao terreno das ideias e das construções teóricas, porém não existem territórios materiais que não estejam associados a territórios imateriais. As disputas que ocorrem entre os territórios imateriais estão espelhadas na formulação, defesa de conceitos, teorias e explicações utilizadas para convencer a outros.

O agronegócio se apoia em uma infraestrutura ideológica e financeira do Banco Mundial, governos, bancos financeiros, agências de publicidade, para assim criar uma linguagem de eficiência, produtividade, economias de escala, liberalização do comércio, necessidade de alimentar o mundo e, desta forma construir o consenso necessário na sociedade que autorize o controle sobre territórios, que por sua vez devem estar disponíveis para as necessidades da agricultura industrial e a obtenção de lucros. Como ilustrado na figura 4, observa-se o controle do mercado mundial de alimentos pelo agronegócio. Uma rede extremamente consolidada que demanda uniformização produtiva, alimentar e

cultural, são ligações que se realizam e possibilitam o livre trânsito do capital e das tecnologias que favorecem sua maior acumulação.

**FIGURA 4 - CORPORAÇÕES OLIGOPOLISTAS QUE CONTROLAM O MERCADO MUNDIAL DE ALIMENTOS PROCESSADOS.**



Fonte: Imagem Google, 2015. Disponível em: <http://thoth3126.com.br/apenas-dez-grandes-companhias-controlam-a-industria-de-alimentos-no-mundo>.

Segundo Rosset (2013) os movimentos sociais do campo, como a Via Campesina, respondem esta batalha discursiva de territórios imateriais baseadas nos benefícios de uma agricultura agroecológica diversificada e com base na produção familiar. Adotam como argumento uma possibilidade da forma de vida camponesa de alimentar o mundo com alimentos saudáveis e locais, recuperar e conservar o meio ambiente, preservar a herança e tradição cultural.

Nesta perspectiva o território deve ser abordado em sua multidimensionalidade. Seu âmago é social, mas a demais dimensões da realidade como a política, a economia e a cultura, imbricadas relacionamente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda

sociedade, são fundamentais. Não existe território sem poder e nem poder sem um sustentáculo territorial (RAFFESTIN, 1993).

O movimento das classes sociais e sua reprodução são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço. Além disso, o capital gera conflitualidade, determinando a relação social dominante não só no mesmo espaço, mas no mesmo tempo, o que torna o campesinato e suas estratégias de reprodução sempre subalternos ao capital. Entretanto, as ações desenvolvidas pelo campesinato também afetam as possibilidades de desenvolvimento do capital, seja em uma ocupação de terra ou na negação do agronegócio como único modelo de desenvolvimento para o campo.

Entender as movimentações do campesinato e descrever suas estratégias e as condições em que se desenvolvem nos mostra o real potencial transformador de uma conjuntura que ainda é desfavorável aos camponeses, mas que indicam caminhos para contrapor o modelo insustentável de desenvolvimento do agronegócio capitalista.

Algumas particularidades e diversas relações não capitalistas dentro da unidade de trabalho familiar camponesa, como a não existência da categoria salário, impossibilitam o encontro do lucro líquido, da renda, do juro do capital, e produzem cenários e movimentações por parte dos camponeses que, além de conservar práticas agrícolas que se contrapõem ao paradigma da agricultura moderna, conseguem dificultar a conclusão necessária de um ciclo capitalista supostamente eficiente no espaço rural (CHAYANOV, 1981).

Chayanov (1981) indica o trabalho camponês centrado na família, característica muito importante para explicar a persistência camponesa, já que, mesmo que o produto camponês não traga lucro em relação ao trabalho dispensado e aos insumos utilizados, o camponês se satisfaz, na medida em que esta produção contribui para a reprodução social da família.

Este comportamento do campesinato polariza com a proposta capitalista, que busca sempre modernizar a pequena produção, desconstruir relações não capitalistas construídas pelos camponeses, e assim fazer dos camponeses uma mão de obra disponível no seu modelo de desenvolvimento. A condição concentradora do modelo de desenvolvimento capitalista para o campo gera uma intensificação da luta social e uma

aproximação dos trabalhadores afetados da condição camponesa como um antagonismo ao modelo do agronegócio capitalista.

## **1.2 Agroecologia produzindo Resistência Camponesa**

A expansão da agroecologia e principalmente a sua evidência nos dias atuais, acontece no mesmo passo em que insistem em apontar o agronegócio exportador como único modelo viável para o campo, ainda que este sinalize para uma falência social, econômica e ambiental.

A evidência da necessidade agroecológica está presente no documento “O potencial transformador do direito à alimentação”, escrito pelo relator especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter. O relatório é resultado de missões a diversos países, que fez apontar a falta de democracia como a principal deficiência moderna da economia alimentar, mas destaca também os benefícios dos sistemas de produção de base ecológica em termos ambientais, sociais, com ganhos para saúde e nutrição, além de apontar a maior capacidade de resiliência agroecológica das unidades camponesas aos efeitos das mudanças climáticas (ONU, 2014).

A agroecologia é apontada como saída para a crise da alimentação, porque se aproxima das ricas práticas de sociobiodiversidade vivenciadas pelos camponeses e é justamente para este cenário que se deve dedicar apoio e referência, como sistemas agroalimentares capazes de garantir o direito humano adequado à alimentação (ONU, 2014).

A crítica ao agronegócio é antiga, mas foi ofuscada devido aos ganhos de produtividade gerados pela modernização da agricultura de uma forma tão rápida, que superou até os ganhos da indústria e do setor de serviços (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Nos países em desenvolvimento, a maioria dos camponeses não consegue acessar o pacote da modernização agrícola, altamente dispendioso. No entanto, os latifundiários que concentravam terras e exploravam mão de obra barata no campo puderam contar com créditos e condições para se enquadrarem na onda modernizadora e sacramentar a desigualdade na agricultura. Com isto, ocorreu uma forte queda dos preços agrícolas reais

e a imensa maioria dos estabelecimentos agrícolas menos favorecidos teve seu desenvolvimento bloqueado e empobreceu em virtude dessa baixa dos preços (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Mesmo que a produtividade de algumas culturas e em alguns lugares tenha aumentado, é preciso ainda considerar que há uma fome crônica que assola o mundo e que não é consequência da escassez na produção de alimentos, considerando a recomendação da dieta de 2.200 calorias/dia/habitante. Para atender a esta dieta, necessitaríamos produzir 200 kg de cereais por habitante em um ano e a produção mundial atualmente é de 330 kg por habitante, ou seja, há uma superprodução de alimentos que não coincide com o montante de quase 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo (BURCH, 2013).

A grande produção de alimentos não atende o problema da fome no mundo porque se trata, na verdade, de *commodities* agrícolas, que se apoiam no padrão científico-tecnológico que evoluiu junto com a revolução verde e propiciou o avanço das monoculturas sobre os territórios rurais, onde também vivem os camponeses que produzem alimentos associados ao uso e conhecimento da agrobiodiversidade (SCHOTTZ, 2014).

Mesmo havendo uma diversidade de maneiras ancestrais de realizar a agricultura, é comum sua marginalização sob o argumento de uma menor produtividade, suscetíveis a crises e subjugadas pela concorrência com as agriculturas mais poderosas. Contudo, aquelas que conseguem os meios para subsistir e progredir revelam criatividade e continuam a desenvolver-se segundo seus próprios caminhos. O erro é imaginar o desenvolvimento agrícola como uma pura e simples substituição dessas agriculturas tradicionais por uma única agricultura reconhecida como moderna, adaptada ao mundo todo e sustentável em longo prazo (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Um importante entendimento sobre a agroecologia foi elaborado por Gliessman (2001), quando a define como a ciência que reconhece a natureza sistêmica da produção na agricultura e que abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas, porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação, valorizando o conhecimento local e empírico dos agricultores como estratégia a ser socializada para alcançar a sustentabilidade.

A observação do potencial agroecológico das diferentes agriculturas realizadas pelos mais diferentes povos é sugerida por Mazoyer & Roudart (2010), quando indicam apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas, analisando dois subsistemas que se formam: o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo. Desta forma instrumentalizamos a organização, o funcionamento dos sistemas e suas inter-relações.

A agroecologia requer um papel socialmente ativo dos extensionistas entre os camponeses, pois, para colocá-la em prática, necessita-se de uma postura participativa e a criação de redes de intercâmbio, o que significa que não se busca impor o conhecimento camponês e sim promover o diálogo de saberes, o que pode ser considerado culturalmente aceitável, porque se utiliza de recursos locais, reduz e evita a dependência de insumos externos, sendo economicamente viável; é ecologicamente correta porque busca otimizar os processos do modo camponês (BURCH, 2013).

Ainda segundo Burch (2013), trata-se de uma ciência que fornece os princípios de como desenhar e manejar sistemas agrários, de qualquer escala, mas como a pequena produção tem uma importância estratégica, a agroecologia sempre se dedicou a buscar soluções que atendessem as demandas da agricultura camponesa.

O avanço agroecológico está na construção de um território que se aproxime da totalidade, pressupõe relações de poder, o dimensionamento de todas as dimensões da vida, expandindo-se muito mais além do que a análise de uma unidade produtiva isolada. O (s) território (s) da agroecologia baseiam-se no exercício cotidiano das práticas e experiências agroecológicas camponesas. É a partir da identificação e articulação entre as experiências que é possível provocar os processos de (re)conversão produtiva dos sistemas agrários, o que na prática é em essência uma (re)conversão territorial diretamente relacionada com as formas de (re)criação e resistência camponesa.

Uma importante oportunidade de registro e sistematização destes processos ocorreu durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), quando foi possível identificar aspectos comuns na construção da agroecologia, em diferentes partes do país, as contribuições que a agroecologia pode oferecer a desafios vigentes em nossa sociedade,

como: produção alimentar em quantidade, qualidade e diversidade; promoção da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional; geração de trabalho e renda; superação da pobreza; conservação dos bens naturais; promoção da saúde coletiva; fortalecimento das identidades sociais; emancipação política e econômica das mulheres; fortalecimento das juventudes (ANA, 2014).

As experiências agroecológicas surgem das resistências camponesas em decorrência do crescimento econômico, da produtividade perseguida pelo agronegócio, do deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte de resíduos. A resistência camponesa é importante frente à demanda por recursos naturais, expressas, por exemplo, nas fronteiras do petróleo, do cobre, do eucalipto, da soja transgênica, das grandes pastagens, da mineração, dos barcos de alta tecnologia que avançam sobre os territórios camponeses, gerando impactos que não são solucionados por políticas econômicas e, portanto, atingem desproporcionalmente grupos sociais que protestam e resistem (MARTÍNEZ ALIER, 2009). Com esse olhar também foi possível, segundo ANA (2014) identificar as estratégias e efeitos da ocupação dos territórios pelo agronegócio, pela mineração, pelos grandes projetos de infraestrutura e demais projetos do grande capital financeiro, agrário e industrial

Para Martínez Alíer (2009), os grupos indígenas e camponeses têm convivido sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade, que por sua vez inspiram um crescente orgulho agroecológico por seus complexos sistemas agrícolas e variedades de sementes. Este orgulho é combatido quando as terras dos camponeses destinadas para pasto são destruídas pela mineração, quando movimentos de pescadores artesanais confrontam os interesses dos barcos de alta tecnologia.

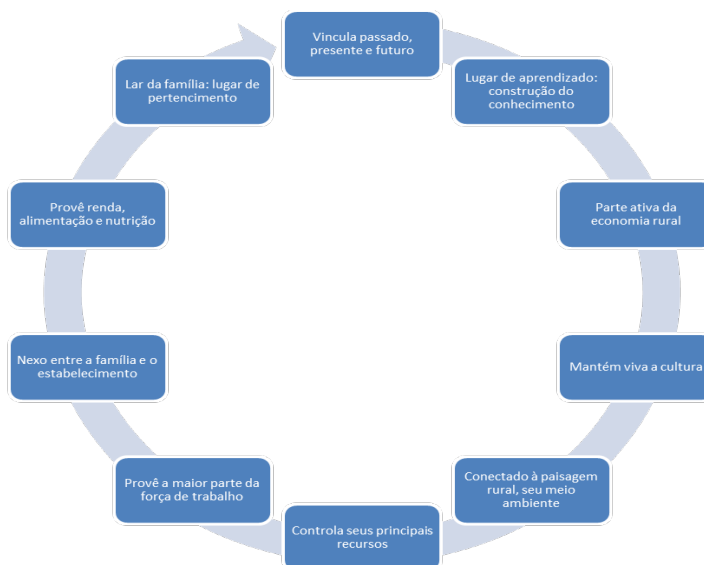
Com a resistência da agricultura tradicional que vai de encontro à agricultura dos interesses das empresas transnacionais de sementes, agrotóxicos, fertilizantes, máquinas agrícolas, etc., percebemos a construção de uma identidade agroecológica e de classe camponesa, que não envolve apenas algumas famílias, muito menos se trata de uma luta minoritária, sendo relevante para centenas de milhões de famílias, que fazem agricultura com racionalidade ecológico-econômica, mostrando um ponto de partida prático para uma

intensificação ecológica, necessária para fazer a transição do modelo do agronegócio para a agroecologia (MARTÍNEZ ALIER, 2009).

A resistência camponesa é sentida também na sua natureza e na forma como ela consegue sobreviver, ainda que passe por diversas dificuldades. Dentre os diversos aspectos que fazem da agricultura camponesa uma boa alternativa de desenvolvimento para o campo, Ploeg (2014) cita a capacidade de controlar os principais recursos na propriedade e de fazer as interrelações mais eficientes; poder contar com a maior parte da força de trabalho familiar; conseguir estabelecer um nexo entre o trabalho dispendido no lote e o tamanho da família; garantir na unidade camponesa o acesso total ou parcial da renda necessária, mas também o acesso dos alimentos e da nutrição; moldar um ambiente que extrapole o caráter produtivo, já que se trata de uma construção cultural que une a experiência do passado, as necessidades do presente e a perspectiva no futuro.

Dentro da unidade camponesa é onde se acumulam experiências e onde se constroem e se validam as práticas que serão adotadas; é onde se preserva a cultura; fazem parte de uma economia rural que compra, gasta e participa de diversas atividades econômicas; a unidade camponesa faz parte da paisagem rural, ela trabalha com a natureza e não contra ela (PLOEG, 2014).

**FIGURA 5 - AS 10 QUALIDADES DA AGRICULTURA CAMPONESA**



Fonte: PLOEG, 2014- organizado por Rabanal, 2015.



Portanto, o campesinato que se desenvolve imerso em uma conflitualidade territorial somente foi possível ser elucidado neste trabalho após um entendimento da conjuntura da estrutura fundiária do Sul Sergipano, bem como de elementos que influenciam o acirramento do modelo proposto pelo agronegócio e a proposta camponesa, que se configura como uma bandeira de resistência capaz de se identificar nas práticas agroecológicas que se articulam em contexto local, mas também com uma intensa articulação mundial, que instrumentaliza a pauta reivindicatória do campesinato mundial.

## **2 AS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS QUE CONSTROEM O TERRITÓRIO DA AGROECOLOGIA**

### **2.1 Campesinato, (Des) (Re)Territorialização e a Agroecologia**

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas, esse é seu sentido absoluto e objetivo. O conceito de território que buscamos evidenciar remete à significação de espaços sociais em diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, históricas, ou seja, relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade (FERNANDES, 2007).

O processo geográfico denominado Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) permite a compreensão da multiterritorialidade, condição que identifica diferentes territórios que se sobrepõem e abarcam distintos grupos sociais, onde se observam os processos integralizadores, que também são excluídores e ressocializadores (FERNANDES, 2007). Como podemos exemplificar na ocorrência de uma ocupação de terra, que acontece em uma zona de forte influência do agronegócio, que por sua vez tenta subordinar de diversos modos a agricultura camponesa, que recria diversas formas de autonomia e permanência na terra.

A multiterritorialidade, segundo Fernandes (2007), deixa de ser observada quando o conceito de território é importado para representar uma microrregião e esta é concebida como espaço geográfico que através de suas relações poderiam promover um desenvolvimento sustentável sem a existência de conflitos, ou seja, é o desenho de um cenário para movimentos populares e comunidades rurais sem criar oposições, que vislumbra uma perspectiva consensual na direção de um desenvolvimento territorial para o mercado.

A opção de adotar o entendimento de que território se dimensiona no exercício de poder e nos desdobramentos que se conflitam, que vai além do espaço físico, onde os territórios se confrontam, se destroem e se recriam a partir das relações sociais e de poder, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias que instrumentalizam o movimento de T-D-R na agroecologia.

O T-D-R na agroecologia se dá na disputa com o território do agronegócio. Esta disputa ocorre tanto no interior do território material, físico do assentamento, quanto nas

disputas do território imaterial dos camponeses, dos seus pensamentos, visões de mundo e projetos de vida. Se o latifúndio foi desterritorializado na concretização do assentamento, fruto da luta social camponesa, a sua reterritorialização ocorre quando os camponeses abdicam do conhecimento ancestral e nato da agricultura tradicional, para aplicar o modelo de produção convencional com procedimentos da revolução verde e financeirização da agricultura.

Entretanto, através das práticas agroecológicas que fundamentam o trabalho, dá-se o processo de reterritorialização camponesa, que insere no cotidiano das famílias alternativas de produção que possuem caráter autônomo. Isto ocorre, por exemplo, devido a crises econômicas, mudanças climáticas, endividamento ou no abandono dos assentamentos pelo Estado. Pode também ocorrer no momento em que os camponeses, a partir da sua participação em movimentos sociais, decidem pela construção da alternativa agroecológica como uma forma de se contrapor ao paradigma do agronegócio como único modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Neste trabalho está descrito que o território é conformado por relações de poder, disputa ideológica e de enfrentamentos, o que acarreta em diversas formas de apreensão do território e segundo Moreira & Targino (2007) existe o “Território da Esperança” que é aquele conquistado e construído pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra, pela luta de ocupação de terra e pela consolidação da agricultura camponesa.

As diferentes estratégias camponesas, principalmente as que se materializam nas práticas agroecológicas, simbolizam uma forma de ruptura com o sistema hegemônico presente no campo brasileiro, trata-se da superação de um “Território de Exploração” para um “Território de Esperança e de Solidariedade” (MOREIRA & TARGINO, 2007).

Os movimentos sociais do campo reconhecem a agroecologia como uma bandeira de luta capaz de defender o território camponês, pois ela está baseada na capacidade alternativa de produzir alimentos saudáveis, evidenciar os malefícios decorrentes do uso de venenos agrícolas, valorizar a cultura alimentar, possibilitar circuitos curtos de comercialização que viabilizam o campesinato, mas principalmente a aliança entre a classe camponesa que unifica uma proposta contra-hegemônica para o campo.

O processo de (re) territorialização agroecológica de um campesinato empobrecido e em condições de mercado muito adversas encontra similaridades com os processos descritos como recampesinização por Ploeg (2008). A estratégia de recampesinização ou (re) territorialização apresenta quatro formas distintas, que podem atuar de forma combinada, sendo a primeira a produção para o autoconsumo, com a venda do excedente; a segunda é a redução de custos monetários na realização da atividade produtiva, diminuindo ao máximo a necessidade de insumos externos; o terceiro aspecto é lançar mão da inventividade camponesa, com a qual se faz possível impulsionar seu processo de produção, seja uma maneira de acelerar um processo de compostagem ou um consórcio eficiente de plantio; por fim, na quarta estratégia encontramos na diversificação produtiva a transformação das culturas comerciais falidas em alimentos disponíveis para a família camponesa (PLOEG, 2008).

A territorialização da agroecologia consegue ultrapassar sua forma imaterial para limites territoriais de diversas maneiras e é o que pretendemos demonstrar neste documento que sistematizou práticas e experiências agroecológicas no sul de Sergipe, desembocando na formação de uma rede de agroecologia “Camponês a Camponês”, como um exemplo de ação concreta de territorialização, ou seja, de criação de territórios camponeses, o território da agroecologia.

O movimento de T-D-R da agroecologia perpassa por elementos que caracterizam a família camponesa, seja pela relação construída com a terra como condição fundante do trabalho camponês, mas também pelo conhecimento acumulado nas gerações camponesas que se relacionam com a natureza ecológica presente nos territórios. Esta relação é capaz de conformar não somente as práticas agroecológicas camponesas, mas também os saberes e valores camponeses importantes nos processos de resistência e enfrentamento.

Para obter êxito permanente na territorialização da agroecologia, é necessário apoiar-se em conhecimentos e habilidades locais; precisa haver envolvimento dos camponeses na formulação da agenda de investigação e na participação ativa do processo de inovação e disseminação tecnológica, como na metodologia Camponês a Camponês, focados em compartilhar experiências e na solução de problemas camponeses (HOLT-GÍMENEZ, 2008).

A metodologia Camponês a Camponês, que orienta os trabalhos no Território Sul de Sergipe, foi adotada pela Associação Nacional de Pequenos Agricultores de Cuba (ANAP) e possibilitou em um período de pouco mais de 10 anos o envolvimento de mais de 110.000 famílias no processo agroecológico de produção de alimentos, ou seja, mais de 1/3 das famílias camponesas cubanas (SOSA *et al.*, 2012).

Baseada na troca ou intercâmbio de diferentes conhecimentos populares utiliza-se do compartilhamento de conhecimentos baseados em diálogos, investigação e ações coordenadas e dirigidas pelos camponeses. Sua origem tem raízes nas práticas ancestrais dos povos maias, com ramos mexicanos e frutos nicaraguenses (HOLT-GIMÉNEZ, 2008).

Este trabalho sistematiza a experiência de adaptação da metodologia camponês a camponês no TSS, conduzida por militantes do MST, conta também com o envolvimento de pesquisadores, extensionistas, estudantes e assentados da reforma agrária, está espacializada em 23 assentamentos de reforma agrária, sendo 3 destes assentamentos já emancipados, a saber: Pau Torto, Mocambo e Vitória da União. A experiência envolve 122 famílias camponesas. Estas se reúnem mensalmente, organizam atividades de formação teórica e prática, trocam suas experiências, visitam seus lotes e planejam ações com claro objetivo de construir a autonomia camponesa por meio da agroecologia, contribuindo à edificação da plataforma política da soberania alimentar.

Essa metodologia surgiu na década de 1970, quando se consolidaram também importantes estratégias da agricultura camponesa sobre o modo capitalista de produção (MAZOYER E ROUDART, 2010). Em 1972, na Guatemala, a Organização Não Governamental (ONG) “Vecinos Mundiales”, em parceria com um extensionista frustrado por não conseguir adeptos aos bons resultados que obtinha de produção de milho a partir da utilização de terraços, muros de contenção e adubação orgânica, inicia-se um programa para treinar camponeses locais de raízes *Kaqchikeles* para serem os extensionistas ideais (HOLT-GIMÉNEZ, 2008).

A experiência na Guatemala teve seu ápice com a criação de uma grande cooperativa, uma forte organização dos camponeses, mas dizimada pela ação do exército, cumprindo interesse da elite local. Entretanto, as sementes estavam plantadas não só na

Guatemala. Muitos camponeses haviam vindo de seus países para conhecer essa metodologia, muito parecida com a forma de alfabetização de adultos de Paulo Freire.

A partir da experiência na Guatemala, outros países da América Latina também adotaram a metodologia Camponês a Camponês. No México, com a influência dos *kaqchikeles*, foi possível iniciar processos de extensão com tecnologias adequadas, diferentemente daquela oferecida pelo Estado e vista pelas populações locais como estranha à sua realidade. Com apoio de organizações não governamentais, às práticas aprendidas na Guatemala foram somadas as organizações de hortas comunitárias e escolares, além de tração animal e jardinagem biodinâmica (HOLT-GIMÉNEZ, 2008).

Na Nicarágua, a União Nacional de Agricultores e Pecuáristas (UNAG) desenvolveu alguns programas direcionados aos pequenos produtores, dentre eles o programa de “Camponês a Camponês” que mais tarde se transformou no Movimento para a Agricultura Sustentável de Camponês a Camponês. Tornou-se movimento devido a abrangente integração de camponeses, que trabalhavam como promotores nos períodos que não estavam trabalhando nas suas parcelas de terra.

A metodologia de Camponês a Camponês foi também utilizada em Cuba, onde a agricultura por muito tempo foi baseada em um excessivo uso de adubos e venenos de síntese de petróleo, haja vista o seu fácil acesso na relação com o bloco socialista representado pela antiga União Soviética. Mesmo conhecendo a metodologia e tendo contato muito próximo com a UNAG, a Associação Nacional dos Agricultores Pequenos de Cuba (ANAP) nunca havia se aproximado desta metodologia. Foi somente quando da queda do bloco socialista e da grave crise alimentar na qual Cuba mergulhou que, através da sociedade civil internacional, houve a aproximação da metodologia no México (SOSA, 2010).

A Via Campesina, articulação mundial de movimentos camponeses, tem criado programas de agroecologia usando a metodologia Camponês a Camponês em muitos países da América, Ásia e África, tem produzido material de formação em agroecologia e apoiado feiras e redes de intercâmbio de sementes camponesas em algumas regiões e países. Tem sido uma fonte de identificação, auto estudo, documentação, análise e

compartilhamento horizontal das experiências em agroecologia e soberania alimentar lideradas por camponeses (ROSSET, 2013).

Os princípios que nortearam essa construção estão sistematizados a partir da experiência cubana no livro “Revolución agroecológica”, que detalha o passo a passo desta metodologia, com a preocupação de associar as orientações com ditados populares, demonstrando uma vinculação com um entendimento horizontal e de caráter popular.

1 - Começar devagar e em pequena escala - “Vista-me devagar que estou com pressa”.

2 - Limitar a introdução de tecnologias - “Mais vale uma ideia na cabeça de cem, do que cem ideias na cabeça de um.”.

3 - Obter êxito rápido e identificável - “A palavra convence, mas o exemplo arrasta”.

4 - Experimentar em pequena escala - “É preciso engatinhar antes de caminhar”.

5 - Desenvolver um efeito multiplicador - “Quando o camponês vê, ele acredita” (SOSA, 2010).

## **2.2 A Mundialização da Luta Camponesa**

O movimento camponês articula-se mundialmente, para além das fronteiras nacionais e continentais e aponta bandeiras políticas unificadas contra o modelo neoliberal de desenvolvimento agrícola e também contra a visão de que os mesmos sejam rudes e atrasados. A Via Campesina é uma articulação de movimentos sociais, prioritariamente de camponeses, que aglutina, desde 1993, 164 organizações de 73 países (São 15 movimentos na África, 7 na América do Norte, 40 na América do Sul, 35 na Ásia, 40 na América Centra e 27 na Europa) (DESMARAIS, 2013).

Desta articulação nasceram os conceitos como o de soberania alimentar<sup>3</sup>, uma extensão radical das ideias em torno da segurança alimentar; explicitaram-se a necessidade

---

<sup>3</sup> As organizações camponesas que compõem a Via Campesina conceituam a soberania alimentar como o direito de cada povo definir suas próprias políticas agropecuárias e, em matéria de alimentação, de proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e o mercado interno, a fim de alcançar metas de desenvolvimento humano sustentável. No modelo de soberania alimentar sugere-se um sistema agrícola apoiado na agroecologia e com base comunitária e camponesa. Para preservar a soberania alimentar dos povos e garantir segurança alimentar, os governos devem adotar políticas que fomentem uma produção

de evidenciar os direitos camponeses; reivindicaram o papel essencial da reforma agrária na erradicação da fome e da pobreza (DESMARAIS, 2013).

O objetivo principal da Via Campesina é construir um modelo de agricultura radicalmente diferente, baseado no conceito de soberania alimentar, que articule unidade na diversidade e solidariedade entre as organizações camponesas de agricultores de todo o mundo, mas também molde uma identidade com oposição firme aos organismos multilaterais que interferem nas políticas agrícolas mundiais (DESMARAIS, 2013).

A mundialização de uma pauta camponesa é estruturada em resposta a uma série de políticas econômicas pensadas para o campo de forma associada, que visa gerar crescimento econômico e o imprescindível comércio exterior que, supostamente, capacita os países em desenvolvimento a quitarem suas dívidas. Tais políticas foram planejadas primordialmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial e giram em torno de princípios neoliberais de modernização, capitalização, desregulamentação e liberalização.

A modernização da agricultura transformou a autonomia, denominada autoconsumo, dos camponeses em uma guerra. Nesta guerra, as principais armas utilizadas são a desvalorização completa das práticas agrícolas tradicionais baseadas na cultura e nos conhecimentos locais e na “ajuda” aos camponeses a abandonarem a proposta de autoconsumo, fazendo-os dependentes de conhecimento e da tecnologia ocidental como também de bens e insumos industriais importados (DESMARAIS, 2013).

Dentre os insumos industriais, a semente adquire importância por ser um elemento trabalhado de forma particular pelo camponês, que conserva na semente uma história cultural e um trato específico para preservar a agrobiodiversidade. O domínio das sementes de forma geral, e das transgênicas em particular, está retratado por uma série de fusões e aquisições entre companhias químicas, de sementes e pesticidas; tratam-se de corporações transnacionais (Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, Dupont) que respondem por metade do mercado mundial e com posse da vasta maioria das patentes agrícolas, o que nos faz afirmar que é altamente improvável que os interesses dessas corporações, que inclusive

---

nacional sustentável, em vez do modelo industrial, de altos insumos e orientado para exportação (SOSA *et al*, 2012).



interferem em legislações nacionais, possa vir a beneficiar comunidades rurais, indígenas ou se preocupem em conservar a diversidade genética (DESMARAIS, 2013).

A articulação mundial dos camponeses acontece em reação ao ataque aplicado no sistema alimentar e às formas camponesas de viver, um ataque sutil que, caso não houvesse contestação, era muito provável não existir mais camponeses em muitos territórios. As medidas de livre mercado dos alimentos, que para o capital são commodities, afetam camponeses; são medidas pensadas por corporações transnacionais, que contam com o apoio de governos, acordos de livre comércio e instituições financeiras internacionais como Organização Mundial do Comércio (OMC), FMI e Banco Mundial (ROMAN & SANCHEZ, 2015).

Além da questão das sementes, a liberalização do comércio agrícola faz com que as corporações transnacionais se empenhem em dominar as etapas da produção e de comercialização da cadeia dos alimentos, que as coloca em condições de determinar qual alimento é produzido, onde, por quem e por que preço. Além do mais, as transnacionais ficam invisíveis nos espaços de negociações comerciais, como a OMC, transparecendo que são de nações negociando umas com as outras, sem a presença de interesses dessas corporações nos debates (DESMARAIS, 2013).

A recente onda de investimento e capitalização nos recursos naturais está colocando o agronegócio e outros setores que exploram recursos naturais, em um crescente conflito com os camponeses e outras populações rurais. O último colapso econômico gerado por bolhas especulativas nos Estados Unidos contribuiu para a primeira crise econômica mundial generalizada deste século, que fez com que os especuladores buscassem novas oportunidades de investimento, retratado no interesse pelos recursos naturais de países como o Brasil e no incremento econômico que se fez possível nos cultivos de exportação, agrocombustíveis, mineração, etc. (ROSSET, 2013).

O conflito camponês no mundo e sua necessidade de articulação são decorrentes do redescobrimento de áreas rurais pelo capital internacional, que tem levado a uma acumulação de terras em escala massiva, levando povos indígenas e outros povos rurais a uma guerra por terra e território. O agronegócio tem uma prática uniformizada no mundo porque compõe um sistema alimentar corporativo global, que produz comida cara e não

saudável, que destrói a vida social das comunidades rurais, que envenena a terra com agrotóxicos e transgênicos (ROMAN & SANCHEZ, 2015).

Ao contrário, os camponeses centram-se na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade. Emergem, então, de forma clara, conflitos entre o modelo dos camponeses e daquele fortemente centralizado que é constituído por transnacionais de processamento e comercialização de sementes e alimentos, que operam em escala mundial, conformando verdadeiros impérios alimentares. Por contrapor ao modelo das transnacionais, a construção, portanto, de circuitos curtos de comercialização faz parte da estratégia de fortalecimento dos camponeses (PLOEG, 2008).

A estratégia do campesinato tem sido fortalecida também com a recampesinização, expressão moderna que significa a incorporação de novos camponeses, seja os que lutam por reforma agrária ou até mesmo agricultores empresariais que devido a crises fizeram a conversão para uma condição camponesa, prevalecendo uma lógica de autonomia com um distanciamento cada vez maior dos grandes mercados capitalistas. A recampesinização resgata a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência (PLOEG, 2008).

A Via Campesina promove a agroecologia como único caminho pertinente, viável e eticamente admissível para alcançar a soberania alimentar. A agroecologia é patrimônio dos povos rurais e ancestrais, é um modo de viver, de produzir, tem bases biológicas e sociais que se relacionam com a natureza, com enfoque de gênero, com elevada diversificação, reciclagem de produtos e insumos, grande autonomia a partir do autoconsumo e do abastecimento de mercados locais e regionais de alimentos saudáveis (ROMAN & SANCHEZ, 2015).

Existe uma crescente adoção da agroecologia por parte dos movimentos sociais do campo, como a estratégia de alcançar uma maior autonomia e controle do território. Para tanto, a agroecologia precisa criar amplitude. A Via Campesina luta para (re) configurar o território imaterial de ideias e ideologia, busca (re)construir o consenso na sociedade pela defesa dos territórios materiais de indígenas e camponeses diante da concentração/acumulação empresarial de terras, construir apoio para reforma agrária e

mudar as políticas públicas para a direção de uma soberania alimentar baseada em mercados locais e na agroecologia (ROSSET, 2013).

Em contínua disputa sobre o território imaterial da agroecologia, a Via Campesina vem se manifestando contra o que chamam de falsas soluções para as mudanças climáticas, agrocombustíveis, transgênicos, créditos de carbono, e ultimamente tem feito o alarme sobre a possível cooptação da agroecologia por parte do Banco Mundial e outros através da criação de créditos de carbono, com lemas que dizem: "Nosso carbono não está à venda" e "A agroecologia não está à venda" (ROSSET, 2013).

A resistência camponesa é o indicador dos caminhos para um outro modelo civilizatório. Apoiar a construção camponesa em uma esfera local, enfrenta uma série de dificuldades, já que muitas vezes o conhecimento camponês necessita adequar e adaptar a evolução dos conhecimentos do agronegócio, portanto vincular-se com outras experiências camponesas vivenciadas mundo afora e que tiveram um caminho exitoso na luta política e técnica, demonstra ser uma boa estratégia.

### **3 REDE AGROECOLÓGICA: OPORTUNIDADE DE FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS**

#### **3.1 Histórico da Agroecologia**

A agroecologia evoluiu em um contexto de crítica ao modelo da agricultura industrial, que por sua vez, segundo Jesus (2005), apoiou seu desenvolvimento em três pilares: agroquímica, manipulação genética e moto-mecanização. A agroquímica produzia insumos que controlavam restrições ambientais nas condições de solos, controle de pragas e plantas espontâneas para garantir a dominação da natureza e permitir uma produção intensiva e extensiva. A moto-mecanização liberou mão de obra para a indústria e para as cidades e barateou custos de produção. A manipulação genética direcionou o desenvolvimento de plantas e animais que respondessem ao uso intensivo de insumos químicos industriais presentes em inseticidas, fertilizantes e rações.

A agroecologia, na América Latina, tem suas raízes nos movimentos da agricultura alternativa. A agricultura alternativa se configurava em um conjunto de correntes que discordavam da euforia produtivista gerada no início do século XX, com a prática da adubação baseada em fertilizantes sintéticos na agricultura (Embrapa, 2006).

Foi também no século XX que surgiram os movimentos da agricultura alternativa contrários à adubação química e favoráveis ao uso da matéria orgânica e de práticas favoráveis aos processos biológicos. Dentre os movimentos contrários encontravam-se: a agricultura biodinâmica, iniciada por Rudolf Steiner em 1924; agricultura orgânica, criada por Albert Howard entre 1925 e 1930 e disseminada por Jerome Rodale na década de 40 nos Estados Unidos da América; agricultura biológica referenciada nos trabalhos do suíço Hans Muller; agricultura natural desenvolvida no Japão a partir das ideias de Mokiti Okada (EHLERS, 1994).

No Brasil, a agricultura alternativa se inspirou a partir do debate internacional, porém também se fundamentou no trabalho do agrônomo gaúcho Lutzemberger e de Ana Primavesi, que em 1975 lançaram o “Manifesto Ecológico Brasileiro” que apontava problemas causados pelo modelo de desenvolvimento brasileiro (JESUS, 2005).

As manifestações críticas e proposições alternativas para a agricultura no Brasil eram coordenadas pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), tendo organizado, entre os anos de 1981 e 1989, quatro edições do Encontro Brasileiro de Agriculturas Alternativas (EBAAAs) que se configurou como o espaço de convergência entre produtores, organizações de agricultura ecológica, alguns pesquisadores e forças políticas (JESUS, 2005; CANUTO, 1998 *apud* Embrapa, 2006).

Durante o processo de evolução da agroecologia questionou-se sua pertinência enquanto ciência que, segundo Jesus (2005) e Embrapa (2006), passou a desmistificar as ideias predominantes nas ciências agrárias, onde o único modo de conceber a ciência era através de experimentos científicos comprovados com base na estatística, isolados de perturbações externas e pela comparação de hipóteses. Desconstruindo este entendimento de ciência passou-se a enfatizar a abordagem que se apoia no estudo das práticas camponesas das agriculturas tradicionais em uma integração interdisciplinar (JESUS, 2005; EMBRAPA, 2006).

Por meio da integração de diferentes iniciativas que buscavam um modelo de desenvolvimento rural alternativo para o Brasil e através da construção estratégica de dar evidência, visibilidade pública e articular o conjunto de experiências voltadas à promoção da agroecologia, os objetivos do I ENA eram: firmar a agroecologia como modelo alternativo para o rural brasileiro; articular iniciativas de cooperação entre os diferentes setores que atuavam na promoção da agroecologia como instrumento da agricultura camponesa, agroextrativista e da reforma agrária e; formular propostas de políticas públicas a partir de experiências concretas e que favoreçam a agroecologia (EMBRAPA, 2006).

Assim como nos dois primeiros ENAs (2002 e 2006), a terceira edição aconteceu em 2014, na cidade de Juazeiro, e manteve a estratégia das edições anteriores de alicerçar-se na apresentação de experiências sistematizadas das diversas regiões do país, ilustrando como diferentes temas relacionados à construção da agroecologia se expressam nas diferentes realidades socioambientais e culturais (ANA, 2014).

De acordo com ANA (2014), após um mergulho em distintas realidades apresentadas pelas experiências concretas, nas quais a agroecologia e agronegócio disputam espaço físico, político e ideológico, foi possível conformar um novo olhar sobre as experiências agroecológicas e ancorar os debates no território, como unidade de análise, onde o mesmo se apresenta como espaço físico, sociocultural e econômico que é disputado pelos modelos de desenvolvimento defendidos pela agroecologia e pelo agronegócio.

O contraste das experiências agroecológicas frente às iniciativas de ocupação do território colocadas em prática pelo agronegócio e demais projetos do grande capital demandam aos sujeitos protagonistas do campo agroecológico qual o entendimento necessário para enfrentar esse desafiador processo de disputa (ANA, 2014).

Para o enfrentamento no campo é possível contar com um ator importante, caso ele esteja consciente do papel que pode cumprir, trata-se do agente extensionista, colocando este como parte de um sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que na perspectiva deste trabalho necessita ser mais que um transmissor de práticas agrícolas, mas que atue juntamente com os camponeses em um processo de permanente animação, como nos horizontes que serão apresentados a seguir.

### **3.2 O Repensar da Extensão Rural e a aproximação com a Agroecologia**

Para iniciar o pensamento de modificar a condição estabelecida na extensão rural, cabe reconhecer que desde sua origem a sua intenção era de difundir as novas tecnologias no campo, o que terminava por envolver os camponeses de forma passiva e os tratava como meros receptores de informação. A condição de impor novas tecnologias visando ao desenvolvimento gerou apontamentos críticos como os feitos por Freire (1983), quando exemplificava que ainda que pese uma mudança com caráter puramente mecânico, tecnicista, o centro da decisão não estava sendo transformado, o sujeito da decisão não era devidamente envolvido.

A condição de levar ao campo as modernas tecnologias teve apoio no sistema norte-americano conhecido por *Land-grant College*, cuja missão original foi a de ensinar técnicas de agricultura, como uma forma prática para que as classes trabalhadoras rurais tivessem acesso a uma educação liberal e prática. Para tanto se estabeleceram estações

experimentais, custos operacionais, cultivares híbridas, etc., que por sua vez deveriam ser difundidos para alcançar o êxito desenvolvimentista no campo (ARDILA, 2010).

Segundo Caporal (1991), o surgimento da extensão rural no Brasil está relacionado com a interferência imperialista norte americana em países periféricos, que orientou a prática organizativa da produção no campo sob influência política e ideológica estabelecida pelos americanos no período da guerra-fria. Mas nasce também com a clara intenção de educar para a assistência técnica, visando promover a interiorização dos progressos técnicos desenvolvidos pelo capitalismo industrial, buscando transformar a agricultura em um ambiente de acumulação capitalista.

Não se esperava que a adoção das novas tecnologias fosse tão desigual entre os camponeses e que as contradições geradas pela influência das técnicas modernas pudessem manter ativas no cotidiano camponês a conservação de sementes crioulas, os consórcios entre cultivos, de forma que tais práticas passassem a ser discriminadas pela extensão rural e por agências de crédito (HOLT-GÍMENEZ, 2008).

Os camponeses imbuídos pela necessidade e/ou estratégia da resistência, resgatam, reinventam, transformam suas práticas agrícolas e formas de manejo dos sistemas agrários. A prática e experiência camponesa, segundo Holt-Gimenez (2008), desafiou o conhecimento agrônomo que foi imposto aos camponeses a partir da revolução verde, o sistema de pesquisa e extensão agropecuária realizado de forma centralizada e hierárquica.

Na ampliação e fortalecimento da agroecologia a extensão rural é importante, mas para isto é preciso reconstruir suas bases. Para que a extensão rural esteja alinhada com o saber camponês, ela precisa ter algumas características como: comunicação, mas, concebida em um sentido pedagógico que funcione como uma reflexão conjunta sobre a realidade camponesa; animação, capaz de acelerar processos de transformação que possibilitem autonomia das experiências camponesas; ação política, quando o agente de extensão rural se envolve nas demandas e conflitos camponeses, que, por sua vez, já não se satisfazem em ser receptores de informações e sim construtores de uma pauta de luta política (SÁNCHEZ DE PUERTA, 2004).

Algumas estratégias passaram a ser utilizadas na construção do conhecimento e da abordagem agroecológica, que implicam em uma mudança na extensão rural. A começar

pela sistematização de experiências agroecológicas, muito útil para experiências ocorridas no cotidiano rural, com eficiência produtiva comprovada e por vezes, usada de forma empírica. A sistematização pode validar experiências e identificar lições camponesas de processos organizativos também na esfera social, política, ambiental etc. (EMBRAPA, 2006).

A pesquisa participativa foi também uma estratégia metodológica que indicou uma mudança na abordagem extensionista, que, segundo Embrapa (2006), colocava os camponeses como os que melhor conheciam suas demandas e, portanto, deveriam contribuir nas ações de pesquisa, desenvolvimento e nas inovações apresentadas.

As redes de referência se mostraram como forte possibilidade de construção da agroecologia e com necessidade de um comportamento diferente da extensão rural, já que as redes são construídas a partir da participação de camponeses, na valorização e resgate de seus conhecimentos, possibilitando determinar meios adequados e eficazes para implementação de tecnologias compatíveis com as necessidades dos camponeses e as possibilidades de seus sistemas produtivos (EMBRAPA, 2006).

A formação de redes horizontais com interação social de camponeses<sup>4</sup> segundo Petersen & Silveira (2007), tem a capacidade mobilizar e articular um crescente número de pessoas e organizações em iniciativas de promoção da agricultura camponesa. Os estudos realizados neste contexto participativo possibilitaram entender o desenvolvimento das interrelações entre os subsistemas da agricultura camponesa, além de compreender os sistemas produtivos camponeses como uma estratégia técnica e econômica das famílias camponesas.

As observações feitas em rede reorientaram também a abordagem metodológica do acompanhamento das práticas camponesas: a organização que cumpria essa função passou a analisar os problemas enfrentados pelos camponeses no território e as várias hipóteses de enfrentamento que surgem em diversas iniciativas inovadoras por mãos camponesas, ou

---

<sup>4</sup> As reflexões de Petersen & Silveira (2007) foram construídas a partir do estudo sobre a experiência de articulação da rede de agricultores experimentadores do polo sindical da Borborema, no estado da Paraíba. Algumas análises elaboradas nessa rede eram frutos de variadas reflexões, como: ambientes agrícolas da região, diversidade de feijões cultivados, subsistemas pecuários, uso de plantas medicinais, gestão dos arredores de casa, etc.



seja, não se tratava de difundir uma prática agroecológica padrão, mas sim a prática da experimentação camponesa (PETERSEN & SILVEIRA, 2007).

Uma constatação que o foco difusionista de inovações agroecológicas era equivocado foi apontado por Petersen & Silveira:

[...] Nos ocupávamos essencialmente em levar aos processos locais novas tecnologias e deixávamos de valorizar os conhecimentos associados a práticas preexistentes no local ou, pior ainda, não considerávamos as capacidades locais de gerar esses conhecimentos a partir do convívio com os problemas e oportunidades comuns às famílias agricultoras (2007, p.112).

Além da experiência da Borborema, outras iniciativas latinoamericanas procuram também fortalecer o protagonismo camponês, a difusão de conhecimento horizontal e a sistematização de práticas agroecológicas camponesas. No Equador as iniciativas em rede e o desenvolvimento dos territórios camponeses contam com o apoio do Estado para fortalecer a mudança no conteúdo e na abordagem da extensão rural.

A experiência apresentada por Aguirre (2012), sinaliza o Equador como um país que no contexto das recentes mudanças políticas institucionais, garantiu constitucionalmente o “Bem Viver”, que está orientando a promoção do bem estar de seus habitantes, a busca ampla de direitos, liberdades, oportunidades e potencialidades dos seres humanos, comunidades, povos e nacionalidades, dando garantias ao reconhecimento das diversidades para alcançar um porvir compartilhado. No Bem Viver, a terra não é mercadoria, é um lugar onde o camponês realiza sua atividade produtiva, onde desenvolve seus sonhos, onde estão as esperanças, onde ele trabalha para manter a sua família e produzir seu alimento.

O Estado equatoriano tem proposto através de um Sistema de Inovação Tecnológica Participativa Agropecuária (SITPA) o registro de práticas camponesas que contribuam para alcançar o Bem Viver. Alguns critérios são importantes no sistema, como: a inovação que respeita a diversidade cultural e a sabedoria ancestral; a tecnologia que respeite a natureza e procure atender a incorporação de tecnologia culturalmente apropriada, participativa e democrática com apoio no respeito à diversidade de gênero e etnia (AGUIRRE, 2012).

Outra interessante alternativa à extensão rural clássica é praticada no Peru, onde a experiência de conhecimentos sistematizados é difundida por redes camponesas. Segundo

Aguirre (2012) é uma maneira eficiente de compartilhamento de conhecimentos agroecológicos pelos próprios camponeses. Depois de estudos que mostraram a viabilidade da produção camponesa, se instituíram nos territórios camponeses próximos a Cuzco os *Yachachiq*, que em quíchua significa "o que ensina o que sabe". Tratavam-se dos promotores agroecológicos que são identificados em grupos de 10 famílias e que precisam cumprir a comunicação de saberes agroecológicos a outros 30 camponeses, e esses últimos saem com a missão de capacitar mais 10, ou seja, ao capacitar 30, pretendem-se alcançar 300 camponeses.

Na Bolívia, a experiência de sistematização de experiências camponesas tem avançado para uma elaboração do conteúdo e da gestão de conhecimentos pelos próprios camponeses, pautando estes como autores de sua experiência e de seu conhecimento, onde os mesmos tratam de preparar o documento com a escolha das experiências sistematizadas, se capacitam na documentação, optando pelo boletim ou filmagem e até mesmo desenhos da comunidade, realizam validação da experiência sistematizada buscando correção de algum equívoco e por fim realizam os intercâmbios (AGUILAR & QUISPE, 2007).

Para Aguilar & Quispe (2007) a experiência de sistematização de experiências é resultado de um acúmulo de cinco anos, um exercício de promoção e organização de intercâmbios entre camponeses, que avançaram no processo de auto documentação, onde os mesmos se visitavam, acessavam informações agroecológicas realizadas em outras comunidades e, a partir disso, conduzem processos de experimentação agroecológica em suas parcelas de terra. O resultado dessa dinâmica de manejo de tecnologias de informação e comunicação propiciou uma relação inter-geracional na construção de aprendizagens coletivas e na interação entre os saberes camponeses que eram sistematizados.

Nas sistematizações e trocas de experiências em rede de camponeses sempre se utiliza instrumentos de comunicação que auxiliam na disseminação da experiência. Um destes instrumentos é o boletim informativo, que possibilita que os próprios camponeses se apropriem da divulgação de suas experiências. Trata-se de um documento simples, composto de duas a quatro páginas, ilustrado com fotos. Outros instrumentos como vídeos, cartilhas, peças teatrais, poesia, música são utilizados (PETERSEN & SILVEIRA, 2007).

Alinhado com o pensamento nacional e outros países da América Latina, no sul do estado de Sergipe, Brasil construiu-se uma rede de agroecologia, baseada na metodologia camponês a camponês, com valorização dos saberes deste sujeitos. Esta rede tem propiciado a construção de conexões entre experiências que se encontravam isoladas. Este processo precisa ser sistematizado para apontar lições que contribuam para o fortalecimento e ampliação das experiências agroecológicas e, assim apontar dimensões para a consolidação da rede.

### **3.3 O caminho agroecológico na rede de intercâmbios**

No contexto do Território da Cidadania do Sul Sergipano foi realizado uma proposta de diagnóstico rural participativo (DRP) em diversas comunidades. Trabalho este, inicialmente realizado pela EMBRAPA, Colegiado Territorial, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os diagnósticos apontaram para a necessidade da construção de um estilo de sistema de produção familiar de base ecológica. Para tanto esse trabalho indicou a formação de redes sociais para articular as ações que potencializassem o surgimento do novo estilo de agricultura (SIQUEIRA *et al*, 2010).

Paralelo à esta iniciativa, havia a preocupação de construir uma nova metodologia para o Encontro Sergipano de Agroecologia, no ano de 2011, tendo em vista o grande êxito do I Seminário Sergipano de Agroecologia, realizado em 2010. Foi pensado que a metodologia não deveria basear-se em palestras proferidas por pesquisadores de referência no conhecimento agroecológico, mas sim de exposições das experiências dos próprios camponeses e camponesas, sistematizadas com a cooperação das entidades representativas de camponeses. Neste formato, competiu aos pesquisadores de referência o papel de realizar a mediação entre os temas e processos abordados nas várias experiências partilhadas.

A partir das experiências metodológicas de compreender a realidade camponesa de forma participativa e do princípio de escutar o protagonismo camponês dos que fazem o cotidiano rural dos assentamentos, que se fortalece a articulação entre técnicos extensionistas com atuação nas áreas de reforma agrária e pesquisadores agroecológicos da

Embrapa, no ano de 2011 com a construção de redes de trocas de conhecimentos camponeses por meio de intercâmbios de experiências agroecológicas, que mais tarde se identificou como Rede de Agroecologia Camponês a Camponês, com o objetivo de apontar uma proposta de desenvolvimento agrário para o Território Sul Sergipano.

A partir do ano de 2013, quando se incorporaram princípios e atividades da Rede Camponês a Camponês aos serviços da Assessoria Técnica Social e Ambiental nas áreas de Reforma Agrária (ATES) , observou-se um significativo apoio logístico e profissional que evidenciaram avanços na formação da Rede. Tratava-se de potencializar a identificação, sistematização e intercâmbio de experiências, ademais da possibilidade de impressão de cartilhas, a construção de um Programa de Formação Continuada em Agroecologia (PFA), a realização de intercâmbios interestaduais para conhecer experiências camponesas na Bahia e na Paraíba, articulações com o colegiado territorial, realização de oficinas agroecológicas, etc.

A partir das atividades da rede foi possível identificar no território Sul Sergipano assentados da reforma agrária que atuam com forma e conteúdo diferente do que é proposto pela agricultura hegemônica, particularmente nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy. Encontraram-se soluções camponesas para os problemas concretos que afetam os camponeses do território e, buscou-se contribuir para sua divulgação com vistas ao aprofundamento e expansão das experiências agroecológicas no Território.

Neste estudo, objetivou-se com a metodologia de intercâmbios de Camponês a Camponês no Território Sul Sergipano, que são realizados na rede de Estância e Santa Luzia do Itanhy, demonstrar o potencial multiplicador que carrega a difusão horizontal de conhecimento. A rede de Estância e Santa Luzia do Itanhy, trata-se na verdade de um grupo que se complementa com outros 3 grupos de outros três municípios, sendo eles: Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda e Arauá.

O presente estudo nos mostrou o forte impacto que tem a construção horizontal do saber camponês. A construção de princípios agroecológicos com referência na prática de camponeses e camponesas, acompanhada da reflexão e ação de um grupo de coordenação camponesa, mostra que a amplitude precisa ser gestada por camponeses para garantir eficácia e real presença camponesa.

Estes grupos de intercâmbios da rede de agroecologia Camponês a Camponês foram formados por municípios onde existem assentamentos assessorados pela ATES e/ou por aqueles com proximidade geográfica. A formação dos grupos objetivou facilitar a logística de transporte para a realização dos intercâmbios, já que a área é extensa.

Atualmente, compõem a rede 20 comunidades da região sul de Sergipe, com 122 famílias (Tabela 7). A incorporação dos municípios Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda e Arauá foi fruto da construção da rede Camponês a Camponês, inicialmente presente apenas em Estância e Santa Luzia do Itanhy. Com a expansão para estes municípios houve a incorporação de mais famílias e o fortalecimento da rede. Nos novos municípios é possível indicar que os caminhos já vêm sendo marcados pelos camponeses, cabe aos técnicos estabelecer uma ação conjunta e não a proposição de uma nova obra.

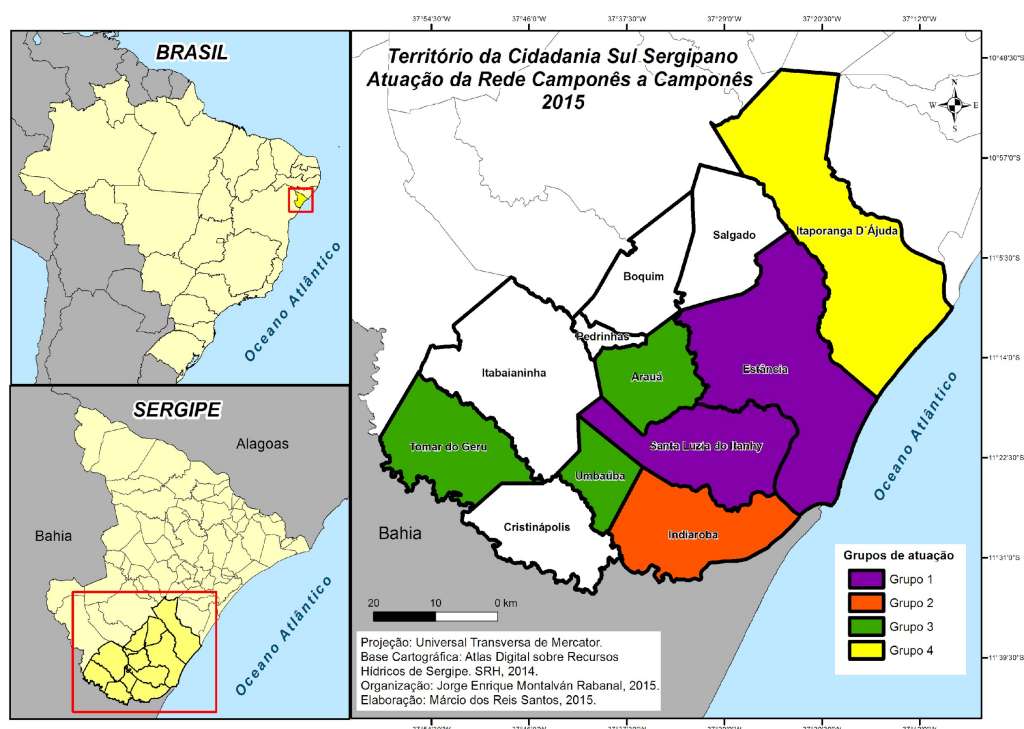
**TABELA 7 - TERRITÓRIO SUL - COMUNIDADES E NÚMERO DE FAMÍLIAS INTEGRANTES DA REDE “CAMPONÊS A CAMPONÊS”**

Município	Comunidade	Ano de criação do assentamento	Nº de famílias	Nº de famílias na rede
Itaporanga D'Ajuda	P.A Padre Josimo Tavares	2006	10	5
	P.A Darci Ribeiro	2005	40	6
	Dorcelina Folador	2001	51	5
	P.A Dom Helder	2005	19	7
Santa Luzia do Itanhy	Mocambo	1996	45	15
	Pau torto	1992	48	1
	Priapu	1991	53	4
Estância	P.A Paulo Freire	2001	24	4
	P.A Rosa Luxemburgo	2005	26	6
	P.A Analício Barros	2010	10	2
	P.A 17 de Abril	2005	30	6
	P.A Roseli Nunes	1999	35	17
	P.A Bispo Dom Helder	2007	28	3
Araúá	Colônia Sucupira	1972	230	7
	P.A Carlos Gato	2011		12
Umbaúba	P.A Campo Alegre	1998	25	6
Tomar do Geru	P.A 27 de abril	2002	55	4
Indiaroba	P.A Joelina Lima	2005	45	3
	P.A 07 Brejos	1997	67	2
	Bom Jesus	1996	35	7
Total de famílias				122

Fonte: Arquivos do Projeto “Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em rede social”.

Foram formados quatro grupos (Figura 6), sendo eles: i) grupo de Estância, composto pelos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy; ii) o grupo do município de Indiaroba; iii) o grupo de Arauá, que reúne os municípios de Arauá, Umbaúba e Tomar do Geru e iv) o grupo do município de Itaporanga d'Ajuda. Os grupos se encontram em estágios diferentes, de nível organizacionativo, participação política na rede e, também, de compreensão por parte dos camponeses. Isso ocorre porque os grupos foram formados em tempos diferentes, sendo que o primeiro grupo, que inspirou a formação dos demais.

**FIGURA 6 - SERGIPE - GRUPOS DE INTERCÂMBIOS CAMPONESES NO TSS - 2015.**



No momento em que o grupo de Indiaroba ainda estava no processo de identificação de agricultores faróis, sistematizações de experiências e realização de intercâmbios, os grupos de Arauá e Itaporanga D'Ajuda já haviam completado o primeiro ciclo de intercâmbios, ou seja, 10 visitas, seguidas do momento de reflexão/devolução, onde se resgatam as experiências visitadas e constroem os princípios agroecológicos percebidos nas experiências sistematizadas.

No momento que se avançava na reflexão/devolução nos grupos de Itaporanga D'Ajuda e Arauá, o grupo de Estância e Santa Luzia do Itanhy já havia realizado dois processos de reflexão/devolução e caminhava em direção à sua organização enquanto rede constituindo uma coordenação daquele grupo.

O processo era intenso e repetitivo, mas sem proximidade com a aplicação de receita, pois cada intercâmbio realizado carregava uma experiência única. Podemos sintetizar o ciclo num processo de identificação de experiências, que gera uma sistematização de práticas camponesas, por sua vez demanda uma mobilização de famílias presentes no grupo e que estão dispostas a partilhar experiências em um diálogo de saberes, que sempre floresce nos intercâmbios que são protagonizados pela família camponesa que teve sua experiência sistematizada.

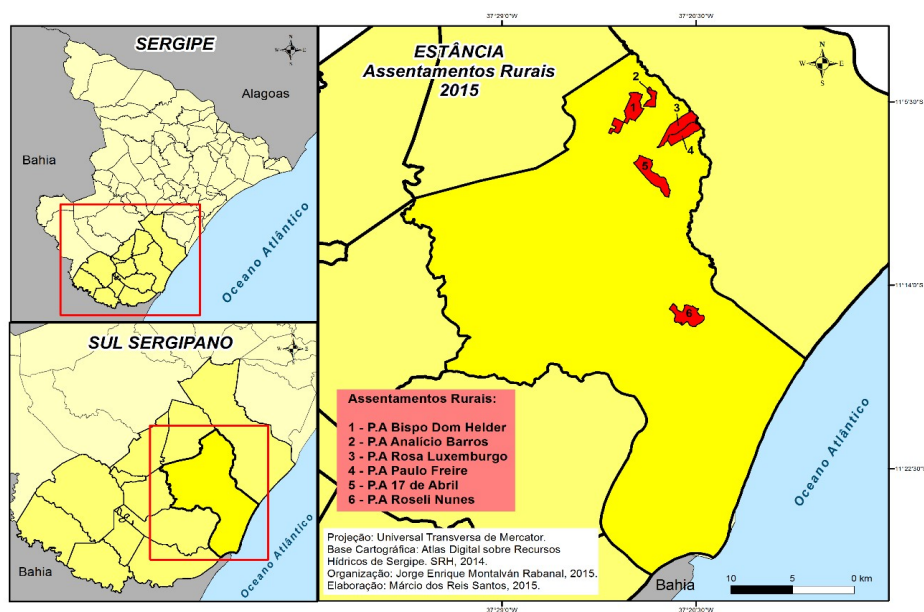
Esse exercício de intercâmbios é realizado até o momento de reflexão/devolução realizado junto aos camponeses participantes de cada grupo, que orientam os próximos intercâmbios avaliando e propondo, demandam a necessidade de conhecimentos para solucionar problemas específicos e reafirmam a participação política em pautas territoriais.

Os momentos de intervenção são diferenciados por parte dos extensionistas, animadores do processo de intercâmbio de experiências. O grupo de Estância e Santa Luzia do Itanhy, o mais experimentado, demanda uma ação consequente da reflexão dos 23 intercâmbios realizados, com uma periodicidade mensal, que já foram sistematizados e é necessário responder como operacionalizar os anseios camponeses, mantendo vivo o permanente processo de trocas de conhecimentos.

Por sua vez, os demais grupos têm evoluído na construção da identidade de grupo e caracterização dos entraves ao desenvolvimento agroecológico, que por mais parecido que possam ser com o processo do grupo mais avançada, as especificidades de cada local, e dos sujeitos que constroem o processo determinam as especificidades.

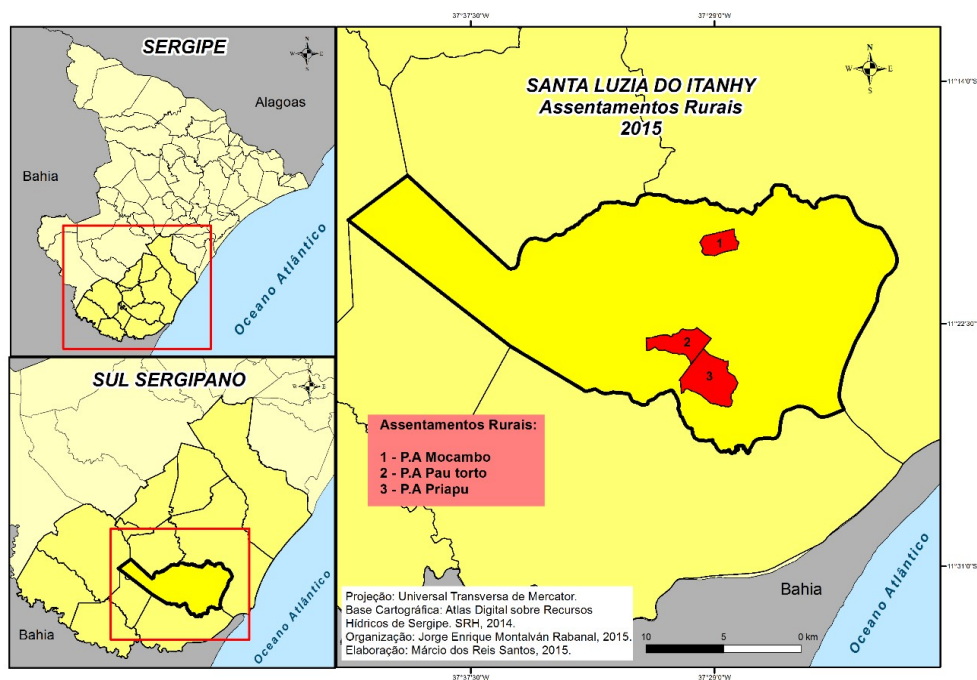
Esta pesquisa analisou o processo de territorialização do campesinato no grupo dos assentamentos de reforma agrária dos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy (Figuras 7 e 8), analisando como foi o processo de identificação, sistematização e intercâmbios de experiências camponesas que promoveram o contato entre estilos produtivos agrônômicos, adaptados ao modo de fazer camponês.

**FIGURA 7 – SERGIPE-ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA COM ATIVIDADE DA REDE CAC EM ESTÂNCIA - 2015**





**FIGURA 8 – SERGIPE- ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA COM ATIVIDADE DA REDE CAC EM SANTA LUZIA DO ITANHY, 2015.**



É importante destacar que esta pesquisa foi desenvolvida concomitantemente à organização e realização dos intercâmbios, em que as etapas foram permeadas pelos processos de atuação pessoal em conjunto com os movimentos sociais e, engajado na luta da reforma agrária, o que traz para a pesquisa percepções motivadoras para construir esse caminho pautado no protagonismo camponês. É a partir dessa percepção e engajamento com o objeto de estudo que a pesquisa caracteriza-se como pesquisa-ação, que segundo Thiollent (2000), é a estratégia de pesquisa conectada a diversas formas de ação coletiva e que se move em função da resolução de problemas ou de objetos de transformação.

De acordo com Thiollent (2000), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. A reflexão pôde se fazer ação através da sistematização dos importantes conhecimentos camponeses que se fazem úteis para compreender a transição agroecológica

e a territorialização do campesinato em assentamentos de Reforma Agrária no Sul Sergipano.

Dessa forma realizei uma pesquisa-ação que identifica e sistematiza as experiências camponesas e analisa seus intercâmbios como condição possível de difundir práticas camponesas por meio do protagonismo camponês, que mira a mudança paradigmática do processo produtivo da agricultura no Sul Sergipano. Além disso, a realização de intercâmbios possibilitou a formação de uma rede de contatos camponeses, capaz de conhecer/refletir realizações individuais que carregavam uma resposta coletiva para muito agricultores que se organizam dentro da rede.

Para identificar os agricultores que participantes iniciais dos intercâmbios utilizou-se dois critérios básicos: i) possuir experiência agrícola de base ecológica e ii) a compreensão clara das dinâmicas comunitárias em que estão inseridos. Esses critérios foram apontados a partir do primeiro intercâmbio, quando também foi explicitado um dos entendimentos camponês sobre a agroecologia, transcrito a seguir: “Plantar, colher e comer sem agredir a natureza” (conceito construído coletivamente no 1º intercâmbio de experiências camponesas da rede Camponês a Camponês).

A identificação dos camponeses participantes dos intercâmbios foi realizada em reuniões, visitas às famílias nos assentamentos de reforma agrária e através de oficinas de identificação de agricultores que se reconhecessem conforme o conceito construído no primeiro intercâmbio, citado anteriormente. Esses passaram a ser denominados “agricultor farol”, noção cunhada por Altieri (2006) e que tem referência nas condições que se constroem as práticas agrícolas das populações rurais marginalizadas que mantêm agroecossistemas de baixo risco e, garantem a segurança alimentar local apesar da ordem macroeconômica e dos modelos de agriculturas dominantes. Cada uma destas iniciativas representam um espaço de esperança, um farol agroecológico para os camponeses envolvidos.

Avançando do entendimento de que um agricultor farol possa ter um brilho único e próprio, chegamos ao papel mais ativo e gerador de conhecimentos que carrega o agricultor experimentador, que através do fortalecimento de sua rede de relações, juntamente com a coletividade das famílias e atores sociais dos territórios camponeses, se

faz possível multiplicar a aplicabilidade de diferentes práticas agroecológicas (PETERSEN & SILVEIRA, 2007).

Durante as oficinas de identificação e sistematização de experiências utilizaram-se técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), conforme quadro 1, a seguir. Essas ferramentas foram reunidas a partir da experiência como extensionista rural, baseada em Verdejo (2007), além de cartilhas “Agrobiodiversidade” sistematizadas por De Boef & Thijssen (2007).

Com isto foi possível identificar a relação dos camponeses com a natureza, suas práticas agrícolas adotadas, a diversidade existente em suas experiências, a origem, as formas de produzir os insumos e os destinos da produção. Uma vez identificados, como estratégia de integrá-los à rede e tornar as experiências relevantes uma referência na construção do conhecimento agroecológico, foram utilizados dois instrumentos: a sistematização dessas experiências e os intercâmbios.

**QUADRO 1 - FERRAMENTAS UTILIZADAS NAS OFICINAS DE IDENTIFICAÇÃO DE AGRICULTORES EXPERIMENTADORES E SISTEMATIZAÇÃO DE SUAS EXPERIÊNCIAS**

Ferramenta Utilizada	Descrição da metodologia	Resultados encontrados
Bola de Neve	Identificação das referências agroecológicas dos camponeses, a partir da pergunta direta a outros camponeses.	Ampliação da rede de experiências camponesas.
Análise das quarto células	Divisão de quatro quadrantes que indicam: pequenas áreas plantadas, grandes áreas plantadas, poucos agricultores que plantam determinada cultura, muitos agricultores que plantam determinada cultura.	Diversidade das culturas plantadas. Variedades das espécies plantadas. Variedades em processo de erosão genética.
Entra e sai	Matriz de ações produtivas realizadas pela família camponesa, com indicação do que é necessário para produzir e o destino dado aos produtos.	Compreensão dos processos produtivos e níveis de autonomia envolvidos nas atividades agrícolas.
Caminhada Guiada	Trata-se de uma caminhada transversal na unidade produtiva camponesa, guiada pelo camponês, onde são apontadas observações referentes a vegetação, solo, produção e diversidade camponesa. A orientação das áreas prioritárias, que carregam o valor camponês dado a suas experiências, é indicada pelo próprio camponês visitado.	Caracterização das experiências camponesas. Valores camponeses empreendidos no cotidiano agrícola. Percepção do esforço camponês em preservar a agrobiodiversidade, na garantia da soberania alimentar e viabilidade econômica da unidade produtiva.
Cartografia Social	Representação gráfica da unidade camponesa, realizada de forma coletiva pela família.	Compreensão da distribuição espacial dos plantios na unidade camponesa e da lógica desenvolvida para realização dos consórcios, diversificação da produção.

Fonte: Organizado por Jorge Enrique MontavánRabanal, 2015.

As experiências identificadas foram sistematizadas. Sistematização de experiências é entendida neste estudo como um processo de descrição da história de diferentes famílias que constroem a rede. As ferramentas utilizadas para sistematizar as experiências foram o diálogo semi-estruturado (Apêndice), caminhada guiada (Figura 9) e cartografia social (Figuras 10 e 11), todas realizadas com diversos membros da família.

A primeira se deu a partir de um diálogo capaz de resgatar a origem do conhecimento das práticas agrícolas, a divisão do trabalho no seio familiar para conduzir a experiência vigente, a importância da produção agrícola na alimentação familiar gerada, etc. A

segunda, ou seja, a caminhada guiada no lote produtivo observou a materialização do conhecimento gerado pela experimentação camponesa seus êxitos e insucessos.

**FIGURA 9** - SANTA LUZIA DO ITANHY - CAMINHADA GUIADA PELO CAMPONÊS NO PA  
MOCAMBO - 2015



Foto: Arquivo pessoal, 2015

**FIGURA 10** – ESTÂNCIA - CARTOGRAFIA SOCIAL E A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS - 2013



Fonte: Base de dados do Projeto: Construção do conhecimento agroecológico em território de identidade rural, Embrapa-CPATC, 2013.

**FIGURA 11** - ITAPORANGA D'AJUDA, SERGIPE - CARTOGRAFIA SOCIAL DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA - 2014



Foto: Arquivo pessoal, 2014.

E por fim, a prática da cartografia social, segundo a qual o camponês sistematiza graficamente sua propriedade, foi também uma ferramenta utilizada para configurar a importância dos diversos espaços presentes no lote produtivo. Foi por meio desta prática que se conseguiu perceber diferentes valores concebidos pelo homem e pela mulher em cada experiência sistematizada, além de possibilitar uma análise da autonomia camponesa.

As sistematizações foram publicadas na forma de boletins informativos. Os boletins em sua realidade, extrapolam o caráter meramente informativo, envolve o registro de uma história camponesa, sistematiza o conhecimento gestado em unidade produtiva, além de multiplicar o conhecimento ali representado. A sistematização de experiências dos camponeses é importante no processo de construção do conhecimento agroecológico, pois

permite a reflexão sobre a experiência, com a finalidade de documentar a experiência, evitando que a mesma se perca, e com a finalidade de melhor compreender os processos que nelas estão envolvidos e extrair as lições que poderão contribuir para sua disseminação (CHAVEZ-TAFUR, 2007).

As experiências sistematizadas e partilhadas nos intercâmbios descrevem retratam a essência do cotidiano agrícola de um camponês, e servem de referência para a construção de autonomia de outros que procuram se territorializar no campo. Cada experiência carrega ensinamentos, vida, soluções e belezas diferentes, conhecimentos e práticas que mostram caminhos, que apontam e impulsionam a autonomia, seja ela produtiva, de comercialização, social, política e/ou cultural. São esses elementos que precisam ser fortalecidos, associados e propagandeados para construção do território da agroecologia.

A sistematização de experiências agroecológicas cria ambiente fecundo para que os sujeitos diretamente envolvidos na ação reflitam, aprendam e aprimorem suas próprias intervenções. Neste processo, homens, mulheres, jovens, adultos, crianças, técnicos, pesquisadores e agricultores, partindo do saber partilhado, formulam e reformulam seus pontos de vista, dão novo sentido à experiência prática e ao conhecimento ali gerado (RIBEIRO, 2006).

As experiências sistematizadas que são partilhadas nos intercâmbios descrevem a essência do cotidiano agrícola de um camponês e servem de referência para a construção de autonomia de outros que procuram se territorializar no campo. Cada experiência carrega ensinamentos, vida, soluções e belezas diferentes, conhecimentos e práticas que mostram caminhos, que apontam e impulsionam a autonomia, seja ela produtiva, de comercialização, social, política e/ou cultural. São esses elementos que precisam ser fortalecidos, associados e propagandeados para construção do território da agroecologia.

### **3.4 Dimensões do Território Camponês**

Toda experiência sistematizada foi divulgada em boletins compartilhados nos dias dos intercâmbios, que servem de provocação para o debate entre as diversas famílias camponesas que se dispõem a problematizar, aprender e partilhar saberes e conhecimentos que remontam à construção da práxis camponesa (Quadro 2).



**QUADRO 2- EXPERIÊNCIAS SISTEMATIZADAS NA REDE DE ESTÂNCIA E SANTA LUZIA DO ITANHY**

Título dado à experiência	Local	Família camponesa	Data de realização
Roça do Futuro	PA Paulo Freire II – Estância	Ivanilson dos Santos e Jacira	01/06/2012
A Família Camponesa	PA Rosa Luxemburgo – Estância	Teo, Eliane e Gabriel	01/06/2012
A História de Quiquias	PA Rosa Luxemburgo – Estância	José de Souza Ribeiro	11/07/2012
Aprendizado e Resistência	PA Paulo Freire II – Estância	Aguinaldo	21/06/2012
Mulheres Camponesas: A Experiência de Anália e Solange	PA Vitória da União - Santa Luzia do Itanhhy	Anália e Solange	03/08/2012
O Paraíso de Dona Nete	PA Vitória da União - Santa Luzia do Itanhhy	Dona Nete	03/08/2012
Agroflorestas para o Futuro	PA Paulo Freire II – Estância	Ivanilson dos Santos e Jacira	15/08/2012
Educação e Reforma Agrária	PA Bispo D. Helder Câmara – Estância	Raimundo	05/09/2012
O Sonho de Silvanira	PA 17 de Abril – Estância	Maria Silvanira	24/10/2012
Cooperação Agrícola: A Experiência de Edvânia, Maria Helena e Valmir	PA Analício Barros – Estância	Edvânia, Maria Helena e Valmir	30/11/2012
A Experiência de Cris e Bahiano	PA 17 de Abril – Estância	Cristeneide e Bahiano	28/02/2013
Diversidade Pensando no Futuro	PA Mocambo - Santa Luzia do Itanhhy	S. Joel e Dona Neide	20/03/2013
Conscientização e Planejamento	PA Pau Torto II - Santa Luzia do Itanhhy	Robério	24/04/2013
Trabalho Coletivo e Aprendizado no 17 de Abril	PA 17 de Abril - Estância	Área coletiva do assentamento	20/09/2013
A Horta Coletiva do Roseli Nunes	PA RoseliNunes – Estância	Coletivo de assentados e assentadas	25/10/2013
Busca pela Autonomia na Produção de Manivas de Mandioca	PA Mocambo - Santa Luzia do Itanhhy	S. Joel e Dona Neide	02/05/2014
O Desafio de Experimentar o Plantio em Berços	PA Rosa Luxemburgo – Estância	Teo e Dona Eliane	05/06/2014
A Resposta Coletiva para um Problema Particular	PA Vitória da União - Santa Luzia do Itanhhy	Dona Nete e S. Gizélio	10/07/2014
A Horta Coletiva: Cheia de Gente Contente	PA Roseli Nunes – Estância	Coletivo de assentados e assentadas	14/08/2014
Orgulho de Ser Camponesa	PA Bispo D. Helder Câmara	Dona Dalva	04/12/2014
A Fábrica de Adubo do Território Sul Sergipano: As Tarefas pra Concretizar uma Ação Coletiva	Escola Agrícola do Povoado Araçás – Estância	Coletivo da fábrica e parceiros	09/04/2015
O Guardião das Macaxeiras	PA Mocambo - Santa Luzia do Itanhhy	S. Joel e Dona Neide	29/05/2015
Da Fonte Nova pra Uma Vida Nova	PA Caio Prado- Estância	S. Humberto e Dona Neusa	02/07/2015

Organização: Jorge Enrique Montalván Rabanal, julho de 2015.

As experiências da rede de Estância e Santa Luzia do Itanhy que foram sistematizadas em boletins conseguem evidenciar a construção do território da agroecologia, no passo que as práticas camponesas agroecológicas realizadas enfraquecem o território do agroenegócio. Estes registros dão vozes aos camponeses, nessa experiência possuem histórias comuns, que evidenciam a exclusão social do campesinato, sua subordinação ao capital, mas também a de luta pela terra, pelo estabelecimento da unidade produtiva camponesa, processos de construção de autonomia e do território da agroecologia.

### **3.4.1 Gênero**

Relatar experiências das mulheres que fazem da vida no meio rural a estratégia de reprodução social de sua família, encoraja outras camponesas que estejam oprimidas pela postura machista naturalizada, culturalmente permitida no meio rural. Prática inspiradora é a articulação de mulheres no assentamento Priapuque se desafiou a implementar a técnica da curva de nível e a instalação de uma horta diversificada para acessar mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e assim, reposicionando o trabalho feminino no contexto da economia familiar camponesa e construção de autonomia no Sul Sergipano.

Experiências como esta e de outras as mulheres da rede demonstram que o campo é um lugar para se viver, fazem nascer a vontade de lutar por um pedaço de chão e, permitem brotar a certeza de que a terra de trabalho conquistada possibilita um horizonte de futuro, em detrimento da subordinação do trabalho camponês pelos donos de fazendas ou lavrar partidos recebidos em “caridade” por proprietários. Confirmativos destas condições são os fragmentos de depoimentos de Silvanira, do Projeto de Assentamento (PA) 17 de Abril: “Não tem nem comparação, hoje tenho minha liberdade, não preciso trabalhar pra mais ninguém”; ou Dona Nete, do Priapu quando afirma o seguinte: “Quando cheguei, não sabia de nada, era urbana. Vim por causa de meu marido, ele sempre foi um verdadeiro agricultor”.

### 3.4.2 História de Sujeitos (re) territorializados

As histórias passadas relatadas pelos camponeses e registradas nos Boletins remontam nas suas vidas uma forte subordinação ao agronegócio. No Sul Sergipano existe há muito tempo uma influência da citricultura e alguns camponeses da rede admitem o penoso trabalho que executavam.

Por exemplo, Téo, do PA Rosa Luxemburgo afirma que: “Desde dos 7 anos de idade trabalhava de Sergipe a Bahia na catação de Laranja”, dilema também vivido por Ivanilson, do PA Paulo Freire, que antes de conquistar o lote familiar na reforma agrária trabalhou em laranjais realizando a enxertia nos pomares de latifundiários. Estas são trajetórias de vida sempre contadas como experiências de humilhação, conforme se refere seu SeuQuiquia, quando diz: “fui muito judiado, trabalhava para os grandes fazendeiros, na diária, desmatando pra plantar milho [*Zeamays*], feijão [*PhaseolusVulgaris*] e fava [*Vicia faba*] para os ricos”.

Os desafios para estabelecer a nova vida na unidade de produção camponesa conquistada comparecem nas falas dos camponeses como importantes processos de superação coletiva, conforme relato por Robério, da comunidade Pau Torto: “No início não tinha nem estrada. As telhas para a construção da casa de taipa foram carregadas nos braços, até demos o nome do sítio de Nova Esperança”. Outro depoimento nesta direção foi dado por Ivanilson (Negão), do PA Paulo Freire, ao recordar da sua chegada no assentamento: “Ficaram as piores terras pra gente, os solos todos desgastados...nessa terra diziam que não dava nem laranja”.

A peregrinação de Seu Joel, do PA Mocambo, retrata bem as diversas dificuldades enfrentadas pelos camponeses. No passado, deixou a terra do pai, localizada no sertão sergipano, município de Nossa Senhora da Glória, devido a exiguidade territorial para garantir o sustento de todos integrantes da família estendida. Posteriormente, foi assentado no mesmo município, porém foi expulso da terra pelas constantes ameaças das quadrilhas de roubo de gado, instalando-se em um dos perímetros irrigados localizados no município de Canindé do São Francisco, do qual teve que sair por não ter condição de arcar com os custos da energia elétrica. Até que migrou para o agreste sergipano, município de Salgado,

já no Sul Sergipano e, somente em Santa Luzia do Itanhy conseguiu se fixar, reconstruir sua vida e onde vive com filhos, netos e bisnetos.

### **3.4.3 Saberes e Processos Educativos**

Os registros das experiências demonstram um processo permanente de construção de autonomia camponesa, refletido na prática e nos saberes acumulados que são experimentados pelos integrantes da rede. A educação tem valor significativo, como o exemplo de Raimundo, do PA Bispo D. Helder, que realizou seus estudos nos cursos do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA) e, fez disso um estímulo para conduzir diversas experiências em seu lote na criação de animais, produção de insumos orgânicos, nas estratégias de irrigação e na prática da inventividade camponesa mediante o uso do carneiro hidráulico, entendido como uma solução barata e acessível para muitos assentados no tocante ao controle e uso da água.

Já para Aguinaldo, do PA Paulo Freire, a necessidade da educação formal é uma solução para os diversos problemas que enfrentam na associação do assentamento, potencializando a condução de projetos junto à CONAB e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fato que o motiva a perseguir a formação constante. Há também, o exemplo de Jacira e Negão quando afirmam que, “Desde que começamos a trabalhar a agroecologia, percebemos a necessidade de voltar para a escola. Agora, nós dois estudamos”. Esse casal não só voltou a frequentar a escola, como também impulsiona ações educativas neste espaço, ligadas ao tema da agroecologia e da alimentação saudável e, que envolvem os colegas de turma, professores e direção.

Diversos outros processos de educação não formal são percebidos, como por exemplo o cuidado que alguns pais e mães têm de sempre envolver seus filhos e exaltar a importância do trabalho na roça, da vida no campo. Gabriel, aos 5 anos de idade, já exibia orgulhoso, durante os intercâmbios, sua pequena horta bastante diversificada. No momento de escrita deste texto, aos 9 anos de idade já acompanha as atividades da rede com muita empolgação. Os irmãos Lídia, Rivelino e Hilgor sempre acompanhavam as atividades de seus pais na agricultura. Quando estes últimos perceberam certo desinteresse dos seus filhos, buscaram formas de atraí-los adquirindo uma câmera fotográfica. De posse deste

equipamento as crianças foram incentivadas a frequentar a roça e fotografar tudo que despertasse curiosidade. Posteriormente, a família reunida verificava cada fotografia e, juntos comentavam-nas, renovando o interesse das crianças pela prática da agroecologia, em um belo processo de construção de conhecimento inter-geracional.

#### **3.4.4 Formas de Cooperação Camponesa**

Outro processo educativo é o da cooperação que estimula a organização de camponeses para produção agrícola, com geração de renda e trabalho. Nessa perspectiva a rede viu nascer a iniciativa de camponeses do PA Roseli Nunes, que em dividir os trabalhos para desenvolver uma horta voltada ao abastecimento de alimentos às famílias e venda de excedentes. Eram 12 famílias que se organizavam em duplas de trabalho, durante seis dias da semana e no sétimo dia se realizava um mutirão com todos, para os trabalhos gerais. Vários foram os aprendizados e também demandas criadas, como a necessidade de formação para os camponeses, que se materializou na realização de quatro módulos de curso sobre hortas para atender a iniciativa do PA Roseli Nunes e de outros assentados interessados em aprender mais sobre o tema, mediados por extensionistas da ATES e da EMBRAPA.

A cooperação pode florescer de relações simples como no caso da vizinhança entre Vânia, Valmir e Maria Helena, no PA Analício Barros, que dividiam a área de pastejo dos animais, o esterco produzido e a venda da produção na feirinha da agricultura familiar. Outro exemplo é a iniciativa de recuperar um pomar de sapoti (*Manilkarazapota*) no PA 17 de abril, uma fruta que tem um importante valor de mercado e que era visualizada como uma prioridade para gerar renda a partir do trabalho dos assentados, foi possível pelo sentimento de cooperação dos assentados. Para auxiliar a concretização dessa demanda o assentamento foi inserido em uma proposta de análise de um Sistema Agropecuário Sustentável (SIAGROS), proposto pela Embrapa, que preconizava a diversificação e a produção de alimentos. A proposta preconizava a análise de uma lavoura diversificada, dessa forma o SIAGROS contava com mandioca, batata doce, gliricídia, palma, mas buscou envolver o pomar de sapoti e instalar experimentos de agrofloresta, com o apoio de Negão do PA Paulo Freire.

### 3.4.5 Busca Controle da Produção de Insumos

Os desafios organizativos em benefício do coletivo dos assentados da rede está presente na decisão de retomar o funcionamento da unidade produtiva de adubo orgânico do território Sul Sergipano, localizada na escola agrícola<sup>5</sup>, a partir da recepção e transformação do subproduto da fábrica de cerveja Águas Claras. A rede de camponeses decidiu pela indicação de representantes que se responsabilizassem em produzir adubo orgânico para os camponeses do território e, que já vislumbram além do adubo orgânico, a produção de húmus, biofertilizante e minhocas. Esta atividade busca uma associação orgânica ao processo pedagógico da escola, onde estudam muitos filhos de assentados.

As iniciativas de beneficiamento de produção também inspiram a cooperação entre os agricultores da rede. Vale ressaltar a iniciativa presente no PA Roseli Nunes, na qual alguns integrantes da rede se empenham para colocar em operação a agroindústria de polpa de frutas, cujo resultado da produção destina-se para o mercado local e abastecimento das atividades coletivas do MST. No momento de escrita deste texto, esta agroindústria familiar estava passando por um processo de ampliação, fato que importante estímulo aos agricultores que vislumbram melhores condições para o processamento da produção camponesa.

### 3.4.6 Inventividade Camponesa

De forma individual podemos exaltar o exemplo da postura inventiva de Ivanilson, do PA Paulo Freire que busca sempre propor procedimentos e técnicas inovadoras no tocante a diferentes dimensões da produção agroecológica e alimentação. Um exemplo é a inserção do “café de mucuna” (*Mucuna puriens*) que ele começou a processar a partir do aproveitamento de sementes dessa planta adota na adubação verde e cobertura do solo. Provocação instigante à uma re-educação do paladar dos consumidores, realizada por este camponês agroecológico.

O mesmo passou a extrair o néctar de frutas da estação, evitando as constantes perdas dos frutos. A técnica exige que as frutas sejam processadas na sulqueira, cozidas e o

---

<sup>5</sup> Escola Agrícola Municipal de Ensino Fundamental Governador Antônio Carlos Valadares, localizada no Povoado Aracás, nas cercanias dos PA's 17 de Abril, Paulo Freire e Rosa Luxemburgo.

néctar é extraído, é envasado. Assim, amplia-se o tempo de conservação dos sucos em relação às frutas *in natura*. Verifica-se também que, somado a este processo a família desidrata, em seu secador solar, temperos e noni (*Morindacitrifolia*), fruto divulgado como portador de vários benefícios a saúde.

Negão e família dando-se conta do monopólio das corporações alimentares sobre a oferta e a massificação do cuscuz de milho transgênico ofertado nos mercados, e preocupados com a insegurança alimentar deste consumo, decidiu por ralar milho crioulo para cuscuz e, passou a armazená-lo garantindo um floção que não fosse transgênico. Por fim, o sistema de produção agroecológico desta familiar foi autodenominado de “Roça do Futuro” que resulta da prática de diversificar cultivos, cobertura do solo, adubação verde e produção de alimentos.

A postura de inovação camponesa sempre está valorizada nos boletins que buscam retratar o importante exercício de observação dos agricultores em construir soluções viáveis para seu cotidiano agrícola. Téó, do PA Rosa Luxemburgo (Figura 12) sempre aprimora sua iniciativa de plantar em berços, termo que adotou para contrapor a denominação cova.

As áreas de Sistemas Agroflorestais Sucessionais (SAF's), propostas e implementadas por Téó, garantem no quintal uma diversidade de frutíferas e matéria orgânica pra realizar a horticultura, que faz ele orientar os camponeses como uma boa prática agroecológica, dizendo: “[...] faça uma quadra de 10X10, mesmo que seja num pasto, você vai ver como é bom, se tiver de desistir pelo menos fica uma sombra pro seu animal”.

#### **3.4.7 Multiplicação das Práticas de Transição Agroecológica**

Todas as experiências camponesas da rede registram uma vasta diversidade plantada e manejada pelos seus componentes, denotando a riqueza de usos que podem ser dados às diferentes variedades de uma mesma espécie, como o feijão de corda (*Vigna unguiculata*), costela de vaca enramador que Dona Nete, do Priapu, exhibe como alternativa de cerca viva para proteger sua horta. Assim como acontece com Baiano, do PA 17 de abril, que planta horta no sistema Programa de Agricultura Integrada e Sustentável

(PAIS), mas que subverte a ordem de estabelecer a atividade em um lugar fixo e procura plantar árvores em meio à horta, que com o tempo a muda de lugar para segundo ele “deixar um rastro de fruteiras por onde passei”.

**FIGURA 12 – PARTILHA DA EXPERIÊNCIA DO PLANTIO EM BERÇOS**



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

A diversificação também se apresenta nos diversos consórcios feitos pelos camponeses, em diversas experiências sistematizadas apareciam a prática de policultivos [milho (*Zea mays*) + feijão (*Phaseolus vulgaris*) + macaxeira (*Manihot esculenta*) + abóbora (*Cucurbita maxima*) + amendoim (*Arachis hypogaea L.*) + laranja (*Citrus sinensis*) + maxixe (*Cucumis anguria L.*) + quiabo (*Abelmoschus esculentus*)].

O desafio para as próximas sistematizações - que desde o início do processo sofrem alterações após as avaliações realizadas pelos camponeses - reside em elucidar nos boletins de forma esmiuçada, e cuidadosa a lógica camponesa na escolha das espécies que entram nos consórcios, na forma de realizar o plantio, no espaçamento físico e temporal adotado. Essa é uma estratégia que propositadamente é ignorada pelo território do agronegócio porque desconstrói a necessidade de especialização da atividade agrícola. Portanto divulga-



la possibilita influenciar outros camponeses que entraram na lógica da monocultura e do pacote tecnológico do agronegócio, seja pela necessidade de se enquadrar nas regras impostas pelo banco para viabilizar o acesso ao crédito, seja pelos encantos do agronegócio propagandeado pela mídia, por extensionistas não engajados, pelas casas de venda de materiais agrícolas e seus habilidosos vendedores do “sucesso”, que constroem dia a dia no imaginário da sociedade o território imaterial do agronegócio. Para enfrentá-lo é preciso se fazer sentir o conhecimento camponês, é preciso divulgar as valiosas experiências.

### **3.4.8 Comercialização da Produção Camponesa**

A comercialização da produção camponesa é um desafio permanente. Nas experiências que foram sistematizadas, identificaram-se caminhos que combatem a dependência do atravessador. As experiências que desestruturam a cadeia do agronegócio da laranja são um bom exemplo de fortalecimento da comercialização. Uma delas é relatada por Aguinaldo, do PA Paulo Freire, “em épocas de projetos do PAA da CONAB, o valor da tonelada da laranja sobe de R\$180,00 para R\$650,00 e isso espanta os atravessadores”.

Porém, a política do PAA sempre passa por períodos de intermitência, o que nos leva a afirmar que os camponeses precisam de um apoio forte nas tarefas burocráticas de prestação de contas e renovação para que não haja interrupção nessa importante iniciativa. Essa condição será alcançada quando os próprios camponeses puderem levar adiante suas propostas e acompanhar todo o procedimento burocrático sem delegar tarefas a terceiros, como observa o próprio Aguinaldo, que acompanhava propostas de CONAB nos PA's Paulo Freire e Rosa Luxemburgo.

A proposta de buscar mercados e construir mercados camponeses fortalece os ambientes onde se valorizam o trabalho camponês, aproxima este segmento do diálogo com a sociedade, que tem buscado compreender a origem dos alimentos, seja por questão de saúde ou por vinculação ideológica. Muitos camponeses da rede de agroecologia camponês a camponês participam da “feirinha” que acontece em Estância, com o apoio da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social (SEIDES), que junto com o Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) repassou as bancas da feira aos camponeses, que veem nessa forma cultural de comercialização uma ótima oportunidade para incrementar a renda.

Outra iniciativa de comercialização que envolve camponeses da rede está vinculada com a comercialização junto ao Cantinho da Roça<sup>6</sup>, na capital Aracaju. Uma iniciativa que foi construída em parceria com a rede, e que estreita a relação entre os consumidores e os camponeses. No Cantinho da Roça o preço dos produtos é discutido na comunidade, assim como as decisões e estratégias de comercialização, além disso, o fazer junto tem um claro objetivo de ser substituído pelo fazer autônomo do camponês, por isso, os jovens assumem as tarefas de organizar os pedidos e ajudam na montagem das cestas, enquanto a referência camponesa em cada comunidade organiza os produtos que serão comercializados.

O processo de autonomia e os ensinamentos compartilhados entre os camponeses e sua consequente replicação em diferentes realidades mostra o caminho para fortalecer a territorialização da agroecologia, baseada na propagação de soluções camponesas. No quadro 3 a seguir estão sistematizadas algumas das soluções camponesas presentes na rede e que movimentaram o fluxo permanente de intercâmbio de saberes.

---

<sup>6</sup> Coletivo que trabalha na perspectiva da economia solidária fazendo uma ponte entre o que é produzido na roça e consumido na cidade. O Cantinho da Roça recolhe semanalmente os produtos da agricultura camponesa, entre eles, os cultivados pelos agricultores da rede camponês a camponês, pagando um preço justo e entregando na cidade para consumidores que apoiam a iniciativa.

**QUADRO 3. EXPERIÊNCIAS DE CAMPONESES FARÓIS SISTEMATIZADAS DA REDE DE ESTÂNCIA E SANTA LUZIA DO ITANHY**

Município	P. A.	Família (s)	Sistema de produção sustentável	Práticas agroecológicas	Comercialização
Estância	PA Rosa Luxemburgo	Téo e Dona Eliane	Horta PAIS; roçado sustentável de mandioca; sistema agroflorestal.	Não usa veneno, adubação orgânica; rotação e diversificação; agroflorestação; plantio em ‘berços’ <sup>7</sup>	Autoconsumo, PAA e Feira SEIDES, Cantinho da Roça
		Seu Quiquias e Maria Luzinete	Horta PAIS, pomar, criação de aves, roçado sustentável, criação de gado e produção de leite	Não usa veneno, adubação orgânica, diversificação, minhocário,	Autoconsumo e PAA, Feira SEIDES, Cantinho da Roça
	PA 17 de Abril	Silvanira	Horta PAIS e criação de aves	Compostagem	Autoconsumo e Feira SEIDES
		Cris e Baiano	Horta e pomar (graviola).	Não usa veneno, adubação orgânica; produção própria de sementes.	Autoconsumo e mercado.
		<i>Coletivo de 12 agricultoras/es.</i>	<i>Experimento de multicultivos (Projeto SIAGROS c/ Empbrapa)</i> <sup>8</sup>	<i>Diversificação de culturas; adubação orgânica;</i>	Feira SEIDES
	PA Paulo Freire II	Ivanilson dos Santos (Negão) e Jacira	“Roça do futuro”: agrofloresta – frutas, inhame, macaxeira, hortaliças, criação de aves e porcos	Não usa veneno, adubação orgânica / compostagem, diversificação,	Feira SEIDES, Cantinho da Roça
		Aguinaldo	Horta PAIS, pomar (maracujá), criação de aves, roçado sustentável,	Não usa veneno, adubação orgânica coberta morta	Venda de grupo em Estância.
	PA Fusquinha	Edvânia, e M. Helena e Walmir	Horta, criação de animais de terreiro, criação de ovinos e gado de leite, roçado sustentável	Trabalho cooperado	Feira SEIDES
	PA RoseliNunes	Coletivo (12 famílias)	Horta, fábrica de polpas	Adubação orgânica, biodefensivos.	Autoconsumo e Feira SEIDES, Cantinho da Roça
Sta. Luzia de Itanhy	PA Vitória da União (Priapu)	Da. Nete e Seu Gizélio	Horta, criação de animais de terreiro (c/ porcos), gado de leite, roçado sustentável,	Não usa veneno, adubação orgânica; microaspersão, semente crioula, quebra-vento.	Comércio individual
		Anália e Solange	Horta (duas famílias)	C. de nível; não usa veneno, adubação orgânica.	PAA e PNAE.
	PA Pau Torto II	Robério	Criação de gado; roça sustentável	Recuperação de mata ciliar / agrofloresta; vai implantar piquetes PRV	Autoconsumo, porta a porta.
	PA Mocambo	S. Joel e Dona Neide	Roça do futuro: consórcio incluindo arbóreas (caju); horta + medicinais	Tração animal para preparo de solo;	OCS <sup>9</sup>

Fonte e organização: Jorge Enrique Montalván Rabanal, julho de 2015.

<sup>7</sup> Não faz sentido falar de plantio em ‘cova’ (que é o termo usado normalmente). Em lugar de usar um termo ligado à morte, usa-se o temo ‘berço’, ligado à vida...

<sup>8</sup> Uma iniciativa de experimentação e capacitação.

<sup>9</sup> OCS – Organização de Controle Social: organização de certificação.

### 3.5 Os Ensinaamentos que Brotam dos Intercâmbios

Após as sistematizações de conhecimentos dos camponeses considerados faróis, foram organizados diversos intercâmbios entre eles e com outros camponeses, utilizando, com adaptações, a metodologia “Campesino a Campesino”. Ainda que tenhamos trabalhado na perspectiva de adaptação da metodologia, ela se encontra em permanente evolução e que, apesar de ser aplicada há muito tempo, não é possível padronizar suas práticas pedagógicas. Essa metodologia utilizada e sistematizada aponta caminhos, relata experiências, mas fundamentalmente reúne princípios; existe presença e pertença da realidade camponesa com um consequente envolvimento na resolução de problemas camponeses (HOLT-GÍMENEZ, 2008).

A adaptação da metodologia Camponês a Camponês se apoia na mesma construção que teve a Educação Popular, que buscou organizar movimentos de base que compartilhavam respostas de caráter espiritual, social e político, que por sua vez estavam severamente oprimidos no contexto político, econômico e militar. Tratavam, então, de sistematizar um posicionamento crítico e indignado diante das injustiças de ordem social, com o propósito de contribuir para que setores populares, a exemplo dos camponeses, se constituíssem como sujeitos de transformação, com o acompanhamento de suas lutas e processos organizativos. A educação popular privilegia a investigação social e pedagógica, com a mesma característica de sistematizar experiências de processos organizativos dos movimentos populares que reivindicam diversas demandas para dignificar suas condições de vida (CARRILLO, 2014).

Os intercâmbios contribuem para a difusão horizontal do conhecimento agroecológico, diferentemente das premissas da extensão rural clássica, em que o conhecimento do técnico é difundido de forma verticalizada.

Existem dois eixos metodológicos para a condução dos intercâmbios de conhecimentos: (1) intercâmbio entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular; e (2) intercâmbio entre os diferentes conhecimentos populares. Os intercâmbios são processos de construção do conhecimento agroecológico, ainda pouco estudados e com escassos trabalhos disponíveis na literatura sobre os impactos desses métodos na construção da agroecologia. Observações de natureza empírica, experiências de países como México e Cuba (HOLT-GÍMENEZ, 2008; SOSA *etal.*, 2012) e documentos sistematizados de intercâmbios agroecológicos realizados nas diferentes regiões do Brasil apontam para um método com potencial teórico e prático de troca de saberes.

A rede de agroecologia do Sul de Sergipe utiliza a metodologia dos intercâmbios entre os diferentes saberes populares; dessa forma, os intercâmbios entre camponeses e práticas agroecológicas são precedidos e precedem de reflexões coletivas, que se iniciam no processo de sistematização das experiências a partir da documentação, organização e síntese do conhecimento sobre as tecnologias, manejos que ali são vivenciados, produzidos. É o momento de trazer para uma condição de evidência a lógica camponesa de realizar agricultura, sua práxis, que tem potencial de adaptação para as diversas condições camponesas.

Como forma de acolher os camponeses que participam dos intercâmbios, o agricultor anfitrião promove a integração, compartilhando a história familiar camponesa vivida até o momento presente, gerando sempre um reconhecimento entre os participantes, que dividem sua origem, dificuldades vivenciadas e o saber fazer camponês.

Durante o intercâmbio, utiliza-se mais uma vez a caminhada guiada, em que o camponês percorre sua propriedade guiando o grupo participante aos locais da roça que na sua percepção são de maior importância. As discussões geradas durante esse processo são instrumentalizadoras da reflexão final, quando se promove uma rodada de avaliação sintetizada por três perguntas: (i) que bom/o que eu levo?; (ii) que pena/o que eu tiro?; e (iii) que tal/o que eu coloco?

A primeira pergunta reflete as boas experiências evidenciadas e os ensinamentos apreendidos pelos participantes, na segunda se expressa a expectativa de propor mudanças e apontar ausências observadas na prática camponesa, por fim na terceira é exposto as propostas de ampliar a experiência visitada, podendo também ter o sentido de enriquecer o processo do camponês visitado. Esta dinâmica possibilita sistematizar as impressões camponesas que foram valorizadas, as ausências percebidas e as sugestões de mudanças visualizadas.

Os intercâmbios realizados têm um ritmo mensal e mobilizam nas comunidades alguns camponeses, dentre eles sempre é possível perceber os animadores que garantem o estímulo dos demais, desta forma podemos compreender que o sucesso na consolidação de redes está associado a presença constante do núcleo de animadores que sempre se faziam presentes e na constante realização dos intercâmbios, um conseqüente do outro,

fazendo com que os camponeses se sentissem como cenas seguintes dos próximos capítulos, que os faziam proibidos de perder a próxima atividade da rede.

As redes de experiências agroecológicas têm criado ambientes de interação social fecundos para o aprendizado com base na experimentação prática e no intercâmbio de conhecimentos entre agricultores e destes com técnicos, assessores e pesquisadores (PETERSEN E ALMEIDA, 2008).

As redes locais de experimentação, de troca de experiências e de organização social fazem parte do meio socioambiental de características próprias, onde as famílias se organizam em circuitos dinâmicos de troca e produção de novos conhecimentos (FREIRE, 2006).

Segundo Petersen & Silveira (2007), a construção do conhecimento agroecológico articula o micro e o macro mediante a instituição de redes horizontais de interação social que, pouco a pouco, vêm mobilizando e articulando um crescente número de pessoas e organizações em iniciativas de promoção do desenvolvimento local.

A rede Camponês a Camponês no Sul Sergipano também se propõe a articular o micro e o macro; sistematizaram-se conhecimentos associados a práticas preexistentes neste território, e principalmente sistematizaram-se os conhecimentos gerados pelos camponeses que vivem nesse território e convivem com oportunidades e ameaças ao seu desenvolvimento camponês.

Quando os princípios da rede Camponês a Camponês foram descritos, pensávamos em conceituar a agroecologia dos camponeses e chegamos a uma conclusão similar à que foi apontada por Petersen & Silveira (2007): agroecologia associa-se à ideia de alternativa ao *modelo dos pacotes*, que, na percepção dos agricultores, foi trazida pelos técnicos da extensão rural oficial. Os camponeses sempre estão perto da agroecologia: os que se aproximam do *modelo dos pacotes* se especializam. Trata-se, portanto, de um enfoque baseado na diversificação da produção e na natureza, e não nos pacotes e nos venenos.

Além dos intercâmbios que sistematizaram experiências, ocorreram outros momentos coletivos que foram de grande importância para a constituição da rede Camponês a Camponês nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy, como o momento de reflexão/devolução, após a realização de uma série de 10 intercâmbios, para

avaliação das experiências intercambiadas e dos momentos de troca de conhecimento dos intercâmbios.

Este momento propiciou importantes aprendizados como a necessidade de incluir atividades prática nos intercâmbios, a forma de aprender coletivamente, a importância do envolvimento da família, as demandas camponesas, o impacto da troca de conhecimento e a necessidade de oficinas. Assim, foi realizado um curso de 4 módulos, para discutir a produção e manejo de horta, manejo de biogel.

Discutiu-se ainda a consolidação dos princípios da rede, pensados a partir das experiências agroecológicas visitadas. Assim, foi possível chegar a 10 princípios agroecológicos (Quadro 4) que devem ser seguidos por todo camponês agroecológico. Os princípios tratam do cuidado do solo, o que inclui o tipo de adubo a ser usado, o não uso do fogo, a cobertura do solo; do cuidado com as árvores; da diversidade e soberania alimentar, do não uso de veneno e do controle alternativo de pragas; da importância em manter viva a troca de saberes como valor camponês e da questão de gêneros.

Com base nos princípios listados na rede de Estância e Santa Luzia do Itanhy, seguiram-se realizando intercâmbios, e a partir deste momento os intercâmbios passaram a ser temáticos e cumprem o desejo de aprender alguma prática agroecológica, presente no cotidiano de agricultor de algum componente da rede, mas que ainda não é dominado por todos. Já que os princípios listados se tratavam do reflexo de práticas vivenciadas nos intercâmbios anteriores, buscava-se priorizar sempre que o facilitador fosse um camponês que dominasse o princípio a ser trabalhado.

**QUADRO 4. ESTÂNCIA E SANTA LUZIA DO ITANHY - OS 10 PRINCÍPIOS DA REDE CAMPONÊS A CAMPONÊS – 2013**

- 1- Plantar sem Veneno;
- 2- Não usar fogo, cuidar do solo;
- 3- Plantar para não comprar;
- 4- Diversidade e integração da lavoura-animais;
- 5- Produzir o próprio adubo;
- 6- Controle alternativo de pragas;
- 7- Ter e saber usar árvores;
- 8- Aproveitar o mato para cobertura;
- 9- Troca de saberes/soberania alimentar;
- 10- Respeito e valorização da mulher.

Os princípios motivavam o debate dos intercâmbios, tanto no sentido de completar as experiências dos camponeses que por ventura não conseguiam cumprir, mas também de diversificar as estratégias que os camponeses buscavam implementar para alcançar a lista de princípios.

O esclarecimento nascia também da apresentação dos princípios: podia ser sentido quando algum camponês apresentava sua experiência que não usava veneno, só o “mata-mato”, nome popular dado ao herbicida. Os questionamentos se intensificavam em esclarecer aos camponeses que pensavam o “mata-mato” ser inofensivo e sem malefícios para a saúde do solo e humana, em nome da promessa de poupar gasto com mão de obra.

Ter o não uso do fogo como princípio surgiu por conta de que no período seco essa prática acaba causando incidentes em alguns assentamentos, onde se alastra o fogo sem controle, mas também porque era preciso desmistificar a ideia de que o fogo é uma prática que revigora plantações, como pensado pelos camponeses que manejavam o murici, planta nativa da região.

Plantar para não comprar era o princípio debatido com mais ênfase no momento em que fazíamos a refeição coletiva dos intercâmbios: a família anfitriã da experiência apresentava o que havia preparado e o que havia trazido da sua própria produção. Era também um momento de dividir conhecimentos culinários, que por sua vez carregavam forte herança cultural.

A diversidade e integração de cultivos é uma prática camponesa muito presente nos quintais florestais de muitas famílias assentadas, sempre representada em afirmações dos camponeses, quando dizem: “tem que ter de tudo um pouco”; “minha alegria é oferecer alguma coisa da roça em qualquer tempo do ano”.

Produzir o próprio adubo foi um princípio insistente em diversas experiências sistematizadas, já que muitos assentados faziam compostagem ou possuíam minhocários, e eles acabam sendo os principais propagandistas de por que adotar esse princípio. As receitas para combater pragas de maneira alternativa apareciam sempre com o debate e tinham uma infinidade de apresentações. No momento do intercâmbio em que a palavra está franqueada, acontece uma rica troca de diferentes combinações com sabão, extrato de plantas, consórcios etc.



O princípio de ter e saber usar árvores começou estimulando que os camponeses que manejavam iniciativas de agroflorestas em seus lotes pudessem propagandear suas práticas e atingir mais adeptos, mas também era utilizado para fazer o debate de preservação de áreas de mata dos assentamentos.

Aproveitar o mato para cobertura foi considerado princípio para inibir a prática de colocar fogo no material acumulado da prática de limpa do terreno plantado. Dessa forma, se discutia o processo de compostagem desse material, que fica disponível para cobrir o solo.

Troca de saberes é central nos intercâmbios: toda experiência sistematizada que era visitada precisava garantir uma troca de conhecimento, que podia estar representada nas amostras de plantas e sementes que os participantes do intercâmbio levavam de volta, mas também no diálogo cultivado durante o compartilhamento da experiência.

O princípio de respeito e valorização da mulher na lista demonstra o entendimento da rede de camponeses, que contava com a participação de uma militante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a qual nos alertou para importância de ampliar o conceito de agroecologia para além das práticas e envolver as iniciativas protagonizadas pela mulher.

Aconteceram ainda, momentos de confraternização, quando havia o simples motivo de celebrar a cultura camponesa, como foi a Festa da Colheita e Troca de Sementes e os encontros de fim de ano.

Finalmente, depois de realizada mais uma série de 10 intercâmbios temáticos, foi realizada novamente uma devolução/restituição, nesta ocasião, apontou a necessidade de realizar uma pré-visita ao camponês que compartilha a experiência, de já no primeiro momento contar com uma prévia experiência sistematizada. Anteriormente, esperávamos a realização do intercâmbio para proceder uma sistematização que geraria o boletim, ou seja, contribuiu para uma melhoria metodológica. Outra importante reflexão dessa restituição/devolução foi a necessidade de criação de uma coordenação da rede. Assim definiu-se que teria como função articular demandas organizativas como comercialização, articulação política, formação, organização dos intercâmbios, etc. A coordenação da rede de Estância e Santa Luzia do Itanhy foi composta por representantes de 5 assentamentos que se reúnem mensalmente e direcionam os passos que serão dados ou refletidos dentro da rede. Um coletivo menor que analisava os intercâmbios

realizados, planejava os futuros intercâmbios, mas que principalmente passou a se envolver com pautas maiores e que pudesse dar retorno aos demais companheiros da rede Camponês a Camponês.

Na soma final dessas diversas atividades junto a famílias camponesas da rede de Estância e Santa Luzia do Itanhy, como a identificação, sistematização e intercâmbio de experiências agroecológicas, foi possível compreender o protagonismo camponês em definir o valor de suas experiências e o desafio organizativo em construir a amplitude geográfica das experiências camponesas agroecológicas para contribuir com o enfrentamento ao agronegócio e consequente construção do território da agroecologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia de intercâmbios de experiências camponesas entre assentados de reforma agrária dos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy tem se mostrado como referência no Território Sul Sergipano. Com essa prática foi possível registrar estratégias camponesas que enfrentam o agronegócio, lançando mão da diversidade produtiva e de iniciativas que retiram os camponeses do isolamento.

As práticas camponesas sistematizadas fortaleceram o discurso agroecológico necessário para o enfrentamento com a monocultura da laranja e do eucalipto, predominantes no TSS. A aproximação das experiências camponesas entre os sujeitos possibilitam a preservação de importantes estratégias camponesas, como o consórcio de plantios e a valorização da produção de alimentos para o consumo da família, que fortalece a segurança alimentar.

Além dessas estratégias surgidas com a sistematização de experiências, foram levantas demandas que precisam ser atendidas no âmbito da comercialização. Iniciativas importantes que envolvem os camponeses da rede CaC surgiram no momento de desenvolvimento desta pesquisa, a exemplo da organização da produção com vistas a manter um fornecimento regular capaz de atender a demanda de consumidores em determinados espaços da capital Aracaju e do TSS. Entretanto, ainda são necessários maiores desafios organizativos para associar a produção camponesa presente na rede Cac que possibilitem acessar os mercados institucionais, como o PAA e PNAE.

Para a comercialização é importante a conservação da agrobiodiversidade camponesa através do conhecimento das variedades e diferentes usos dados aos cultivos. São esses camponeses que manejam a diversidade de feijões, milho, abóbora, que dominam o conhecimento curativo das plantas medicinais e que transmitem de geração em geração esses saberes. Como exemplo prático deste manejo da agrobiodiversidade, está registrado o cuidado do camponês Joel do PA Mocambo (boletim em anexo) em conservar no seu lote nove variedades de macaxeiras e uma de mandioca. Esta prática demonstra sua importância porque possibilita estimular que outros camponeses se orgulhem do seu conhecimento referente a agrobiodiversidade manejada em seus lotes.

Esse manejo da agrobiodiversidade e o reconhecimento da sua importância são valorizados ancestralmente pelos camponeses. A sistematização da agrobiodiversidade

camponesa no Brasil é recente quando comparada ao conhecimento milenar presente na América Andina, que conforma uma relação mística do camponês e a terra. É desta relação com a mãe-terra que se fortalecem esses sujeitos para os enfrentamentos adversos. Essa condição se deve por existir um processo de sistematização milenar desses povos, que trazem para o cotidiano de toda a população os costumes produzidos no campo. No Brasil existe uma relação do camponês com a natureza, porém o conhecimento tradicional do campesinato brasileiro historicamente foi negligenciado, o que nos faz acreditar ainda mais na importância da sistematização das práticas camponesas para relacionar produção e consumo de alimentos saudáveis e que carreguem valores culturais do trabalho camponês.

A agroecologia no Brasil tem caminhado junto a uma articulação nacional de movimentos sociais que tem pautado uma série de lutas políticas que garantam o seu desenvolvimento. A rede CaC possibilitou uma leitura coletiva entre camponeses, mas principalmente envolveu esses sujeitos na Rede Sergipana de Agroecologia, que tem buscado realizar ações em sintonia com a Articulação Nacional de Agroecologia, aproximando este ambiente local dos debates e desafios da atualidade. O exercício de sistematização dessas experiências, realizado através da metodologia de intercâmbios no estado de Sergipe, apesar de caminhar para uma consolidação metodológica, tem sofrido questionamentos sobre sua eficiência em alavancar a agroecologia no estado. Muito disso porque se compara com as experiências vivenciadas no sul do Brasil, que conseguem envolver uma produção em escala, com trabalho cooperativado e com processamento agroindustrial. Experiências como o arroz agroecológico, ou a produção de leite baseado no Pastoreio Racional Voisin (PRV) conseguem desenvolver essa lógica com vinculação agroecológica, mas não permitem uma reprodução padronizada.

Não foi a intenção desta pesquisa aplicar uma receita agroecológica, como um procedimento padrão que dimensiona o resultado prévio à sua aplicação, mas sim compreender a prática agroecológica que já é realizada pelos camponeses no TSS. Desta forma, a pesquisa em questão municiou metodologicamente a compreensão da prática camponesa pelos agentes extensionistas da ATES, que desde 2013 tem contado com serviços e metas que atendem a demanda de identificar, sistematizar e intercambiar experiências camponesas. A proposta que iniciou como exemplo piloto no Sul Sergipano avançou para uma execução em outro território em 2014 e atualmente está disponível

para todos os territórios de Sergipe. O exercício de sistematização das práticas camponesas está registrado em uma cartilha (Anexo II), que traz uma amostra do conhecimento agroecológico que permearam os intercâmbios de experiências realizados neste período.

A consolidação da Rede Camponês a Camponês, como metodologia de assistência técnica e extensão rural, vislumbra uma construção autônoma do campesinato, que possibilite explicitar a presença de princípios agroecológicos na realidade camponesa, mas principalmente construir um papel reparador na construção do conhecimento agroecológico do Território Sul Sergipano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, L. C. & QUISPE, S. **Las TIC en la construcción de conocimientos como instrumento de gestión**. *IN*: Compartir conocimientos para el desarrollo rural: retos, experiencias y métodos. Quito: ALAI, 2007.

AGUIRRE, F. **El nuevo impulso de la extensión rural en América Latina: situación actual y perspectivas**. 2012. Disponível em: <http://www.redinnovagro.in/documentosinnov/nuevoimpulso.pdf>

ALTIERI, Miguel. **Agroecología: principios e estrategias para una agricultura sustentable en América Latina del siglo XXI**. *IN*: O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: Princípios e tecnologias. MOURA, E.G. e AGUIAR, A. C. F., São Luís: UEMA, 2006.

ANA. **Anais do III ENA: Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2014.

AQUINO, J.R; TEIXEIRA, O.A; TONNEAU, J.P. **PRONAF: política agrícola discriminatória?!**. Expressão, v.39, p.19-38. Mossoró, 2008.

ARDILA, J. **Extension Rural para el desarrollo de la agricultura y la seguridad alimentaria: aspectos conceptuales, situación y una visión de futuro**. San José, Costa Rica: IICA, 2010.

BITENCURTI, D. P; AGUILAR, J. M. R. E; GOMES, L. J; SILVA, M. A. S. **Mapeamento de uso da terra**. *IN*: SIQUEIRA, E.R; SILVA, M.A.S; ARAGÃO, A.G. Território Rural Centro Sul de Sergipe. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

BRASIL. Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC**. Brasília-DF, 2000.

BURCH, Saly. **Dialogo com Miguel Altieri y Marc Dufumier** *Crisis Alimentaria y Agroecologia*. Revista América Latina em Movimento: La Alternativa Agroecológica, nº 487. Quito: ALAI, 2013.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação de mestrado. Santa Maria: Curso de pós graduação em Extensão Rural- UFSM, 1991.

CARRILLO, Alfonso Torres. **Transformaciones Históricas de la Educación Popular**. Revista América Latina em Movimento: Educación Popular: Vigência y Desafíos, no. 499. Quito: ALAI, 2014.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAYANOV, Alexander V.. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. (orgs.). A questão agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: AS-PTA, 2007.

DE BOEF, W. S. & THIJSSSEN, M.H..**Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes. Um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes**.Wageningen, Países Baixos, WageningenInternational, 2007.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

DESMARAIS, A. A. **A via camponesa : a globalização e o poder do camponato**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

FALCÓN, Maria Lúcia. **Sergipe 2000-2013**. Estudos Estados Brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2007.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território** in: Camponato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses**In: O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008b.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, A. G. Construindo conhecimentos a partir das práticas.**Revista Agriculturas**, v.3, nº2, p.4-5, 2006.

GLIESSMAN,S.R.**Agroecologia:Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**.Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2001.

GOMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia**.In: FERNANDES, B.M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C. Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUZMAN, E. S; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de camponato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a Campesino: Voces de Latino América**, movimiento campesino a campesino para La agricultura sustentable. Managua, 2008.

IAASTD. **Agriculture at a Crossroad**: Global Report. Washington, 2009.

INCRA. **Tabela Destinada aos Usuários do Sistema Nacional de Cadastro Rural**. Diretoria de Cadastro Rural. Brasília: INCRA, 1997.

INCRA. **Manual Operacional de Assessoria Técnica Social e Ambiental**. Brasília: MDA/INCRA, 2008.

MACHADO, Cinthia Torres de Toledo; MACHADO, Altair Toledo. **Roteiro Para Diagnóstico Participativo de Agroecossistemas: Proposta Para Avaliações com Enfoque na Agrobiodiversidade e em Práticas Agroecológicas**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2006.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo - do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD/ MDA, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MORAIS, R. C; ARAÚJO, S. L; OLIVEIRA, P. N; OLIVEIRA, F. R. N; SANTOS, A. S. Sementes da paixão; cultivando vidas e saberes no Cariri, Curimataú e Seridó paraibano. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, V. 11, nº 1, 2014.

MOREIRA, E; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, ano 10 no. 10, 2007.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **The transformative potential of the right to food**. Relatório final. Genebra: ONU, 2014.

PETERSEN, Paulo & Almeida, Edinei de. Revendo o conceito de fertilidade: Conversão ecológica do sistema de manejo dos solos na região do Contestado. **Revista Agriculturas**, v. 5, nº 3, 2008.

PETERSEN, Paulo & SILVEIRA, Luciano. **Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema**. *IN: Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia: Construção do Conhecimento Agroecológico Novos papéis novas identidades*, ANA, 2007.

PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Caderno de Debate, n.1, 2014

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.



RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. Presidente Prudente, 2008. 410. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acessado em: 11 de agosto de 2016.

RIBEIRO, S; MONTEIRO, F.T.; FERRARI, E. Sistematização de experiências: saber partilhado. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, V.3, nº 2, 2006.

ROCHA, A. F. **Recursos Hídricos**/N: SIQUEIRA, E.R; SILVA, M.A.S; ARAGÃO, A.G. Território Rural Centro Sul de Sergipe. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

ROMAN, Rilma & SANCHEZ, Marlen. Agricultura Campesina para la Soberania Alimentaria. **Revista América Latina em Movimento: Educación Popular: Vigência y Desafíos**, no. 502. Quito: ALAI, 2015.

ROSSET, P. & MARTINEZ-TORREZ, M. E. **La via campesina y la agroecologia**. IN: El libro abierto de la via campesina: celebrando 20 años de lucha y de esperanza. 2013. Disponível em: <http://viacampesina.org/downloads/pdf/openbooks/ES-09.pdf>

SÁNCHEZ DE PUERTA, F. **Agroecologia, desarrollo, comunicación y extensión rural: la construcción de um paradigma ecosocial em Iberoamérica**. IN: CIMADEVILLA, G. & CARNIGLIA, E. Comunicación, ruralidade e desarrollo: mitos, paradigmas y dispositivos del cambio. Buenos Aires: INTA, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHLESINGER, S; NORONHA, S. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SCHOTTZ, Vanessa. Em defesa da alimentação adequada e saudável. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, V.11, n. 4, 2014.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente: **Revista NERA**. Ano 8, nº 7, 2005.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In: Campesinato e Territórios em Disputa. org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (orgs). 1ª edição São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em geografia, 2008.

SILVEIRA, L. **Agricultura familiar e Agroecologia no semi árido: avanços a partir do agreste da Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

SIQUEIRA, E. R. de; COSTA-ALVES, A.L; SILVA, M. A. S; TAVARES, E. D; OLIVEIRA, T. C; ARAGÃO, A. G. **Diagnóstico para geração e transferência, em ecologia de tecnologias, produtos e serviços.** In: SIQUEIRA, E.R; SILVA, M.A.S; ARAGÃO, A.G. Território Rural Centro Sul de Sergipe. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

SOSA, BraulioMachín; Jaime, AdilénMaría Roque; Lozano, Dana Rocío Ávila; Rosset, Peter Michael. **Revolução Agroecológica:** O Movimento Camponês a Camponês da Anap em Cuba. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

## **APÊNDICE I: ROTEIRO DE DIÁLOGO SEMIESTRUTURADO**

## **ROTEIRO DE QUESTIONAMENTOS GERADORES PARA O DIÁLOGO SEMIESTRUTURADO**

**Objetivo:** identificação de Agricultores Faróis

OBS: Esse questionário é aplicado em reuniões comunitárias, previamente mobilizadas.

Inicialmente utiliza-se uma dinâmica de integração das famílias camponesas participantes, e posteriormente iniciam-se os questionamentos.

### Questões geradoras:

- 1- Em uma palavra, o que é Agroecologia? A partir das respostas iniciar um debate.
- 2- Tem algo que é costume de vocês comprar de um outro camponês?
- 3- Conhecem alguém na comunidade que produz grande parte ou tudo que vai pra mesa da família?
- 4- O que vocês acham mais importante: Plantar algo que dê dinheiro pra comprar o que vai pra mesa ou plantar a própria comida que vai pra mesa?
- 5- Após relacionar essas respostas com a agroecologia, perguntar se é difícil fazer agroecologia?
- 6- O produto dessa dinâmica comunitária é indicar 3 a 5 camponeses que aceitem ser visitados e terem suas experiências sistematizadas em boletins

## **ROTEIRO DE QUESTIONAMENTOS GERADORES PARA O DIÁLOGO SEMIESTRUTURADO**

**Objetivo:** Sistematização de Experiências

OBS: Esse questionário é um roteiro que pode se iniciar na casa, continuar no lote e finalizar novamente na casa com participação da família no desenho da roça.

### Questões geradoras:

- 1- Qual sua história de vida e experiência na roça?
- 2- Conte um pouco sobre a sua fortaleza na roça, qual a sua maior dedicação em sua roça?
- 3- Como é feita essa dedicação e qual o retorno que essa dedicação favorece a sua família?
- 4- Como é a participação da família na produção?
- 5- Lembra de alguma grande crise ou dificuldade que passou na produção? Como superou?
- 6- Vamos fazer um desenho da roça?

## **ANEXO I: MODELO DE BOLETIM INFORMATIVO**



## JOSÉ VALTERFRANCO DE JESUS E DONA ELIANE: O DESAFIO DE EXPERIMENTAR PLANTIO EM BERÇOS.

Assentamento Rosa Luxemburgo  
- Estância, SE



**T**éo já é bem conhecido na rede Camponês a Camponês, hoje ele está na coordenação da rede de Estância e Santa Luzia do Itanhy, comissão criada depois de muita reflexão entre os camponeses que participam dos intercâmbios de experiências camponesas.

Neste boletim vamos retratar mais uma experiência do Téo, mas antes queremos comentar alguns fatos que mostram porque a experimentação fez dele um camponês diferente. Como sempre conhecemos coisas novas da vida de Téo! Vamos perceber que a sua facilidade de demonstrar seus conhecimentos, talvez venha da prática pedagógica que exerceu como professor de alfabetização dos assentados quando ainda vivia no acampamento, função que adquiriu participando da turma de magistério do PRONERA, convênio para educação de assentados da Reforma Agrária.

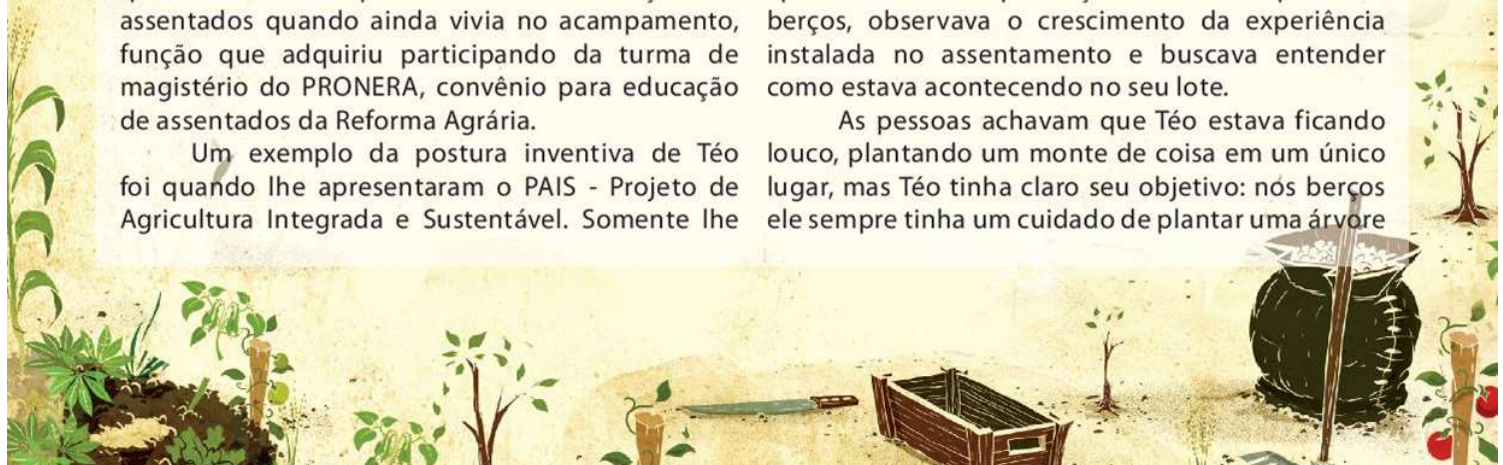
Um exemplo da postura inventiva de Téo foi quando lhe apresentaram o PAIS - Projeto de Agricultura Integrada e Sustentável. Somente lhe

mostraram desenhos e sem esperar nenhum recurso ele, juntamente com sua esposa Eliane, reproduziu o PAIS no fundo de sua casa.

Neste boletim, o exemplo que vamos mostrar é a prática de fazer SAF's- Sistemas Agroflorestais a partir de berços, esta palavra é usada para contrapor a palavra cova, muito usada no cotidiano agrícola e remete a idéia de morte. Para Téo um lugar onde se vai plantar algo novo e que ainda vai crescer e frutificar não poderia crescer num lugar melhor do que um berço.

Pois bem, Téo conheceu esta experiência quando instalaram um modelo de SAF's no assentamento em que vive e logo em seguida lhe apresentaram a implantação de SAF's a partir de berços, observava o crescimento da experiência instalada no assentamento e buscava entender como estava acontecendo no seu lote.

As pessoas achavam que Téo estava ficando louco, plantando um monte de coisa em um único lugar, mas Téo tinha claro seu objetivo: nós berços ele sempre tinha um cuidado de plantar uma árvore





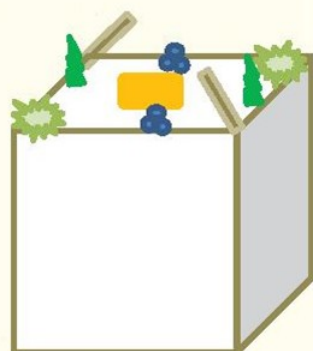
frutífera e fazia isso porque acreditava que no futuro, quando já estivesse velho, teria um trabalho menos penoso colhendo frutos e beneficiando de alguma forma a sua produção.







Com o sistema de berço ele desenvolveu boas estratégias, como em uma área em que fez vários berços onde plantou a castanha do maranhão, essa árvore servia como um excelente tutor para o maracujá, gerando economia de estacas e arame. Como os berços são cuidadosamente adubados, Téo percebeu que quando faz um plantio novo em áreas onde estão os berços, as roças se desenvolvem com muita força, foi assim com o milho, feijão, capim de corte e até mesmo nas leiras de horta que levanta.

Téo explica que o berço que faz tem uma dimensão de 50X50X50, tira a terra com o cuidado de colocar em cada lado do berço uma parte da terra, sem esquecer de diferenciar o lado que está com a melhor terra e os lados que ficaram com a terra de maior profundidade. Depois que o buraco

está feito, começa a preparação do berço, coloca-se no fundo uma primeira camada, bem generosa, de matéria orgânica com folhas em decomposição. Em seguida, uma camada composta de uma mistura de esterco/ terra preta/húmus. Com o berço completo é feito o plantio de macaxeira nas laterais, orientando o crescimento das manivas para fora do berço, nos cantos do berço é semeado alface e coentro, na parte interna das laterais milho e feijão. No meio do berço Téo sempre planta uma muda de árvore frutífera ou quando tem uma boa quantidade de sementes ele indica também o uso de um coquetel de sementes.

Téo indica o plantio de SAF's a partir de berços para todo camponês e diz que a dica para quem acredita ou não é começar pequeno. Ele diz: "faça uma quadra de 10X10, mesmo que seja num pasto, você vai ver como é bom, se tiver de desistir pelo menos fica uma sombra pro seu animal."



-  Alface (outras verduras)
-  Macaxeira
-  Coentro (outras verduras)
-  Milho e Feijão
-  Coquetel de Sementes
-  Berço Ideal (50x50x50cm)





**ANEXO II: CARTILHA DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DO  
TERRITÓRIO SUL SERGIPANO**





## Índice

**03** - Apresentação

**06** - Alimentação Camponesa: O resgate de uma alimentação saudável.

**08** - Cooperação, Valor do Campeinato

**12** - Alguns exemplos que nos ajudam a construir a soberania Alimentatr.

**14** - Diversificação de culturas

**16** - Integração Roça-Pecuária

**18** - Alguns exemplos que nos ajudam a construir a soberania de insumos

**20** - Compostagem

**22** - Processo de Compostagem

**24** - Vermicompostagem ou Minhocultura

**26** - Preparando o composto

**28** - Biofertilizante ou Biogeo

**29** - Como preparar biofertilizantes

**30** - Cuidados com nosso adubo

**32** - Enxertia

**34** - Agroecologia e Educação do campo: uma importante associação

## EXPEDIENTE

A "Cartilha de Práticas Agroecológicas do Território Sul Sergipano" é uma publicação do CFAC- Centro Comunitário de Formação Agropecuária D. José Brandão de Castro, em parceria com o INCRA/SR 23. Organizador: Equipe de Agroecologia do contrato de ATEs 2.000/2013 Projeto gráfico/ Diagramação/ capa: Thiago Neumann Tiragem: 10.000

CFAC  
Centro Comunitário de  
Formação Agropecuária D. José  
Brandão de Castro  
Praça de Eventos, no. 303,  
Centro, Cep: 49.810-000, Poço  
Redondo  
Correio eletrônico:  
cfac.se@uol.com.br

A impressão desta cartilha, foi possível graças ao apoio do INCRA- Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária, através do contrato de ATEs- Assessoria Técnica Social e Ambiental das Áreas de Reforma Agrária CRT 2.000/2013.

## Apresentação

Essa cartilha é parte de um trabalho desenvolvido pela ATER em Sergipe, tem a intenção de contribuir no acúmulo da agroecologia nas áreas de reforma agrária, discutindo princípios e divulgando experiências camponesas.

Espera-se que muito além de socializar práticas e experiências agroecológicas essa cartilha ajude a fazer coro com os camponeses e camponesas, ampliando suas vozes, reconhecendo suas experiências, valorizando seus conhecimentos e resignificando suas práticas.

Para começo de conversa, a agricultura camponesa agroecológica só é possível após a conquista da terra, e a formação de territórios camponeses (nossos assentamentos). A terra tem uma função social a ser cumprida, por isso, antes de qualquer coisa, para pensarmos em agroecologia é fundamental democratizar o acesso à terra, é necessário que os camponeses e camponesas tenham acesso a terra e também aos demais recursos naturais como a água, as florestas, os minérios e as fontes de energia. Podemos entender esse como o primeiro princípio da agricultura camponesa agroecológica!

Já temos a terra? Então agora é hora de trabalharmos outros aspectos da agricultura camponesa, claro que sem esquecer as milhares de famílias que ainda lutam por terra!

**"Quando chegar na terra, lembre de quem quer chegar, Quando chegar na terra, lembre que tem outros passos para dar"**

Podemos entender a agroecologia como uma forma camponesa de fazer agricultura e um instrumento de contrapor o agronegócio. Na formação dos territórios camponeses (nossos assentamentos) está a formação do território da agroecologia, que constrói autonomias, que por sua vez, geram soberanias.